

Joana Barbosa Vieira da Silva

Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação
de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão.

Belo Horizonte
2016

Joana Barbosa Vieira da Silva

Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação
de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão.

Dissertação apresentada ao Núcleo
de Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal
de Minas Gerais para obtenção do
título de Mestre em Arquitetura e
Urbanismo.

Área de concentração: Teoria,
produção e experiência do espaço.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silke Kapp

Belo Horizonte
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Código Cutter (nao preencher) Silva, Joana Barbosa Vieira da ,
Tudo isso era maré [manuscrito] : origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão / Autor. - 2016.
140f. : il.

Orientador: Silke Kapp.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Favela. 2. Palafita. 3. Urbanização de Assentamentos Precários. 4. PAC Rio Anil. 5. São Luís do Maranhão 6. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD (nao preencher)

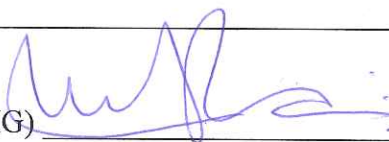
Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 14 de julho de 2016 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Silke Kapp (EA-UFMG)



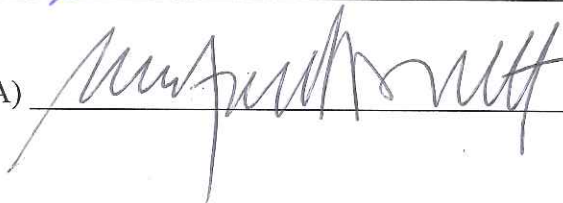
Profa. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva (EA-UFMG)



Prof. Dr. Geraldo Magela Costa (IGC-UFMG)



Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett (UEMA)



à minha mãe e ao meu pai

aos moradores dos bairros da camboa, liberdade, fé em deus e alemanha

Agradecimentos

À minha orientadora, professora e amiga, Silke Kapp, que diante das minhas muitas excursões, soube guiar serena e firmemente este trabalho, permitindo fazê-lo chegar ao fim.

Ao Frederico Burnett, com quem começou a experiência na Secretaria das Cidades do Maranhão, pela inspiração e amizade, desde então.

Ao Felipe, sempre presente, pelo apoio fundamental.

Ao Tio Jorge, pelas conversas valiosas e pelo interesse no trabalho.

Aos professores do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, Roberto Estaáquio, Ana Paula Baltazar, Roberto Monte-Mór e Maria Lúcia Malard, pelas discussões estimulantes das aulas.

Aos professores Geraldo Magela Costa e Margarete Leta Silva, pelas contribuições e ideias lançadas na banca de qualificação, decisivas para definir o rumo que tomou a dissertação.

Às compinchas do mestrado, Thaís Nassif, Camila Matos, Luna Lyra, Laura Castro e Laís Grossi, pela cumplicidade e partilha contínua. Ao Maurício Lage e à Thaís por aquele empurrão num momento fundamental.

Ao grupo MoM, pela estrutura física e intelectual, em especial ao Rodrigo Marcandier, por todas as ajudas técnicas e pelas conversas animadoras, e ao Thiago Alfenas, pelas sugestões sempre tão oportunas.

À Maria Paula, funcionária da secretaria da pós-graduação da Escola de Arquitetura, pelo zelo com que acompanha os processos, permitindo cumprir habilmente a infinita burocracia.

Ao Joberval Bertoldo, pela disponibilidade e amabilidade, e pelas caronas e passeios nos bairros.

À Socorro Bertoldo e ao Conselho Popular de Integração Comunitária da Fé em Deus, por me receberem nas suas reuniões semanais e pela alegria com que compartilharam as suas histórias. E à Gina, pelo convite irrecusável para participar na atuação do Tambor de Crioula.

À Maysa Oliveira e Isanda Canjão, pela parceria na pesquisa de campo e partilha de bibliografia.

À Ana Paula, da Curia Metropolitana da Arquidiocese de São Luís, pelo contacto com o padre Meireles que me fez chegar até ao padre Sérgio Braga e ao padre Bráulio Ayres.

À Heloísa Helena, Daniela Pimentel e Luzia Ilka pela hospitalidade e apoio em São Luís.

Ao Eddy, Silvano, Ana Paula, Diego, Alessandro, Andrea e Djones pela amizade e companheirismo na Guest House da Rua da Palma, em São Luís.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Maranhão, particularmente Sylvania Garcez, Rafael Melo, Marcos Gomes, Fábio Câmara e à diretora, Maria Helena Espíndola, pela disponibilidade e auxílio na digitalização dos mapas e documentos.

Ao Cláudio Lages e Rogério Rodrigues, do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, no Solar dos Vasconcelos.

Ao Marco Antônio Queiroz, da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG pela ajuda na localização do Relatório de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, e na obtenção de documentos via Comut.

À Tarcila Peruzzo, da seção de obras raras da Biblioteca da Fundação Oswaldo Cruz pelo contato com a pesquisadora anônima que partilhou as suas fotografias, possibilitando o acesso ao citado Relatório, perdido algures.

À Maria Cecília Rocha e Maria Laura Vilhena, pela ajuda com as plantas.

A todos os entrevistados, que são citados ao longo do trabalho, nomeadamente a Adolfo von Randow pela recuperação e cedência da fotografia aérea fundamental para documentar o início do processo de ocupação do mangue, e ao padre Sérgio Braga, pela disponibilização das várias fotografias tiradas durante a execução do aterro do programa Promorar.

À Capes, pela bolsa.

...não tem conta o número de respostas que só está à espera das perguntas.

José Saramago *A jangada de pedra*

Resumo

Através da reconstituição dos primórdios e do processo de expansão de uma favela na cidade de São Luís do Maranhão, revela-se a história de um lugar que foi construído no mangue às margens do rio Anil, de forma autônoma e longe dos olhos e dos interesses das instituições econômicas e políticas dominantes, ali chegadas recentemente para implementar um projeto de urbanização e erradicação das palafitas.

O início de tal história, sobre a produção do espaço urbano pelos mais pobres, remonta ao final do século XIX. As suas *origens* foram (re)construídas através do recurso a plantas da cidade, relatórios e documentos oficiais, articulados com escritos literários, crônicas e notícias da imprensa. O período de *consolidação* teve como protagonistas os moradores, em entrevistas que permitiram resgatar um tempo e um espaço contado pelas vivências na primeira pessoa, tendo sido possível integrar também fotografias aéreas e imagens de satélite que permitiram perceber a morfologia do processo de expansão. Finalmente, a *erradicação* observa o tempo presente, em que se dá uma ruptura com as fases anteriores, com a formalidade se impondo à realidade do lugar, rumo à desconstrução e à desvalorização do que foi produzido pela comunidade.

Ao perceber-se o que existia de próprio, específico e concreto no território, conclui-se que o modo como foi concebido e implementado o projeto governamental de urbanização diminuiu a autonomia dos moradores e com isso aprofundou desigualdades. Há outros caminhos possíveis para tais programas, não suprimindo o que existe mas valorizando o que foi sendo construído e os recursos locais, em soluções que podem começar pelo reconhecimento das palafitas como cultura construtiva e espacial própria.

Palavras chave: Favela, Palafitas, São Luís, PAC do Rio Anil, Urbanização de Assentamentos Precários.

Abstract

In order to reveal the specificities of a Brazilian stilt-house slum, a historical reconstruction of the expansion process was made. In mangrove, such territory was produced autonomously by the residents, away from the eyes and interests of dominant economic and political institutions. In recent years, however, a slum upgrading program is being implemented in the area.

The origins of the territory date back to the late nineteenth century. The first chapter, *origins*, was made through the use of city plans, official documents, linked to literary writings, chronicles and press reports. The *consolidation* period had residents as protagonists, who told in the first person their experience of building the houses in the mangrove. That chapter also integrates aerial photographs and satellite images that allowed to identify the morphology of the expansion process. Finally, the *eradication* observes the present time, where a cut to the previous phases is made by the upgrading project, intended to deconstruct what had been produced by the community.

By realizing the specificities of the territory, it is concluded that the way slum upgrading program was implemented, contributed to reduce the autonomy of residents and thus had deepened inequalities. There are alternative ways for such programs, not by suppressing what exists but by valuing local resources, adopting solutions that can begin with the recognition of stilt-houses as a constructive and spatial culture.

Keywords: Favela, Stilt-houses, Slum upgrading programs, São Luís

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1. Introdução | 10 |
| 2. Do método | 13 |
| 2.1 Estrutura da dissertação e fontes utilizadas | 14 |
| 2.3 Sobre as entrevistas | 15 |
| 3. Origens | 17 |
| 3.1 Camboa do Matto: primeiros registros | 18 |
| 3.2 Fronteira urbana bucólica | 23 |
| 3.3 Cidade, infraestrutura e imagem urbana | 27 |
| 3.4 Códigos de Posturas | 29 |
| 3.5 Fábrica de fiação da Camboa | 34 |
| 3.6 Trabalho e moradia na Camboa do fim do século | 40 |
| 3.7 Urbanidade na virada para o século XX | 45 |
| 4. Consolidação | 49 |
| 4.1 1910-20-30 Serviços públicos e habitação dos mais pobres na cidade | 49 |
| 4.2 1930-40-50 A zona suburbana vai dilatar-se no mangue | 64 |
| 4.3 Morfologia do processo de ocupação do mangue | 69 |
| 4.4 Palafitas: construção e vivências | 74 |
| 4.5 Bois do matadouro e de brincadeira: uma identidade cultural própria | 78 |
| 4.6 1960-70 Um projeto de cidade e os novos habitantes urbanos | 80 |
| 4.7 Presença de instituições e serviços: Saneamento, Saúde, Educação | 85 |
| 4.8 A noite proletária do Poema sujo | 87 |
| 4.9 Presença da Igreja Católica | 90 |
| 4.10 O Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados e o Promorar | 94 |
| 4.11 Ações políticas no Maranhão e migrações internas para São Luís | 100 |
| 5. Erradicação | 105 |
| 5.1 Antecedentes e preparação do projeto de urbanização | 105 |
| 5.2 O Programa de Aceleração do Crescimento e o PAC do Rio Anil | 106 |
| 5.3 A avenida beira-rio | 109 |
| 5.4 “Palafitas serão apartamentos” | 111 |
| 5.5 O maior quilombo urbano da América Latina | 115 |
| 5.6 Sobre as (im)possibilidades da atuação dos técnicos | 116 |
| 5.7 Mapa cultural do rio anil | 117 |
| 6. Considerações finais | 119 |
| Referências | 121 |
| Anexos | 131 |

1. Introdução

Dissertar sobre uma favela é tratar de um espaço e de pessoas consideradas marginais, exteriores a um sistema de ordem: a favela é socialmente representada e juridicamente enquadrada como um problema cuja solução passa pela entrada nessa ordem.

Favela é um termo brasileiro que situa no país um tipo de espaço identificado por todo o mundo. O denominador comum destes espaços é, via de regra, serem localizados em cidades, terem nascido de processos de ocupação ilegal de terrenos e apresentarem prevalência de habitações - são lugar de morar.

No Brasil, as favelas são oficialmente designadas de *aglomerado subnormal* e um dos termos universais para nomear tais estabelecimentos é *assentamento informal*. Pelos adjetivos se depreende que são, portanto, um desajustamento ou uma anormalidade, um organismo que está fora da *norma* e da *boa forma*.

De fato, a favela é um problema que foi historicamente encarado como realidade transitória, em princípio apenas retardatária, à qual o progresso ou a civilização, também chegariam, porventura mais tarde.

Mas as favelas, identificadas há muito nas cidades brasileiras, só foram aumentando e o progresso, que nunca chegou, procurou impor-se através dos chamados *projetos de urbanização*, implantados no país de forma massiva a partir de 2003, com a chegada ao poder de uma coalizão de partidos de esquerda. Seguindo a tradição dos grandes planos desenvolvimentistas de investimento público, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que destinou amplos recursos à Urbanização de Assentamentos de Precários.

A motivação para esta dissertação partiu da minha participação profissional na implementação de um grande projeto de urbanização de favela, inserido no PAC. Entre 2012 e 2014 trabalhei como arquiteta na Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (Secid-MA), estado no norte do Brasil. Na capital, São Luís, participei da implementação do Projeto PAC Rio Anil, um programa com abrangência e orçamento inéditos na cidade, que visava erradicar um extenso conjunto de palafitas estabelecidas na margem do citado rio e transferir os moradores para novos apartamentos a construir na área.

Palafitas são casas construídas sobre estacas de madeira, nas margens de rios ou em áreas alagadiças. No Brasil, as palafitas existem sobretudo em favelas e por isso são sempre consideradas precárias.

Pela participação direta no projeto, observei as contradições presentes desde o nascimento até à concretização do programa, que hoje se encontra parcialmente concluído. Uma das perplexidades de partida foi notar a desadequação das metas em relação às necessidades reais e aos modos de vida dos habitantes. Como exemplo, refira-se a ruptura com a lógica de vida, provocada pela transferência dos moradores para novas “unidades habitacionais” concebidas em edifícios de quatro andares, organizados em conjuntos de condomínios fechados. Aos pescadores, que se contavam em expressivo número na região, a existência vinculada ao rio, começando pelo barco amarrado na estaca da palafita, até à necessidade de guardar e trabalhar os apetrechos de pesca, foi sumariamente ignorada. Mas talvez o principal obstáculo tenha sido o grande aterro e a avenida marginal ao rio, construída como cintura para impedir novas construções sobre a água e implantada num molhe que se eleva cerca de 2m acima do nível dos bairros, bloqueando assim o contato com o rio.

Identificava-se na concepção e implantação do programa uma lógica tecnocrática, que se estendia à atuação dos próprios técnicos dentro do órgão. No Brasil, a ideologia do progresso social através da tecnociência é herdeira do positivismo das Escolas Politécnicas e marcou geneticamente as lógicas do planejamento. Nas *poli* não se ensinava História, tal como, de maneira geral, acontece com os cursos superiores das áreas de Engenharia, hoje.

Acabei assim por fixar como foco de interesse deste trabalho, o exercício de reconstituição histórica daquele lugar, para entender a formação e consolidação do território e assim mostrar o que foi suprimido com o projeto de urbanização, considerando que são possíveis pontos de partida alternativos.

Este trabalho é, portanto, uma reconstituição histórica, combinada para mostrar duas coisas.

A primeira, de âmbito mais descritivo e compilatório, consiste em dar a conhecer um passado e a história que foi, de certa forma, suspensa com o projeto de urbanização. O território não era apenas essa sub-normalidade ou in-formalidade, pois tinha as suas normas específicas e uma forma própria, construídas paulatinamente desde o final do século XIX.

A segunda, mais crítica e transversal, e só possível depois de reconstituído o cenário montado pela primeira, é mostrar que a noção de ordem e progresso trazida pelo programa de urbanização, esteve presente no território desde o início, dado que os primeiros habitantes da favela foram os operários de uma grande fábrica têxtil, ali instalada no final do século XIX e inaugurada como anúncio de riqueza geral e solução para o *problema* do fim do trabalho escravo. Esse ideal de progresso civilizacional mostrou a sua fragilidade, pois um dos resultados mais evidentes na cidade foi o desencadear de aglomerados de casas de palha, moradias construídas pelos próprios trabalhadores pobres, nas vizinhanças da fábrica. Se os teares mecânicos vindos de Inglaterra permitiram a riqueza de alguns, trouxeram pobreza para muitos.

Assim, a partir da reconstituição histórica procurei montar um quadro de observação que situe o momento presente com a implementação do referido projeto, numa discussão mais ampla sobre o papel do Estado ali e sobre as representações daquela favela.

2. Do método

Esta dissertação seguiu os princípios de um tipo de exercício chamado *estudo de caso*. Enquanto tal, resultou de um exame localizado e particularizado, e essa foi uma das principais intenções, porque a cidade de São Luís carece de estudos dessa natureza.

Assim, se houve também a pretensão de permitir uma identificação com outras realidades análogas, foi sempre no sentido de ser uma reflexão que contribuísse para o entendimento da diversidade entre as cidades brasileiras (ou mesmo entre as chamadas cidades do capitalismo periférico, em geral).

Reconhecer especificidades só deverá contribuir para melhor entender o que dá unidade a determinado conjunto e evitar generalizações apressadas como fazem muitos dos autores que tentam teorizar sobre o urbano nos chamados países do sul, termo que está na moda, para denominar os países periféricos.¹

A reconstituição da história do processo de construção das palafitas e consolidação do território foi feita através de muita observação empírica, dimensão imprescindível nos estudos sobre as dinâmicas urbanas e a informalidade. A ideia era que os dados da observação real, quer dizer, localizada, muitas vezes saída de conversas na primeira pessoa, viesse confirmar, burilar ou contrariar o que tanto se lê repetido e citado em trabalhos sobre o tema.

Foi a partir de um referencial analítico alargado que eu já vinha construindo, que pude articular as informações diretas recebidas dos moradores com conhecimentos mais teóricos. O princípio foi valorizar aqueles que são frequentemente desprezados ou ignorados pela historiografia oficial das cidades, para assim conhecer e compreender o processo de produção do espaço urbano pelos mais pobres.

Procurei evidenciar a relação de interdependência entre a produção do espaço físico e as estruturas sociais da cidade, sabendo que ambos são construídos sobre determinações econômicas. Nesse sentido, houve a tentativa de acompanhar simultaneamente a produção do espaço das elites e dos subalternos, através de um diálogo com códigos e zoneamento.

¹ Maricato, 1995, p. 6.

Ermínia Maricato também construiu tal reflexão partindo, em parte, das perplexidades sentidas durante experiência em órgão de governo.

Foi no decorrer da pesquisa que se desenhou a perspectiva de situar as origens daquele território nas transformações urbanas associadas à fixação da fábrica, sendo esse um momento que ninguém vivo testemunhou. E, por isso, a ideia da “representação da favela” perpassa todo o trabalho, através das citações dos próprios moradores, de artigos de jornais, de ficções literárias sobre a cidade, de observações de médicos higienistas ou de técnicos urbanistas.

Se este trabalho é uma espécie de biografia de um lugar, tem como todas as narrativas biográficas uma dimensão ficcional, que implicou escolhas e seleções.

O território analisado foi um recorte da área de intervenção do referido projeto de urbanização PAC rio Anil, tendo sido excluído o bairro da Alemanha, por apresentar uma história de ocupação mais recente e diversa dos restantes três (Camboa, Liberdade e Fé em Deus). A análise morfológica mais detalhada circunscreveu-se, grosso modo, à região de mangue, abrangendo os bairros da Camboa e Liberdade.

2.1 Estrutura da dissertação e fontes utilizadas

Esta dissertação foi estruturada recorrendo à divisão em três capítulos, encadeados cronologicamente, a saber: *Origens*, *Consolidação* e *Urbanização*.

Nas *Origens* é reconstituído o cenário de chegada da indústria têxtil à cidade, que transforma a sua estrutura econômico-social e faz surgir o proletariado pobre, cujas habitações estão nas origens do que veio a ser a favela do rio Anil. Nesse momento, que coincide com a abolição do trabalho servil e o advento da República, verifica-se um processo de mudança em estado embrionário que vai desabrochar numa nova urbanidade. O capítulo integra também alguns episódios de tempos mais recuados, para permitir uma compreensão da dinâmica urbana precedente e uma melhor contextualização dessas transformações, abarcando assim um período temporal desde a fundação da cidade até à virada para o século XX.

A principal fonte de informações foi a imprensa local, consultada através do precioso recurso que é a hemeroteca digital nacional, mas manuseada também presencialmente, na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís. Também a historiografia local e trabalhos acadêmicos serviram de referência, bem como relatórios médicos e presidenciais, cartografia (plantas da cidade e cartas marítimas) e literatura, na forma de memórias, contos e romances.

Tais fontes, cujo acesso nem sempre foi fácil, devido à dispersão e a uma debilidade de catalogação, encontraram-se na Biblioteca Pública Benedito Leite, na Biblioteca Ferreira Gullar e no Arquivo Público do Estado do Maranhão, em São Luís, bem como na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tanto presencialmente como através da disponibilização online.

Em seguida, no capítulo intitulado *Consolidação*, são abordados os eventos que atuam para o crescimento e consolidação da ocupação inicial. Certos acontecimentos apresentados no início do capítulo, marcam ações e transformações que se poderiam identificar como estando ainda nas origens do assentamento. Constituem, no entanto, episódios concorrentes para a expansão do primeiro núcleo de ocupação, que podem ser enquadrados paralelamente às conjunturas das décadas de 60 e 70 que trouxeram muitos novos habitantes do interior, e ainda de 80 e 90, quando a fixação da população continuou aumentando.

Para construir a *Consolidação* foram utilizadas as mesmas fontes do capítulo anterior, acrescidas de depoimentos pessoais recolhidos em 31 entrevistas, realizadas durante o trabalho de campo entre janeiro e março de 2016 (26 moradores, dois padres, dois investigadores e um funcionário público). Durante esse trabalho de campo foram ainda localizadas fotografias aéreas que permitiram situar parte da evolução do processo de ocupação, percebido também pela análise de imagens de satélite. Muitas observações *in loco* foram feitas no referido trabalho de campo, mas agregaram considerações decorrentes da participação profissional na Secid-MA.

Finalmente, no capítulo intitulado *Urbanização*, é apresentado o projeto de intervenção governamental. O ponto de partida foi, como citado, a minha participação no programa e, por isso, a principal fonte foi essa experiência pessoal, em que a observação a partir de “dentro do processo” foi um exercício já praticado no dia-a-dia da Secretaria, limitado a anotações ligeiras que aqui puderam ser sistematizadas com maior profundidade e outra abrangência.

2.3 Sobre as entrevistas

O âmago da investigação esteve sempre na dimensão espacial, e portanto não se objectivou um trabalho de âmbito etnográfico profundo, quer dizer, interessava sobretudo a ideia do lugar e as representações e relações das pessoas com esse lugar, e não tanto das pessoas entre

si. No entanto, como se tratava de relatos de migrantes, as conversas acabavam por assumir frequentemente características de “narrativas de vida”.

Esse caráter narrativo resultava por vezes em conversas de tarde inteira e foi acentuado também porque procurei pessoas que tivessem ali chegado há mais tempo e pudessem testemunhar o processo de expansão, em que a disposição própria para conversar era espontânea e o acúmulo de memórias extenso e rico.

O material empírico resultou de entrevistas individuais, mesmo que algumas tenham acontecido coletivamente. Mas se a unidade foi o relato do indivíduo, a ideia consistiu em nunca perder de vista os processos mais gerais, prevendo já de antemão que a maneira de os apreender não seria através desses relatos. Acredito que os exemplos concretos que ilustraram cada resposta contribuíram para um entendimento daquela realidade socio-espacial como um todo, revelando por exemplo, a presença ou ausência e o papel das instituições no território.

Devido sobretudo a Pierre Bourdieu e a uma certa consciência que fui moldando com a experiência dos trabalhos de pesquisa anteriores em favelas, há sempre uma *relação social* que interfere na comunicação durante as entrevistas e por isso a principal circunstância que levaria a respostas estereotipadas ou racionalizadas seria a minha condição de diplomada.² Assim, a convicção de que os informantes não poderiam revelar explicitamente as causas estruturais do processo, bem como, por outro lado, responderiam dentro do que julgam que uma pessoa letrada queria ouvir, foi um ponto de partida.

Nas referências às citações dos entrevistados recorri à identificação por nome e sobrenome, mesmo que muitos sejam conhecidos por apelidos ou normalmente antecédidos de *Sen* e *Dona*. Tal opção tem a ver com uma tentativa de padronizar e equalizar o tratamento dado às referências, sejam estudiosos do urbano, moradores da área, religiosos ou funcionários públicos.

As transcrições em português *antigo* foram atualizadas quanto à ortografia, tal como aconteceu com a escrita da própria dissertação, em português-brasileiro, que é também uma atualização (ou leve tradução) da forma como aprendi e escrevo a minha língua mãe.

² Bourdieu, 1993.

3. Origens

Neste capítulo apresento a reconstituição do cenário em que transformações da estrutura econômica da cidade de São Luís do Maranhão fazem emergir interesses e forças sociais que vão disputar o seu lugar no espaço urbano com níveis diferentes de poder, onde estão as origens do que veio a ser a favela do rio Anil.

O contexto é a transição do século XIX para o XX, quando a instalação da indústria têxtil coloca a cidade – e não mais a lavoura rural - no centro das atenções, sob o discurso da civilização e do progresso. Entre 1890 e 1895, nessa cidade de vinte mil habitantes, inauguram-se nada menos que oito fábricas de fiação e tecelagem. Seus operários sinalizam a constituição de um novo grupo social, cuja habitação será, nos discursos, símbolo da insalubridade e da ilegalidade, ou seja, o negativo do que o urbano se propunha ser.

Tal reconstituição serve para mostrar que a favela (palavra que ainda nem existia, mas estava pre-vista nas palhoças e nos cortiços) não foi uma oposição nem um desvio; foi um fenômeno intrínseco e organicamente interligado à totalidade urbana, talvez o fruto mais evidente dessa nova ordem.

3.1 Camboa do Matto: primeiros registros

A cidade de São Luís situa-se numa ilha litorânea da costa norte do Brasil conhecida como Ilha do Maranhão. (Figura 1)

Figura 1. a) Maranhão no Brasil. b) Costa Maranhense e Ilha do Maranhão. c) Núcleo urbano de fundação da cidade de São Luís. d) Malha rodoviária da cidade de São Luís (detalhe).



Fonte: autoria própria, 2016.

Apesar de haver registros de uma enigmática povoação portuguesa chamada Nazaré remontando a 1536 e da ilha ter sido nomeada e permanecer ocupada por tupinambás nativos, a fundação da cidade é identificada oficialmente em 1612, quando corsários franceses ali celebraram uma missa para assinalar a posse do território.³ Dos franceses, ficaram as ruínas do forte Saint-Louis, tomado pelos portugueses em 1615, quando Alexandre de Moura confiou o governo a Jerônimo de Sousa, recomendando: “Terá particular cuidado de crescimento desta cidade fazendo que fique bem arruada e direita

³ Cf. Moreira, 2016, Andrès, 2012, e Lacroix, 2008.

O mito da fundação francesa da cidade foi construído no início do século XX, no contexto da exposição do tricentenário (Barros, 2001, p. 22-23). Sobre a tão difundida afirmação de que São Luís é a única cidade brasileira fundada por franceses, escreveu Lacroix: “Essa afirmativa surgiu numa época de decadência econômica e conseqüente marasmo social. [...] parece estar relacionada ao inconformismo e ao ressentimento que acompanhou este declínio. O maranhense tratou de cultivar o seu orgulho, buscando mecanismo de defesa que obnubilasse seu desencanto. Passou a louvar o passado, mostrando para o resto do Brasil aquela província diferente, de povo educado, instruído, culto, sempre atento à questão vernácula, sementeira de poetas e literatos. Para confirmar essa singularidade, trasladou a fundação de São Luís das mãos portuguesas para as francesas, inversamente à história das outras cidades brasileiras” (Lacroix, 2008, p. 26).

conforme a traça, que fica em seu poder”⁴. Da referida traça, plano do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita não subsistiu registro cartográfico, mas consta que as ruas foram desenhadas no chão e construída uma casa para servir de modelo.⁵ O primeiro desenho em planta conhecido, mostrando os arruamentos, data da década de 1640 aquando da ocupação holandesa, entre 1641 e 1644 (Figura 2).

Figura 2. “Urbs S. Lodovici in Maragnon”. Livro de Barlaeus, 1647



Fonte: Arquivos Nacionais, Haia.

Assim, o que ficou registrado e subsistiu na forma urbana é uma matriz espacial claramente portuguesa. O núcleo de fundação da cidade foi construído a partir do forte, num promontório elevado, entre os estuários dos rios Anil e Bacanga⁶, configurando uma espécie de acrópole onde ainda hoje permanecem as sedes do poder religioso e civil. Daí se desce para a Praia Grande, porto e núcleo comercial.

A matriz em tabuleiro de xadrez ditou a norma de expansões posteriores que, até à primeira metade século XX, mantiveram o desenho regular de quarteirões e a relação de contiguidade dos edifícios nos lotes.

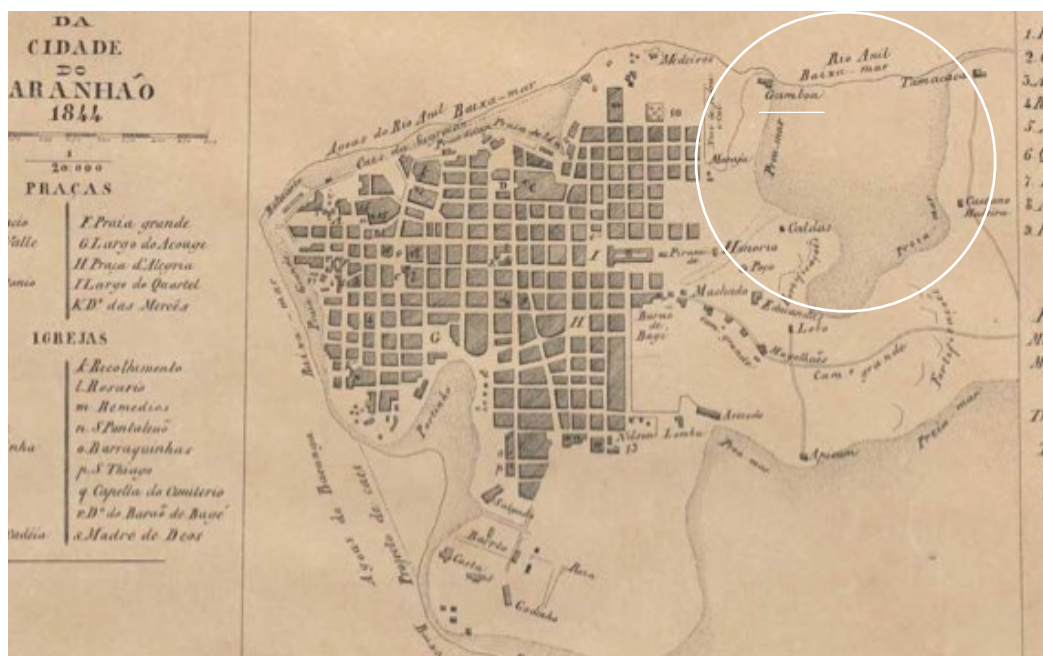
⁴ Araújo, 1998.

⁵ Moreira, 2016.

⁶ É amplamente aceite chamar-se “rios” a essas correntes de água. No entanto, vários autores referem-nas como sendo braços de mar e sugerem o termo ria, próprio de um contexto fluvioestuarino, ou seja, onde a água do mar se mistura com o rio. Cf. por exemplo, El Robrini et al, 2006.

Quanto à favela em análise, pelo menos desde 1844 há registros cartográficos nomeando o território onde esta se veio a desenvolver, com identificação do lugar da Camboa e indicação de existência de edifícios construídos (Figura 3). Camboa, ou Gamboa, é uma palavra procedente do radical céltico *camb-*, que significa “curvar, arquear” e denomina “pequeno lago artificial, à beira-mar, para onde entra o peixe miúdo, na maré alta, e onde fica retido na maré baixa”⁷. Camboa é também um tipo de pesca praticada no Brasil e em Moçambique, feita por meio de talas ou varas fincadas na lama que formam uma cerca, em locais de pouso de peixes. O geógrafo Raimundo Lopes é mais específico e define a camboa como um processo de pesca coletiva maranhense: “na nossa pesca de água doce, [camboa] não designa construções, como os currais de pedra do litoral, e sim uma reunião de pescadores, que procedem (do mesmo modo que os bandos de meuás) fechando um círculo de canoas e tarrafeando simultaneamente”⁸.

Figura 3. 1844 - “Planta da cidade do Maranhão”



Fonte: Ferreira, 1854.

⁷ Dicionário online da Porto Editora

⁸ Lopes, 1916, p. 166.

“Os meuás são pequenos mergulhões que vivem em bandos e são encontrados nos rios e lagos do Maranhão e da Amazônia. Essas aves fazem verdadeiras jornadas de pesca, em bandos, às vezes numerosos. Tive ocasião de assistir a uma delas [...]; um espetáculo impressionante o daquelas patrulhas de aves negras a evoluir sobre o lago formando alinhamentos para cercar os peixes e mergulhando para fisgá-los nos bicos fortes e recurvos, enquanto outros voavam de um para outro lado como à procura de divisar e atalhar a presa. Dessa tática de pesca coletiva provém, naturalmente, a pitoresca comparação popular a respeito da camboa” (Lopes, 2010 p. 39).

Com um olhar atento se deduz que a Camboa seria como uma pequena península e assim, teria faltado o grafismo que daria a informação do terreno alagadiço também a oeste.

Apesar das várias origens e significados da palavra Camboa, é provável que a Camboa que deu o nome ao lugar derive realmente de uma construção litorânea - o curral de pedras que conformava as margens da reentrância adjacente - pois o engenheiro responsável por uma fábrica que ali se veio a construir relatou ter reutilizado as “pedras que formavam a antiga camboa” na construção de um trapiche.⁹ O local que então se chama de Camboa é, no entanto, como uma península, uma porção de terreno lateral a essa reentrância que fica submersa na maré-cheia. (Figura 3 e 4)

Figura 4. 1858 - “Planta de São Luiz do Maranhão levantada em 1858”
“Terreno da Gamboa do Matto” sublinhado e indicado pela circunferência.
A linha a traço interrompido assinala o limite Leste do perímetro urbano da cidade



Fonte: Veiga, J, 1858.

Na planta de 1844 (Figura 3) pode ainda observar-se o referido núcleo urbano implantado entre os estuários dos rios Anil e Bacanga. Em suas margens estão assinaladas as linhas de

⁹ Cantanhede, 1890, p. 15.

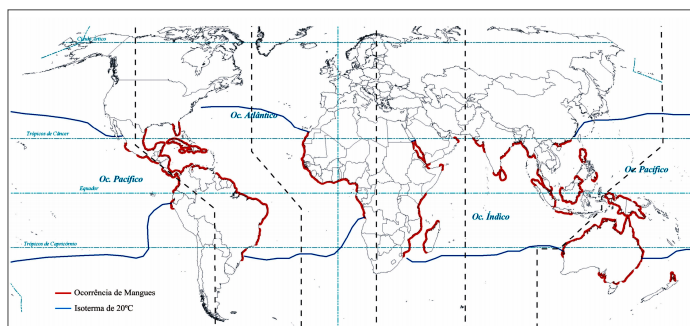
“preia-mar” e “baixa-mar” (maré alta e maré baixa), confirmando a grande variação do nível das águas que chega a sete metros e forma a tal superfície alagadiça adjacente ao lugar da Camboa.

Na mesma planta (1844), observa-se ainda o Caminho Grande, que é um eixo de acesso por terra ao interior, cortado por fortificações, bem como a circunstância de a cidade estar limitada em todo o restante perímetro por água.¹⁰ Neste momento, o núcleo urbano é compacto, consistindo no traçado de fundação, acrescido de expansões que seguiram essa matriz. Identifica-se na extremidade Leste, a praça do Campo de Ourique que constitui um grande espaço público também chamado largo do Quartel, pois ali ficava a corporação militar.¹¹ Funciona como um limite oposto à praça onde ficava o forte, e situa-se a altura idêntica: para além dele e de ambos os lados do caminho grande, o terreno desce, onde se encontram áreas inundáveis.

Posteriormente, a planta de 1858 (Figura 4) restringe a representação da cidade, inscrevendo-a num quadrado cujo lado Leste corta parte do terreno da Camboa, agora designado “Terreno da Gamboa do Matto”. O epíteto “do matto” poderia servir para atestar a existência de vegetação sobre terra, por oposição ao mangue que cresce na água.

O mangue é uma vegetação própria das margens de rios costeiros e de áreas de aluvião, sujeitas ao regime de marés. (Figura 5) Encontra-se nas zonas tropicais e subtropicais e tanto pode denominar a espécie arbórea como o próprio ecossistema, também chamado de mangal, no Pará, ou manguezal, no Maranhão e de forma geral por todo o Brasil.

Figura 5. “Distribuição global dos mangues ao longo das seis regiões biogeográficas”.

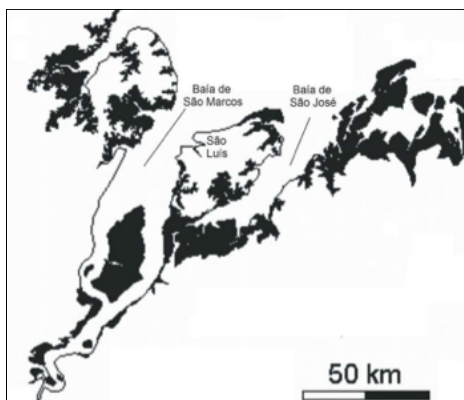


Fonte: Spalding et al, 1997, *apud* Maia et al, 2006, p. 5.

¹⁰ Astolfo Serra afirmava que “os limites do Maranhão não são linhas imaginárias de fronteira mas caminhos de água que o ligam ao resto do Mundo”.

¹¹ O edifício do quartel foi construído na última década do século XVIII, no tempo do governador Fernando António de Noronha (Gaioso, 2008, p.70-71).

Figura 6. Área de manguezal no golfão maranhense.



Fonte: Souza Filho, 2005, p. 433.

Na denominada Zona Costeira e Estuarina do Maranhão (ZCEM) o solo é úmido e lodoso e por isso rico em nutrientes, constituindo um ecossistema muito fértil, onde se encontram diversos peixes, crustáceos e plantas, assim como a própria madeira de mangue.

O Golfão Maranhense [...] é recortado por várias reentrâncias, formadas por baías flúvio-estuarinas, configurando um litoral de “falsas rias”, com vales fluviais afogados. Estas “falsas rias” são caracterizadas por ricas comunidades bióticas, que formam um macro sistema de manguezais, bordejando as baías e os canais flúvio-estuarinos.¹²

3.2 Fronteira urbana bucólica

Em 1886 a imprensa divulgou os limites da cidade de São Luís do Maranhão que, em conformidade com o decreto 7536 (§ 2 do art. 6) de 15 de novembro de 1879, estavam assim definidos:

Pelo lado do Oeste o porto – pelo Norte o Rio Anil até o igarapé que separa o terreno da Gâmboa do mangal que se acha ao lado. Pelo Este, cortando deste igarapé em direcção a quinta do “Liro”, que desemboca no Bacanga e forma o limite natural do lado Sul.¹³

Portanto, em 1879 o lugar da Camboa estava imediatamente fora do perímetro oficial da cidade (Figura 4). Era assim um lugar limite em plano baixo, no extremo oposto ao citado

¹² El Robrini et al, 2006, p. 89, 97 e 98.

¹³ *Pacotilha*, 15 de outubro de 1886, p. 1.

núcleo de fundação e centro político e religioso da urbe com os respectivos Palácio do Governo, Intendência e Sé Catedral.

Poucos anos antes, em 1876, o *Diário do Maranhão* noticiava que haviam ardido “algumas casas de palha no caminho da Camboa do Matto [...] e nem as torres nem o quartel deram sinal de fogo, e nem acudiram ao lugar. [...] Terminou o incêndio quando nada havia para queimar”.¹⁴ Se morava gente ali, não seria gente digna da atenção de nenhuma instância oficial.

Já as notícias publicadas na imprensa, na década seguinte, revelam que as pessoas que moravam na Camboa passaram a se fazer sentir. Em 1884 o jornal *Pacotilha* reclamava de uns pândegos, “que têm o costume de internar-se pela Camboa do Matto, nos frescos trajos do paraíso e por ali passam os domingos e dias santos, perseguindo a bixaria com tiros de lazarina”, pois ainda que a caça fosse consentida a nudez não, “porque moram famílias na Camboa do Matto”.¹⁵ No ano seguinte, e “atendendo a que a Gamboa é um bairro muito habitado” no mesmo vespertino se pedia providências “aos srs. comandantes do 5º batalhão de infantaria e do corpo de polícia” quanto aos soldados do Campo de Ourique, que “por maldade ou preguiça” ali despejavam os detritos da limpeza do quartel, “ao lado da estrada ultimamente aberta pelo Sr. Simeão José da Costa”.¹⁶ Cerca de um mês depois “a cousa” estava muito pior, pois na data da anterior reclamação “o despejo era feito a 3 ou 4 palmos da estrada; agora [...] vasam os barris ali mesmo, à beira da estrada!” E os autores insistiam que “a Camboa do Matto é um lugar frequentado; há ali casas onde habitam famílias”.¹⁷

Portanto, pelas informações encontradas nestes jornais da época, a Camboa, já habitada, estaria como que reivindicando e definindo a sua existência enquanto lugar, e fazia-o pela afirmação dos valores de urbanidade e decência que se conceituavam no momento: é um bairro de famílias, onde não se aceita nudez nem imundície.

É provável que a Camboa fosse habitada por famílias minimamente influentes, que teriam espaço no jornal para estas comunicações, mas a *Pacotilha*, fundado no final de 1880, propunha desde o primeiro número um jornalismo crítico e contestador: censurava políticos,

¹⁴ *Diário do Maranhão*, 17 de março de 1876, nº 785.

¹⁵ *Pacotilha* 24 de março de 1884, p. 2.

¹⁶ *Pacotilha*, 4 de janeiro de 1885, p. 3.

¹⁷ *Pacotilha*, 7 de fevereiro de 1885, p. 2.

costumes locais ou a igreja e abriu-se de forma inovadora à colaboração dos leitores, não só para anúncios mas para matérias em geral.¹⁸

Pelas descrições se depreende também que a Camboa seria um limite bucólico da cidade, uma área graciosa, porque afastada da Praia Grande com o ativo porto, o agitado núcleo comercial e os ares pouco saudáveis, - vale lembrar que o destino do lixo era o mar e muitos despojos orgânicos eram jogados na areia das praias à espera da “lavagem” feita pela maré-cheia. Ainda em 1884 e 1885 se alugavam na Camboa “pitorescas casas, para tomar ares, que são magníficos, para quem sofre de beribéri e outras moléstias”; era dito lugar “com magnífica vista, muito sadio e alegre, perto da cidade, por terra ou embarcado, é porto de toda maré”.¹⁹ As chamadas “viagens de recreio familiar” pelos rios Anil e Bacanga, em barcos com banda de música a bordo, passavam pelo “Caes da Sagração, Santo Antônio, Remédios e Camboa do Matto”.²⁰ Nos dias de São João, pelo menos em 1887, organizou-se um “grande passeio marítimo” no vapor Ypiranga, “formosamente embandeirado e com música ao vivo”. O “higiênico e tão apreciado passeio” passou pela “Gamboa, Roma Velha, Roma Nova, até o sítio Bom-Gosto” com destino ao Vinhais.²¹ Na seção “Boatos” do mesmo vespertino, em 1886, aconselha-se o senhor Manuel da Silva Rodrigues, conhecido industrial do ramo dos curtumes e “nobre guerreiro eleitoral”, a se recolher à Camboa, seguindo o exemplo de Carlos V que após o seu glorioso reinado se recolheu ao convento de São Justo. Como “não tem S. Justo para ir meditar sobre as grandezas passadas” e já que no depósito de couros “não há lugar para meditação em meio dos couros salgados e espichados”, pois o senhor “zela muito as suas narinas e não está disposto a suportar o resto da vida o acre e sensual cheiro da courama”, uma boa possibilidade seria a Camboa do

¹⁸ Mendonça, 2013, s.p.

¹⁹ *Pacotilha*, 20 de novembro de 1884, p. 4 e *Pacotilha*, 9 de maio de 1885, p. 1. Porto de toda maré significa que permite o embarque e desembarque tanto em maré baixa como alta.

²⁰ *Pacotilha*, 14 de junho de 1881, p. 2 e *Pacotilha*, 13 de agosto de 1886.

²¹ *Pacotilha*, 20 de junho de 1887.

Vinhais era um pequeno arraial na margem direita do rio Anil, a montante. A sua igreja matriz, de São João Batista, onde se celebravam os citados festejos, esteve recentemente, em 2012, ameaçada de demolição pela passagem de uma nova avenida expressa, que acabou por ser desviada e a igreja poupada por forte resistência da população.

Matto: lugar “bello, poetico, sublime, pitoresco”, ali “sentindo as vagas do Anil sussurrarem-lhe aos ouvidos”.²²

A resposta surge cerca de uma semana depois, nas publicações a pedido d’*O Paiz* intitulada “La Pacotilhe s’amuse” e não propriamente assinada mas rematada com “Chega, freguez”.²³ Nesse longo artigo, se pergunta “Pois não é altamente romântico dizer que a Camboa do Matto é um excelente lugar de meditação?” e a réplica se segue: “A verdura que se ostenta pujante na Camboa do Matto, a relva tenra que por ali há, a brisa, o ar, o vento, as ondas, tudo isso são outros tantos atrativos em falta de bagaço, ou cousa melhor”.

A referência a estes artigos dos jornais serve também para dar um ar do tempo, permitindo acompanhar as disputas públicas que se davam nas suas páginas e ainda perceber certos costumes. Para a população letrada, a presença de estrangeirismos era natural e daí não serem estranhos títulos em francês. Desde a segunda metade do século XVIII que os comerciantes e fazendeiros ricos enviam os seus filhos para estudar na Europa e São Luís era uma cidade com várias casas de representantes comerciais estrangeiros.²⁴

Por outro lado, tais artigos na imprensa testemunham, ainda, os últimos sinais do tempo em que a Camboa, ainda despontando enquanto lugar, era essa área graciosa na fronteira da cidade, considerada como o contraponto do ambiente mal-cheiroso de uma fábrica de curtumes. Em breve, o lugar bucólico se transformaria em arrabalde industrial e os ares magníficos seriam ensombrados pelo fumo da chaminé de uma grande fábrica de fiação e tecelagem. Mesmo sendo vizinha ao centro, o seu destino iria ficar marcado pela condição de periferia.

²² *Pacotilha*, 13 de agosto de 1886.

Carlos V foi considerado um dos monarcas mais poderosos do mundo, imperador do sacro-império Romano Germânico (século XVI), que incluiu por herança as possessões da América espanhola. Consta que passou os seus últimos dois anos recolhido no Convento de São Justo, em Espanha. É pouco provável que hoje algum jornal brasileiro comparasse um político local ao imperador Carlos V, não por distância de tempo, pois já era distante no final do século XIX, mas por desconhecimento que impossibilitaria a ironia. Isto revela que os leitores maranhenses estavam perto da história europeia, tal como se percebe por outras matérias na imprensa diária de São Luís, onde se publicavam notícias da Europa, bem como trechos de obras coevas ou artigos, contos e folhetins de muitos autores europeus.

²³ *O Paiz*, 21 de agosto de 1886.

²⁴ A forte ligação das elites locais com a metrópole, fez com que o Maranhão não reconhecesse a independência do Brasil, proclamada em 1822. Essa resistência foi vencida apenas em julho do ano seguinte, com a cidade cercada e ameaçada de bombardeamento pelas tropas imperiais, sob comando do lorde escocês Thomas Cochrane, contratado por D. Pedro I. Mas a instabilidade na província e em São Luís, com conflitos internos, durou até 1825 (Mariz, 2012). Mesmo após a integração no Império, o bispado do Maranhão continuou subordinado ao arcebispado de Lisboa.

3.3 Cidade, infraestrutura e imagem urbana

É de praxe que os trabalhos que tratam sobre a cidade de São Luís no século XIX cite os relatos de viajantes europeus da época sobre a qualidade das construções urbanas:

[...] tem-se a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao visitante um aspeto de progresso como raramente se nota em outras cidades do Império. Além disso são poucas as choupanas e casebres.²⁵

[...] as casas são solidamente construídas de arenito avermelhado; geralmente tem dois andares e sua aparência é mais regular que as das outras grandes cidades do Brasil.²⁶

[...] o traçado em linha reta, embora com subida e descida, e sua limpeza logo impressionam de modo sumamente agradável. Creio poder dizer que nenhuma cidade do Brasil conta proporcionalmente ao seu tamanho tantas casas bonitas, grandes e até apalaçadas como o Maranhão. A cidade [...] ostenta ainda o esplendor de uma época, infelizmente passada.²⁷

Na cultura local, esse esplendor ficou associado à época da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instituída na segunda metade do século XVIII, que concedeu medidas protecionistas à região, resultando num escoamento vantajoso da produção agrícola e no primeiro surto de desenvolvimento econômico da cidade.²⁸ São Luís tornou-se uma próspera cidade mercantil e com a sua expansão física contida naturalmente pela situação geográfica, deu-se uma verticalização na área central, provocada pela valorização do solo.²⁹ Junto ao porto, na Praia Grande, a burguesia mercantil construiu um conjunto de sobrados monumentais que, em simultâneo com outras construções urbanas de grande unidade, foram classificados em 1997 como patrimônio cultural da humanidade, pela UNESCO.

²⁵ Daniel Kidder, 1841, *apud* Iphan, 1998, p. 51.
Kidder esteve no Brasil entre 1937 e 1940.

²⁶ George Gardner, Viagem ao interior do Brasil, 1846 *apud* Silva Filho, 1998 p. 25.

²⁷ Robert Avé-Lallemant, No Rio Amazonas, 1859 *apud* Iphan, 2007, p. 54.

²⁸ Burnett, 2008, p. 113.

A Companhia foi instituída pelo Marquês de Pombal em 1755 (Pombal foi ministro de D. José, que reinou entre 1750-1777), e concedia à província prerrogativas como o monopólio na importação de escravos, prioridade aos seus produtos nas alfândegas ou escolta dos navios pela Armada Real.

²⁹ Burnett, 2008 p. 115.

Após a adesão do Maranhão ao Império do Brasil, São Luís recupera a sua posição de capital que estava desde 1756 fixada em Belém.³⁰ Como consequência, deu-se um crescimento da cidade e verificou-se um aumento populacional, bem como melhorias urbanas, notando-se a preocupação das autoridades com a funcionalidade e o embelezamento, mas mantiveram-se os seus limites físicos.³¹

Nos quarteirões regulares definidos pela traça do século XVII consolida-se um variado parcelamento de lotes que vai possibilitar a definição do padrão tipológico da arquitetura maranhense: ao lado do sobrado e da morada-inteira, erigem-se a meia-morada e a porta-e-janela, expressões da moradia das classes alta, média e baixa no centro da cidade.³²

Esse crescimento terá também sido influenciado pela transferência da corte para o Brasil, em 1808 e a consequente abertura de portos e autorização de funcionamento de indústrias na cidade: há dados confirmando o aumento expressivo do número de edificações em São Luís na primeira metade do século, que passaram de 1553 para 2764, sendo que o maior aumento se dá entre 1818 e 1828, com cerca 400 novas construções.³³

Também os naturalistas Spix e Martius anotaram, na sua passagem pela cidade em 1819, que era a quarta maior e mais próspera do Brasil, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.³⁴

Em 1825, é instalado o serviço de iluminação pública com lampiões a óleo e será também por esta altura que se constrói o “ousado” e extenso sistema de captação de águas pluviais, que compreende galerias subterrâneas com até 2m de altura cruzando as quadras do centro.³⁵ A imprensa inicia-se na cidade na década de 1820 e a Biblioteca Pública é inaugurada em 1829.³⁶

³⁰ As reformas pombalinas, no âmbito das quais se instituiu a referida Companhia Geral do Comércio, instauraram o estado do Grão-Pará e Maranhão, transferindo a capital para Belém, em 1756. Até então e desde 1621, a capital do estado do Maranhão e Grão-Pará, que compreendia todo o Norte brasileiro do Ceará à Amazônia, era São Luís (Moreira, 2016).

³¹ Iphan, 2007, p. 51.

O período contabilizado foi, concretamente, entre 1808 e 1856, quando o número de edificações quase duplicou.

³² Burnett, 2008, p. 119.

³³ Iphan, 2007, p. 54.

³⁴ Spix e Von Martius, 1938.

³⁵ Silva Filho, 1998, p. 29.

³⁶ Ribeiro Júnior, 1999, p. 25.

O serviço de bonde da cidade, de tração animal e com carros construídos dos Estados Unidos, foi inaugurado em 1872,³⁷ contando com três linhas em atividade (largo do Palácio-Estação, largo do Palácio-largo dos Remédios, e largo do Palácio-cemitério de Gavião). No ano seguinte, entraram em funcionamento mais 11km da linha suburbana (até ao Cutim) que em 1893, chega ao bairro do Anil, na sequência de grande injeção de dinheiro público na então Empresa Ferro-Carril, que se queixava de não conseguir sequer alimentar os animais e passa assim a contar com locomotivas a vapor.³⁸ Segundo Morrison, São Luís foi uma das primeiras cidades brasileiras a ter um serviço urbano de bonde, puxado a cavalos, e terá sido uma das últimas a tê-lo elétrico.³⁹

Os citados relatos referem-se, assim, a um período de prosperidade, a partir do qual a cidade do São Luís terá começado a decair, como se verifica pela última narração apresentada, referente a 1859, que observa “o esplendor de uma época passada”.

Neste contexto, foram editados várias decretos e leis com o objetivo de controlar as obras e as construções na cidade e garantir ou melhorar a imagem urbana.⁴⁰

3.4 Códigos de Posturas

O primeiro Código de Posturas de São Luís data de 1842 e terá surgido para disciplinar o crescimento ou talvez já fosse uma tentativa de freiar o desaparecimento desse “esplendor” em curso. Certo é que, segundo Burnett, as suas regulações, reafirmando práticas da Lei das Câmaras promulgadas por D. Pedro I em 1822, vão reger as construções que traduzem o “compromisso rigoroso com a ambiência urbana”.⁴¹

³⁷ Iphan 2006, p. 55.

A primeira proposta e requerimento de licença para o “assentamento de trilhos urbanos” na cidade, com veículos a vapor segundo o sistema de “road steamer”, foi apresentada à Assembleia Provincial em 1870 e a licença concedida em 1971, autorizando diligências “em trilhos de ferro, puxados por muelles ou a vapor” (Palhano, 1988, p. 155).

³⁸ Morrison, 1989.

Nesse mesmo ano e aproveitando da infraestrutura, inaugurou-se no lugar a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, uma grande Fábrica Textil.

³⁹ Morrison, 1989.

⁴⁰ Iphan, 2007, p. 51-53.

⁴¹ Burnett, 2011, p. 119.

Uma das multas mais elevadas estava fixada para quem construísse edifício ou muro “sem licença da câmara”, que seria demolido no caso de estar fora do alinhamento da rua, todavia se “bem alinhado”, a construção permanecia, pagando o infrator a multa de trinta mil reis.⁴²

A 29ª postura proibía que os proprietários das fábricas de pilar arroz jogassem as cascas nas ruas, praias, ou mar e a 21ª regia o estabelecimento de fábricas de curtumes, que eram proibidas dentro da cidade só podendo fixar-se “fora dos subúrbios da mesma; [...] unicamente na parte que fica a sota-vento do apicum por diante”.⁴³

O Código disciplinava os mais variados comportamentos ou práticas, alguns em detalhe, proibindo, por exemplo, o pedido de esmolas com uso de “imagens” que não estivessem no devido “nicho portátil”, ou o abate de “vacas prenhas e rezes magras” ou ainda o uso de armas pelos escravos dentro da cidade “até mesmo paus simples”, permitidos, porém, nas “estradas públicas ou em longa viagem”.⁴⁴

Percebe-se assim a construção do ideário da civilidade urbana, com regimento das condutas a observar na cidade e, a quem não cumprisse com alguma das determinações, seria aplicada multa ou pena, redefinida na reincidência.

Em 1866, entrou em vigor um novo Código Municipal de Posturas que veio a ser reformulado oficialmente apenas em 1893, cobrindo assim o período de instalação da indústria têxtil na cidade, que aqui mais interessa. O novo Código era composto de 211 artigos, distribuídos em quatro títulos: Regularidade e Aformoseamento (79 artigos), Commodo e Seguridade (50 artigos), Salubridade (53 artigos) e Disposições Gerais (29 artigos). Seu objetivo maior era, segundo Burnett, “a preservação da unidade urbanística e a garantia da acessibilidade e mobilidade dos pedestres”.⁴⁵

De fato, é notória a intenção de manter a unidade do conjunto arquitetônico, assim como a atenção com o espaço público, mas também aparecem propósitos de disciplinar a

⁴² Selbach, 2010, p. 35.

⁴³ Selbach, 2010, p. 23.

Sota-vento é uma posição oposta ao sentido dos ventos predominantes. Apicum é um ecossistema de transição, uma sucessão natural do manguezal decorrente da deposição de areias finas por ocasião da preamar. É aparentemente desprovido de fauna, e tem um solo arenoso, quase sem cobertura vegetal, contrastando com o manguezal (Schaeffer-Novelli, s.d.).

⁴⁴ Selbach, 2010 p. 42, 43

⁴⁵ Burnett, 2006, p. 2.

(con)vivência e a ordem dentro da cidade, denotando as preocupações higienistas do momento.

O Código determinava, por exemplo, a obrigatoriedade de murar os terrenos onde não houvesse construção, “isto é, cercá-los de muros com aparência de casa [...] na parte que diz respeito à perspectiva da cidade”, ou seja, na fachada principal; e obrigava o licenciamento das obras, apresentando “o risco e o desenho exterior” para aprovação da câmara, bem como impunha o revestimento com reboco, caiação, estuque ou pintura “das paredes exteriores dos prédios que não forem de azulejo” (arts. 53, 54 e 56).

No âmbito de Salubridade, estava a obrigatoriedade de vacinar as crianças após os três meses (art. 180), a interdição de fumar ou vender diamba (maconha) nos lugares públicos (art. 154), a imposição de que os talhos (açougues) fossem fechados de grades “de todos os lados” para a devida circulação e renovação de ar (art. 137) ou, pelo mesmo motivo, a proibição de morar nos quartos interiores dos sobrados (art. 178), as alcovas.

A observação em simultâneo de certos artigos, revela as contrariedades da época, onde coexistiam várias temporalidades: enquanto, por um lado, se proibia “nas aulas tanto públicas como particulares o castigo corporal de qualquer natureza que seja” (art. 97), por outro, proibia-se de “andarem pelas ruas da cidade escravos com gargalheiras, grilhetas e outros instrumentos de castigo” (art. 99).

Particularmente interessantes no referido Código são, no entanto, as Disposições Gerais. Elas contêm determinações amplas, como a adoção imperativa do sistema métrico francês a partir de 1868 (art. 200), mas também parecem ter funcionado como uma adenda em processo de atualização, onde se iam acrescentando revisões, diretrizes ou regulamentações circunstanciais.⁴⁶ Assim, o artigo 203 concede permissão para que o “cadáver do Exm. Snr. Dr. Brás de Souza seja sepultado na catedral” e por ele “dobrem os sinos desde as 6 horas da manhã até ao sepultamento”. Isso derroga disposições do próprio Código, a saber, que nenhum cadáver humano pode ser enterrado fora dos cemitérios (art. 168) e que apenas na Matriz e na igreja de São Pantaleão podem dobrar os sinos por defuntos, desde que não “excedam os cinco minutos e por três vezes unicamente desde a morte até o enterro” (art.

⁴⁶ A Lei Imperial nº1157 de 28 de junho de 1862 fixara já a adoção do sistema métrico decimal francês como padrão para as unidades de medida lineares, de superfície, de capacidade e peso. Tal sistema deveria substituir gradualmente, nos dez anos subsequentes, o sistema de pesos e medidas então em uso no Império.

38). Ora, Brás de Souza, presidente da província do Maranhão a partir de junho de 1869, faleceu em maio de 1870, quatro anos depois de o Código ter sido decretado.⁴⁷ O anacronismo leva a crer que também terá sido posterior o artigo 202, que proíbe o “jogo dito de papagaio” na cidade, talvez regulando um hábito recém-chegado ou que começou a provocar distúrbios. Algo semelhante se aplicaria ao artigo 204, que fixa em exatos oito centímetros a largura entre as grades de que deveriam ser feitas “as frentes dos balcões de molhados”.

Relativamente aos papagaios de papel, não seriam novidade porque, segundo Lourdes Lacroix, a “perigosa brincadeira” é de origem lusitana.⁴⁸ A permissão exclusiva de os empinar no largo do Campo de Ourique, prende-se com o perigo resultante dos fios se emaranharem nas telhas dos beirais coloniais.⁴⁹ O problema pode ser conhecido pelos jornais, onde os editores relatavam que tal postura não era aplicada, pois “temos aqui reclamações de vários moradores da rua do Passeio, vizinhos do sr. delegado de polícia, que se queixam contra o vandalismo com que são destelhadas as suas casas” e “continuam a pedir-nos que reclamemos da polícia ou de quem competir, contra o abuso do brinquedo de papagaio nas ruas da cidade. Ainda ontem o telhado de uma casa na rua dos Afogados ficou bastante estragado por causa de tal divertimento”.⁵⁰

Em suma, o Código representava mais uma referência ideal do que propriamente a realidade e, por isso mesmo, seria ignorado ou reformado sempre que conveniente, como no caso dos ritos fúnebres ao “Exmo Snr. Dr. Brás de Souza”. A parcialidade na aplicação do Código pode ser observada a partir do episódio da detenção dos mercadores árabes, que igualmente dá um ar do ambiente urbano de São Luís em 1887:

Andam ai pelas ruas da cidade uns árabes [...] vendendo miudezas, arranjando a vida muito licitamente, sem outra ambição, talvez, que a de conseguir uns cobres, o

⁴⁷ Para os Códigos de Posturas foi consultada a compilação organizada por Selbach (2010), em que o Código citado é apresentado contendo 211 artigos e onde tal discrepância (reveladora que alguns artigos foram escritos posteriormente a 1866) não foi notada. No caso, terá sido atualizado pelo menos em 1870. A compilação apresenta o código de 1893 truncado, apenas com 45 artigos, em vez dos 237 que são referidos na introdução. Cf. Selbach, 2010, p. 88-96.

⁴⁸ Lacroix, 2008, p. 73.

⁴⁹ Posteriormente, já no século XX há registros de que os fios dos papagaios se emaranhavam nas linhas dos telefones e dos telégrafos (*Pacotilha*, 30 abril de 1903). Não foi possível determinar quando estes sistemas de comunicação começam a funcionar, mas em 1883 chega do Rio de Janeiro o tenente Olegário Pinto, integrante da comissão instaladora do telégrafo na província (*Pacotilha*, 3 de outubro de 1883).

⁵⁰ *Pacotilha*, 26 de junho de 1884 e 25 de maio de 1885.

suficiente para comprar o pão de cada dia. Hontem, porem soldados do urbanos largaram-se pelo mundo a fora e catrafilaram quanto *mascate* encontraram. [...] é que tinham de satisfazer umas tantas posturas do código municipal. A por-se em execução as penas do código de posturas, que elas se estendam a todos, não limitando-se somente aos árabes vendedores de quinquilharias.⁵¹

Tudo isso revela, ao mesmo tempo, uma intenção ou um discurso de controle sobre atividades e espaço urbanos e o fracasso no exercício desse controle: a legislação não se antecipava às transformações, mas tentava discipliná-las *a posteriori* e em ações esporádicas, mais destinadas a avivar, periodicamente, a consciência dos cidadãos acerca do poder policial do Estado do que a assegurar as condições da vida urbana no dia-a-dia.

A decadência real da cidade no final do século XIX se deixa entrever na descrição, mais ou menos romanceada, feita por Aluísio de Azevedo n’*O Mulato*, publicado em 1881:

De um casebre miserável, de porta e janela, ouviam-se gemer os armadores enferrujados de uma rede [...] Doutro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, sebososo, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: fígado, rins e coração! Era uma vendedora de fatos de boi. [...] As crianças nuas [...] corriam e guinchavam, empinando papagaios de papel.⁵²

Refira-se que o Código de Posturas vigente proibia a venda de carne verde (fresca) por particulares nas ruas e praças, consentida apenas em açougues (art.132), como aliás, proibia igualmente o já comentado jogo de papagaios.

Sobre o estabelecimento de fábricas, regem os artigos 80 e 81, no âmbito “Commodo e Seguridade”, mas apenas há referência a fábricas de fogo de artifício e a novas saboarias, oficinas de tanoeiros, ferreiros e caldeireiros. As primeiras, de fogo de artifício, deverão estabelecer-se “fora da cidade, a sota-vento d’ella”; as restantes, saboarias e oficinas, só poderão estabelecer-se “no litoral da cidade”.⁵³ Nada consta quanto a fábricas de fiação e tecelagem, até porque não existiam. Apesar de, como referido, sua instalação ter sido autorizada desde a transferência da Corte para o Brasil.

⁵¹ *Pacotilha*, 14 de outubro de 1887, p. 3.

⁵² Azevedo, 2010, p. 13.

O *Mulato* foi escrito e ambientado em São Luís; é um romance que tem como grandes temas a mediocridade e a hipocrisia dos preconceitos raciais.

⁵³ Selbach, 2010, p. 62.

Na legenda da planta de 1858 (Figura 4), último registro cartográfico anterior ao Código de 1866, identifica-se uma única instalação fabril: a fábrica de pilar arroz a vapor, localizada nas proximidades do largo da Madre Deus, às margens do Rio Bacanga. No entanto, sabe-se que por volta de 1840 existiam na cidade “seis fábricas de pilar arroz, três de sabão e velas, duas prensas de algodão, 22 de cal, oito olarias e seis tipografias”.⁵⁴

3.5 Fábrica de fiação da Camboa

Como já dito, inauguraram-se oito fábricas têxteis em São Luís entre 1890 e 1895. A grande inovação eram os teares mecânicos, que deixavam de limitar a largura do tecido à amplitude dos braços do operário, como acontecia nos teares manuais. Mas a principal motivação para a implantação das fábricas não terá sido essa industriiosidade e sim a necessidade de investir os recursos financeiros acumulados na exportação do açúcar e do algodão, agora em franca diminuição, bem como a circunstância da abolição da escravatura, que fazia adivinhar dificuldades na agricultura.

A primeira e também a maior dessas fábricas estabeleceu-se na Camboa do Matto. Ela foi o grande investimento da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, constituída no dia 17 de outubro de 1887, logo com o objetivo de construir uma fábrica de fiação e tecidos em São Luís. A ideia surgira da reunião de “lavradores e comerciantes” promovida pela Sociedade Auxiliadora da Lavoura e Indústria, então recém-criada para ajudar a solucionar o problema do fim do trabalho escravo.⁵⁵

Em 1888, a Companhia se pôs a procurar, mediante um anúncio na imprensa, um terreno adequado, que deveria ficar “no perímetro d’ esta cidade”.⁵⁶ Da abertura das propostas, que foram entregues em carta fechada e abrangeram nove “quintas” e três “terrenos”,⁵⁷ dão conta as opiniões nos jornais. Houve manifestos de indignação com a possibilidade de se instalar “lá para a parte da Madredeus”, considerada um desterro “o lugar mais péssimo,

⁵⁴ Iphan, 2007, p. 51.

⁵⁵ Viveiros, 1954, p. 58, Palhano, 1988, p. 25.

⁵⁶ Relatório, 1890, p. 2

⁵⁷ Relatório, 1890, p. 3.

porque recebe todos os miasmas da cidade, do cemitério e dos hospitais etc!”.⁵⁸ Tal manifestação foi assinada por “alguns acionistas” que aconselhavam os “dignos srs. diretores” a consultarem os “facultativos” (médicos), pois desejavam ver o seu dinheiro “plantado em lugar que possa viver e não em lugar que possa morrer”. Em resposta publicada no mesmo vespertino, assinou “um maranhense”, que não acreditava que a “honrada diretoria” se entregasse a “irrefletido erro” na exigente escolha do terreno para “missão de tanto alcance”, dado ser “o primeiro destes estabelecimentos nesta capital, [...] que vai abrir à classe proletária as portas do trabalho e de uma educação nova”, e enquanto se define imparcial “a nós tanto rende que se prefira o terreno de Paulo como o de Pedro, uma vez que a escolha seja bem feita” não deixa de observar as vantagens do terreno da antiga Quinta do Barão, à Rua Grande.⁵⁹ Em outro jornal, ainda “alguns acionistas” queixavam-se da obrigação de guardar segredo sobre “a questão da escolha do local para colocação da fábrica de tecidos” e reprovavam esse “hábito inveterado” que denotava a indiferença dos acionistas das diversas companhias e bancos da província quanto a seus próprios capitais.⁶⁰ Por isso, divulgavam os três lugares apontados como sendo mais apropriados: a Camboa do Matto, o sítio dos senhores Maia Sobrinho e Companhia e o sítio Itamacaca”. Sabiam da preferência pelo lugar da Camboa, mas ainda que o considerassem incontestavelmente salubre, não possuía um elemento fundamental “a água, para alimentação dos grandes motores [...] e para bebida do numeroso pessoal que lá irá trabalhar” além de ser, de longe, o mais caro dos terrenos. Ali existiam, porém, casas que poderiam ser alugadas revertendo em proveito da fábrica (provavelmente aquelas pitorescas habitações que se alugavam para tomar bons ares), mas a própria diretoria havia esclarecido que “uma das vantagens da Camboa é ficar a fábrica isolada de pequenas habitações sempre prejudiciais às condições de hygiene e segurança que devem ter estabelecimentos dessa ordem”.

Independentemente das recomendações, a Companhia decidiu-se afinal pelo terreno da Camboa do Matto, proposto por Simeão José da Costa⁶¹ e comprado por 18 mil réis. As razões que ditaram essa escolha foram, segundo a própria Companhia, o seu “excelente

⁵⁸ *Diário do Maranhão*, 19 de janeiro de 1888.

Miasmas eram ares envenenados. A chamada Teoria Miasmática impôs-se até ao final do século XIX, quando se acreditava que os miasmas envenenavam o ar e através deles se propagavam doenças e epidemias.

⁵⁹ *Diário do Maranhão*, 23 de janeiro de 1888.

⁶⁰ *O Paiz*, 2 de março de 1888.

⁶¹ Simeão da Costa é o cidadão que ali havia aberto uma rua em 1885, quando se reclamava dos pândegos e dos soldados.

porto de mar” e o fato de ser “lugar de fácil acesso aos operários e ao mesmo tempo separado de habitações, o que é vantajoso sob o ponto de vista higiênico”.⁶²

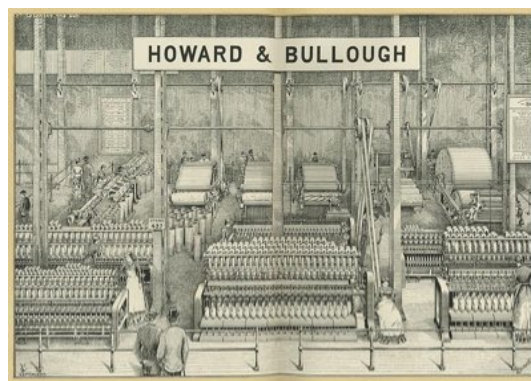
Como seria preciso produzir em grande escala para cumprir rapidamente a amortização do capital investido e “uma pequena fábrica não oferece proporcionalmente as vantagens que se deve esperar de uma instalação mais desenvolvida”, a Companhia de acionistas mandou vir de Inglaterra “orçamentos e plantas” de uma fábrica de fiação e tecidos de algodão, fixando a dimensão em cerca de 300 teares.⁶³ O projeto foi concebido pela Howard & Bullough, a principal fábrica inglesa – dado o contexto da época, é o mesmo que dizer mundial –, de teares mecânicos, com sede em Accrington, Lancashire. (Figura 7 e 8) No entanto, para se adequar ao clima de São Luís, o plano foi modificado pelo engenheiro Palmério Cantanhede, que era também chefe de melhoramentos do porto da cidade.⁶⁴

Figura 7. Howard & Bullough - Accrington. Fabricantes de Maquinário Textil.

Figura 8. Howard & Bullough. Exposição do Jubileu Real, Manchester, 1887.



Fonte: Cotton, 2016.



Fonte: History, 2016

Foi contratado o material necessário para a construção de um edifício que comportasse esse grande número de máquinas, mas ficou decidido que a fábrica iria iniciar atividades com 100 teares. A encomenda de apenas um terço das máquinas justificou-se por não haver ainda operários habilitados a trabalhar nelas e porque tal aprendizagem era demorada. A Companhia pagou por elas cerca de 13 mil libras, “afora frete, seguro e comissão”.

⁶² Relatório, 1890 p. 4.

⁶³ Relatório, 1890 p. 4.

⁶⁴ Relatório, 1890, p. 4-5.

Interessante verificar a coincidência de interesses. Engenheiro formado em Genebra, Palmério Cantanhede era funcionário público e o principal projetista das fábricas, incluindo engenhos de açúcar, dois destes concedendo-lhe por lei juros anuais de 6% (Decreto nº 610, de 31 de Julho de 1890).

No dia 15 de abril de 1888 “gloriosa data nas páginas da história desta província”, comemorou-se o assentamento da pedra fundamental da então chamada Fábrica de Fiação, - o nome Fábrica da Camboa se instituiu apenas quando ela deixou de ser a única de São Luís.⁶⁵ Foi um momento marcante para a cidade, com honras de, pelo menos, dois passeios marítimos e serviço extraordinário de bondes para transportar quem quisesse assistir à cerimônia.⁶⁶

À pomposa formalidade compareceu naturalmente o presidente da província José Bento de Araújo, acontecimento mencionado no discurso que proferiu à Assembleia Provincial. O presidente, considerando a empresa “sob os melhores auspícios” e tendo “as mais fundadas esperanças de que em breve serão colhidos bons resultados da fábrica”, elogia ainda os responsáveis pela Companhia e destaca a “animação que se nota na população desta capital em favor da mesma empresa”.⁶⁷ Com referência à abolição da escravatura, que estava na pauta do dia e seria sancionada menos de um mês depois, ele diz que “o desenvolvimento não só da indústria de fiação e tecidos de algodão [...] como igualmente das diferentes culturas a que se presta o solo desta vasta província, enriquecida pela natureza, colocarão o Maranhão em estado de poder vencer com facilidade os obstáculos inerentes à evolução do trabalho por que passa o país.”⁶⁸

No dia 1º de janeiro de 1890 (num Brasil já republicano) assistiram à cerimônia de inauguração cerca de duas mil pessoas, entre curiosos, acionistas da Companhia, magistrados e membros do clero, com destaque para o bispo da diocese Dom Antônio Cândido de

A fábrica se tornou uma atração na cidade. Tantos queriam conhecê-la que a Companhia se viu obrigada a disciplinar as visitas: “no intuito de evitar as perturbações que atualmente se dão no serviço [...] só serão permitidas [visitas] às terças-feiras” e a pessoas munidas de “cartão de apresentação de um dos diretores” - abriam-se exceções aos forasteiros, que poderiam aparecer a qualquer dia, mas que precisavam igualmente da referida autorização.⁶⁹

⁶⁵ *Diário do Maranhão*, 14 de abril de 1888.

⁶⁶ *O Paiz*, 13 de abril de 1888 e *Diário do Maranhão*, 14 de abril de 1888.

⁶⁷ Araújo, 1888, p. 7-8.

⁶⁸ Araújo, 1888, p. 7-8.

Sobre “os obstáculos referentes à evolução do trabalho por que passa o país” entenda-se a abolição do trabalho escravo. Tal ideia foi analisada por vários autores, sobretudo por Alfredo Wagner de Almeida em *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. Cf. Almeida, 2008.

⁶⁹ *Pacotilha*, 4 e 5 de março de 1892 - Anúncio 672-5, datado de 29 de fevereiro de 1892.

Dez anos depois, em 1900, a revista *Elegante* publica em São Luís uma “vista” da Fábrica da Camboa (Figura 9), apontada como a “mestra da indústria têxtil do Maranhão”, com a seguinte descrição das instalações:

Acha-se situada no extremo nordeste da cidade. O terreno forma uma espécie de península à margem esquerda do Rio Anil. Ladeado pelos igarapés Mamoim e Medeiros, só tinha comunicação a pé para a cidade por um mau e solitário caminho de arrabalde - Curupira -, hoje regularmente habitado. A estrada que na gravura se nota entre baldios e arvoredos é um aterro de 130 metros de extensão e 5 de largura, mandado construir sobre o igarapé do Medeiros comunicando, para comodidade dos operários, a fábrica com o bairro dos Remédios, que fornece a maior parte do pessoal de trabalho. [...]

O coup d’oeil ressent-se dos defeitos da miniatura pela distância do ponto d’onde partiu. O edifício principal da fábrica é um quadrilongo de 80 metros de norte a sul e 70 de leste a oeste. [...] A vista foi tirada ao domingo sendo a essa circunstância devido a falta de fumo que se nota na chaminé e de pessoal em movimento [...].⁷⁰

Figura 9. Fábrica de Fiação e Tecidos da Camboa.



Fonte: Revista Elegante, 1900, p.2

Em 1895 contavam-se no Maranhão 27 fábricas e em São Luís 16, entre as quais 8 fábricas têxteis que tinham iniciado atividades nos 5 anos imediatamente anteriores (Quadro 1).⁷¹ Neste contexto, cola-se à cidade o epíteto de “Manchester do Norte”.⁷²

⁷⁰ Revista *Elegante*, nº 98, de 1 de agosto de 1900, p. 2. A Revista *Elegante* era uma publicação mensal e gratuita, da alfaiataria Teixeira, empresa que detinha, também em São Luís, uma tipografia a vapor.

⁷¹ Iphan, 2007, p. 55 e Viveiros, 1954, p. 49. Segundo Jerônimo Viveiros o Maranhão era, à época (1895), o segundo estado brasileiro em número de indústrias, sendo o primeiro Minas Gerais.

⁷² Carvalho e Guedes, 2015 e Matos, 2013

Quadro 1: Fábricas têxteis instaladas em São Luís entre 1890 e 1895

| Fábrica | ano | endereço | bairro |
|---|------|--|--------|
| Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense | 1890 | Rua da Independência | Camboa |
| Companhia de Fiação e Tecidos do Cânhamo | 1891 | Rua Senador Costa Rodrigues | Centro |
| Fábrica de Tecidos e Malhas Ewerton | 1892 | Rua de Santana | Centro |
| Companhia Progresso Maranhense | 1892 | Rua São Jorge (hoje Rua Antônio Rayol) | Centro |
| Companhia Fabril Maranhense | 1893 | Rua Senador João Pedro, Apicum | Centro |
| Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil | 1893 | Bairro do Anil | Anil |
| Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís | 1894 | Rua de São Pantaleão | Centro |
| Companhia Industrial Maranhense | 1894 | Rua dos Prazeres | Centro |

Fonte: autoria própria.

Também na última década do século chegou a São Luís Humberto de Campos, que escreveria nas suas memórias, em 1932, as impressões que nele ficaram marcadas dessa capital industrial. Vindo criança da pequena cidade de Miritiba, onde morrera seu pai, foi morar com uns familiares, à rua da Inveja, em frente a um muro e uma chaminé, que indicavam os fundos de uma fábrica: “e dentro da casa, ou fora, um cheiro pronunciado de gás, que me dava a ideia de que era o cheiro, mesmo, do Progresso”⁷³. Nesses escritos, com mais de 300 páginas, aparecem entremeadas, cinco palavras com maiúscula: Progresso, Civilização, Paraíso, Riqueza e Trabalho. “A Civilização com a sua tesoura de ferro, começava a cortar as asas ao pássaro”,⁷⁴ enquanto o Paraíso ficava na Praça do Mercado, com os brinquedos expostos no “espetáculo de uma porta de turco” com que sonhou “noites seguidas”: “leques, fitas multicolores [...] pandeiros, balões de borracha, cavalinhos de pau, bonecas descendentes de todas as raças humanas”.⁷⁵ A Riqueza e o Trabalho aparecem numa memória de São Luís, já em 1900, quando Humberto de Campos regressa à cidade depois de um período em Parnaíba, no estado vizinho do Piauí:

⁷³ Campos, 1934, p. 95.

⁷⁴ Campos, 1934, p. 95.

⁷⁵ Campos, 1934, p. 99.

São Luiz era, por essa época, um dos maiores centros fabris do Brasil, e o primeiro do Norte, em tecelagem. Os armazéns tinham um cheiro especial, de fazenda nova, de algodão gomado, que a falta de circulação do ar tornava mais intenso e característico. E aquele cheiro me atraía, me seduzia, me encantava. Era o perfume amoroso da Riqueza nas suas núpcias legais com o Trabalho.⁷⁶

3.6 Trabalho e moradia na Camboa do fim do século

Nos seus quatro primeiros anos de funcionamento, de 1890 a 1893, a Fábrica da Camboa teve lucros anuais de, respectivamente, 10%, 16%, 31% e 20%, mesmo lutando com a “pouca habilidade dos operários e a falta de frequência no serviço” e ainda “edificada numa cidade que levantava na ocasião um parque industrial de boas proporções” que por isso sofria “a concorrência de suas congêneres na aquisição do novo operariado que se formava”.⁷⁷

De acordo com o relatório do governador da província, havia na Fábrica da Camboa 105 teares em funcionamento ao final de 1890 e haviam chegado recentemente de Inglaterra mais 55.⁷⁸ Ali trabalhavam “187 operários, sendo 68 homens, 83 senhoras e 36 crianças, além do gerente interino, mestres das secções dos teares, fiação, gommador, e oficina, do fiscal das fazendas e do apontador”.⁷⁹ Para familiarizá-los com o manuseio dos teares e filatórios, vieram alguns trabalhadores qualificados do Rio de Janeiro e outros da cidade de Caxias (onde a primeira fábrica têxtil da província do Maranhão havia sido inaugurada em 1888).⁸⁰ Para chefiar os trabalhos durante os três primeiros anos, contrataram-se os ingleses William Chalk e John Scott, mestre de fiação e de tecelagem, respectivamente.⁸¹

O dito relatório, apesar de mencionar “os benefícios que resultam àqueles que procuram no trabalho que lhes dá a Fábrica, um salário remunerador e certo”, informa que “os operários recebem entre 400 a 1500 reis diários, conforme a idade e aptidão d’elles, excepto aqueles que são empregados na tecelagem, em cujo serviço ganham de quinze a vinte reis por metro

⁷⁶ Campos, 1934, p. 340.

⁷⁷ Viveiros, 1954, p. 64-65.

⁷⁸ Porciúncula, 1890, p. 260.

⁷⁹ Porciúncula, 1890.

⁸⁰ *O Operário* de 11 de janeiro de 1891.

⁸¹ Viveiros, 1954, p. 64.

de panno”.⁸² Portanto seriam a maioria os operários que não ganhavam um valor fixo, mas um valor de acordo com a produtividade.

Um dos problemas recorrentes nos teares mecânicos era a ruptura da linha. A própria empresa Howard & Bullough havia patenteado em 1862, 1863 e 1864 sistemas de melhorias que faziam soar uma campainha e provocavam a interrupção automática do tear quando a linha se rompia, por forma a agilizar a retomada do trabalho. Dá para imaginar a pressão permanente e a batalha constante entre operário e máquina.

Nas seções de tecelagem e fiação trabalhavam majoritariamente mulheres, muitas começavam ainda crianças. Maria da Glória Correia (1998) coletou depoimentos de ex-operárias que nos dão a conhecer a coação que essas mulheres sofriam, desde a má-reputação por trabalhar na fábrica (eram chamadas de pipiras, pois, tal como a ave, “viviam presas na gaiola”) até ao assédio pelos superiores, passando pela pressão para não deixar o tear vazio, que as fazia dispensar o almoço e as licenças de maternidade.⁸³ As trabalhadoras dos teares estavam no mais baixo escalão da hierarquia operária e não entravam pela porta da frente, mas pelo portão lateral da fábrica.

As condições de trabalho deveriam ser tão pouco convenientes que logo no primeiro ano de funcionamento, em julho, quando na fábrica foi afixada uma “taboleta” anunciando a redução dos salários, todo o operariado feminino “retirou-se, abandonando seus lugares”: foi uma “completa greve” tendo uma das funcionárias sido barrada e impedida de sair pelo mestre dos teares que lhe deu “um tão forte empurrão que a deitou por terra”.⁸⁴

⁸² Porciúncula, 1890, p. 260-261.

⁸³ Também Antoine Prost observou no contexto francês da virada do século e a propósito das *Fronteiras do Espaço Privado* que “só nas camadas mais baixas da escala social uma jovem vai trabalhar fora: na fábrica, na oficina ou na casa de um particular, como doméstica” pois a sua aspiração era ficar na casa paterna sem trabalhar até casar (Ariès e Duby, 2009 p. 18). Na fábrica de São Luís, as operárias dos teares dividiam-se entre “aprendizes, suplentes e donas de máquina” e o ônus do aprendizado incidia sobre as mesmas. As aprendizes eram ensinadas pelas donas da máquina, durante um período em que nenhuma recebia salário, o que gerava dificuldades e ressentimentos. Por outro lado, quando a aprendiz conseguia manusear o tear, passava a suplente, tornando-se uma potencial ameaça ao posto de trabalho da dona da máquina, que a ensinara. Aprendizes ficavam na fábrica sem receber, à espera de uma vaga, que surgia quando alguma dona de máquina chegava após o terceiro apito e tinha a entrada vedada, ou era afastada por vários motivos (almoços demorados, lentidão, partos) e aquelas assumiam o lugar desta. Cf. Correia, 1998

⁸⁴ *Pacotilha*, 18 de julho de 1890.

Nos contos sobre *A Vida Maranhense* (1905), Astolfo Marques traça a vida de Vicência, “uma pobre operária que trabalhava em quatro teares” na Fábrica da Camboa, e apresenta uma síntese dessa jornada:

Findara o trabalho. De uma grande porta, cujo gradil, era agora aberto de par a par, saíam grupos de moças com os cabelos cheios de felpas de algodão, que acabavam de fiar e tecer. Encaminhavam-se ao lar doméstico, depois de haver pago o tributo do dia. Abandonavam hoje o trabalho, para empreendê-lo amanhã novamente, sempre alimentando a mesma esperança de melhores dias, sempre com a ilusão dum futuro risonho...⁸⁵

Como terá sido o “lar doméstico” a que se encaminhavam essas trabalhadoras? Desde o primeiro Relatório da Companhia ficou registrada a necessidade de casas para os operários no próprio terreno da Camboa.⁸⁶ Verificava-se grande absentismo de trabalhadores nos dias chuvosos, pois ainda não havia sido realizado o calçamento da Rua da Independência nem do aterro que ligava a praça da cadeia ao local da fábrica, estando este último previsto no “auxílio pecuniário” acordado com a ex-câmara municipal⁸⁷. Em 1893 “tinham sido construídas 8 casas de pedra e cal e adobe para os operários superiores e mais 30 do tipo porta-janela, construídas de taipa para os operários comuns”.⁸⁸ Em novembro de 1891 foi anunciado nos jornais o desaparecimento da menina Máxima, “morena clara”, da chácara número 10 da Camboa do Matto.⁸⁹ Chamar-se-iam chácaras e seriam numeradas as casas operárias existentes ali? É possível que se tratasse duma dessas casas.

Em 1900 a Companhia alugava casas para os operários “do lado norte, [onde] corre o Rio Anil” e havia, em frente à entrada principal da fábrica, um “correr de casas de boa aparência que são alugadas aos operários e formam uma rua larga e agradavelmente arejada”.⁹⁰ A única imagem encontrada referente a uma “Vila Operária da Camboa” é um cartão fotográfico postado em maio de 1912,⁹¹ que poderá retratar o referido “correr de casas de boa aparência” (Figura 10). Curiosamente, são casas cobertas de palha, material proibido em

⁸⁵ Marques, 1905, p. 45-46.

⁸⁶ Cantanhede, 1980, p. 24.

⁸⁷ Relatório, 1890 p. 9-10: “Para atender às despesas com o aterro do mangal, em frente à fábrica, a ex-câmara municipal concorreu com a quantia de 1.000\$, ainda não recebida”.

⁸⁸ Correia, 1998.

⁸⁹ *Pacotilha*, 5 de novembro de 1891.

⁹⁰ Revista *Elegante* n°98, 1 de Agosto de 1900.

⁹¹ Conforme legenda da foto publicada em Oliveira, 2012, p. 90.

todos os Códigos de Posturas da cidade (no de 1844, assim como nos de 1866 e 1893)⁹², mas, ao que parece, imposto pelos proprietários das fábricas. Ao menos para a Fábrica Têxtil do Anil está documentada a proibição de construção de casas operárias com coberturas de telha nas imediações, para evitar a valorização dos terrenos.⁹³

Fato é que a moradia dos trabalhadores da Fábrica da Camboa e das outras fábricas têxteis de São Luís constituiu um problema que nunca foi resolvido.

Figura 10. “Vila operária da Camboa - Cartão fotográfico postado em 26.05.1912”



Fonte: Oliveira, 2012, p. 90

Frederico Burnett e Marluce Venâncio analisaram a *Habitação popular em São Luís* e observam que as vilas operárias, enquanto realização da fábrica, foram alternativas pouco representativas na cidade e os outros trabalhadores, que constituíam a maior parte, eram obrigados a resolver a questão procurando cortiços e baixos-de-sobrado no núcleo urbano consolidado ou construindo palhoças nas proximidades do local de trabalho.⁹⁴ As casas

⁹² O Códigos de 1842 proibiam as palhoças: fica proibida toda a edificação de casas cobertas de palhas nas ruas da cidade, pena de seis mil réis; e igualmente se proibem as novas coberturas de palha em todas as existentes, [...] o que não se entenderá com pobreza, que não tiver meios para recobri-las de telhas” (30ª postura). Se havia condescendência para com os mais pobres, no código seguinte, de 1866, a proibição não admite concessões: “dentro da cidade fica proibido a edificação de casas cobertas de palhas ou de qualquer outro material de fácil combustão e assim também cobrir novamente as que já tiverem sido. Aos contraventores a multa de dez mil réis e na reincidência vinte, desfazendo-se a cobertura à custa de quem a tiver feito” (art. 60).

⁹³ Correia, 1998, p. 251.

⁹⁴ Burnett e Venâncio, 2008, p. 8.

operárias que existiam destinavam-se aos trabalhadores mais qualificados, aqueles que não poderiam ser substituídos facilmente.⁹⁵

As palhoças dos operários eram, de modo geral, habitações cobertas de palha, autoconstruídas pelos próprios, adensando os chamados bairros proletários no entorno das fábricas, como aconteceu na Camboa.

Baixos-de-sobrado eram um tipo de habitação frequente em São Luís, que ocupava os pisos térreos dos edifícios de “pedra e cal” do núcleo urbano consolidado – os tais sobrados do século XVIII e início do XIX –, alugados e geralmente subdivididos para alojar várias famílias, onde a anteriormente à abolição viviam os escravos.

Devido à carência habitacional, os diretores da Fábrica da Camboa registram, em 1896, até a perda de operários para outras fábricas e reiteram a decisão de construir mais casas. No entanto, essas se destinariam menos à demanda já existente do que à contratação de novas famílias, dispostas a vir do interior para trabalhar na fábrica com a condição de que lhes fosse assegurada a moradia.⁹⁶ O arranjo seria vantajoso para a Companhia porque tais famílias estariam sob maior controle, mas não parece ter sido levado a cabo em proporções significativas. De todo modo, em 1900 a Fábrica da Camboa chegou aos 350 funcionários sem nenhuma mudança relevante quanto à questão das moradias operárias.

O código de 1893 promulgado durante o período de instalação das fábricas, é o primeiro a legislar sobre os “cortiços” e os “baixos de sobrado”. O primeiro tipo é proibido pelo artigo 83, que também determina o fecho dos cortiços existentes caso não oferecessem as condições de higiene mínimas, “melhor estado de asseio possível, perfeito encanamento para esgoto das águas pluviais e ainda caiação das paredes ao menos duas vezes por ano”. O artigo 86 proibia ainda os “baixos de sobrado” que não tivessem abertura nas paredes para renovação do ar.⁹⁷

⁹⁵ Correia, 1998, p. 150 e p. 230.

⁹⁶ Correia, 1998, p. 231.

⁹⁷ Código de Posturas *apud* Correia, 1998, p. 24.

3.7 Urbanidade na virada para o século XX

Nos primeiros anos do século XX, a peste bubônica foi a doença mais temida, sobretudo para cidades portuárias, como São Luís, onde chegou em 1903.⁹⁸ Quando os primeiros casos foram identificados, caiu sobre os moradores da Camboa a responsabilidade pela disseminação da doença. A versão popular que situa o foco nesses habitantes pobres, contaminados pela ingestão de carne bovina infectada, foi apresentada por Mário Meireles através de consulta a jornais da época.⁹⁹ Já a versão oficial, justificada pelo médico Victor Godinho, relacionou a peste com a chegada do navio Continente, proveniente do Rio de Janeiro, que atracou na praia do Medeiros, donde os ratos infectados terão saído e contaminado o gado, próximo ao Largo dos Amores e à Camboa.¹⁰⁰

O referido médico, paulista, foi contratado para chefiar o Serviço Extraordinário de Higiene, para sanear a epidemia. Ele produziu uma *Carta epidemiológica da peste*, com o mapeamento detalhado dos locais contaminados e registro de incineração de casas (Figura 11). Aparentemente não visitou os casebres da Camboa, que não foram registrados nessa carta, mas sua descrição faz uma síntese da situação da moradia popular em São Luís:

São Luiz é uma cidade industrial e por isso de operários. Pois bem, tem havido descuido por parte das companhias ou sociedades industriaes em fazer casas higienicas e baratas para os seus operários, e descuido do poder municipal em auxiliar a iniciativa particular neste sentido por meio de favores especiaes. É preciso imitar o que tem sido feito na Inglaterra e Bélgica sobre este assunto. Lá as municipalidades mandam fazer à sua custa vilas operarias, não com o fim de auferir lucros mas de favorecer as classes pobres, oferecendo-lhes abrigo confortável, higienico e barato, sem prejuízo, está visto, para os cofres municipaes. [...] Só desta forma os operários aqui se verão livres dos exploradores de uma outra industria muito rendosa, mas muito pouco humana, a da construção de cortiços, estes focos

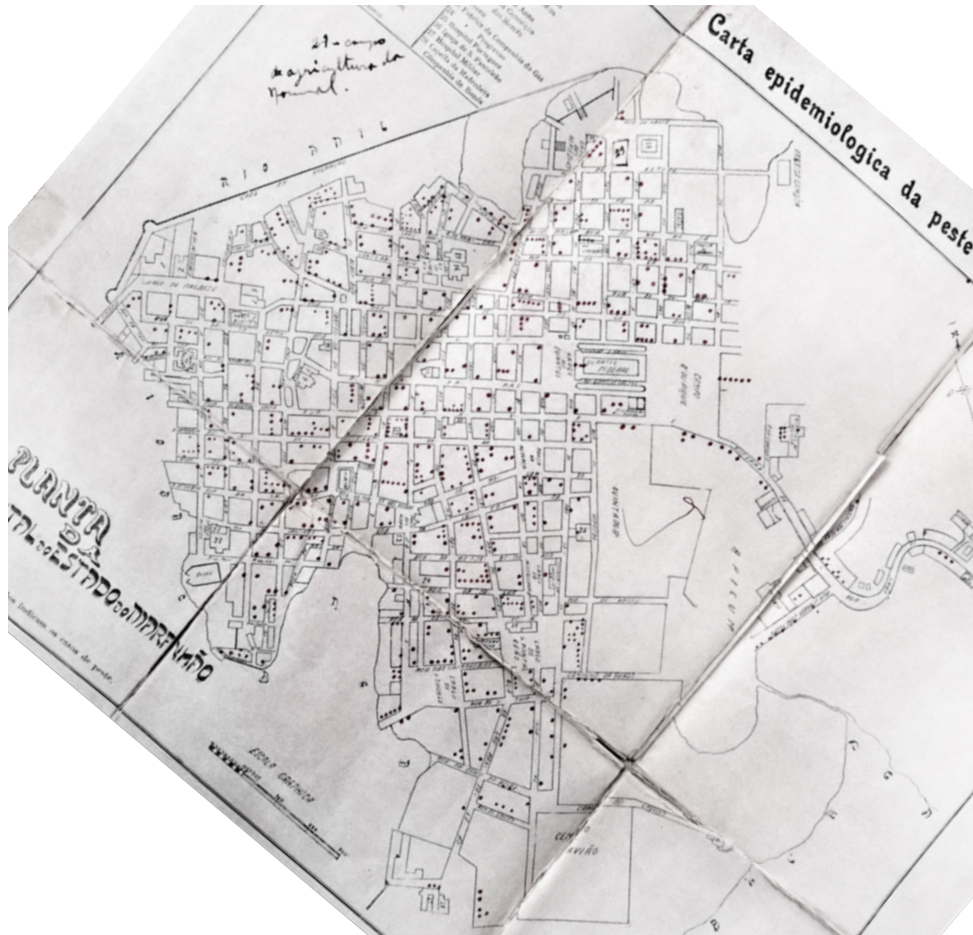
⁹⁸ Os navios disseminavam a doença entre as cidades portuárias pelo mundo. Foi a terceira pandemia da peste, que regressava à Europa em 1899, entrando pela cidade do Porto, vinda provavelmente da Índia. Em outubro de 1903 a peste chegou a São Luís, num navio procedente do Rio de Janeiro e assolou a cidade durante cerca de um ano.

⁹⁹ Bezerra, 2012, p. 56.

¹⁰⁰ Astolfo Marques, na já citada compilação de contos, intitulada *A Vida Maranhense* (1905), dedica dois à peste: *A opinião de Eusébia* (p. 185-198) e *As preces* (p. 199-211). No primeiro: “desde a história da carne de vaca lá pra bandas do Largo dos Amores que a coisa aparecera e disseram ser peste bubônica. Foi então que os moradores daquele bairro fizeram as suas malas e tiraram o corpo, deixando o lugar deserto completamente. (...) A Joanna Pau Bonito, na rua da Fundição, teve de mudar-se às pressas para tocarem fogo na palhoça onde ella morava (Marques, 1905, p. 192 e 194). No segundo, expõe o argumento de quem considerava a peste um justo castigo divino, motivado pela falta de fé que grassava na cidade (Marques, 1905, p. 200).

de peste, ninhos de tuberculose e de quanta moléstia há que estiola a vida e a bolsa do povo.¹⁰¹

Figura 11. Carta epidemiológica da peste.



Fonte: Godinho, 1904

Apesar de aparentemente o bairro da Camboa ter ficado de fora, foram visitadas 4284 casas e o estado de higiene da maioria (2495) foi considerado insatisfatório, o que levou o higienista a registrar a impossibilidade de expedir intimações para todas as casas necessitadas de obras porque elas constituíam o maior número na cidade.¹⁰² No relatório, é ressaltado ainda que a quantidade de casas visitadas não reproduz o número de fogos¹⁰³ existentes em São Luís, pois cerca de 900 estavam fechadas (os seus habitantes refugiaram-se no interior

¹⁰¹ Godinho, 1904, p. 105-6. A classificação foi dividida entre 497 boas, 1292 regulares e 2495 más.

¹⁰² Godinho, 1904, p. 68 e 72.

¹⁰³ Fogo é a unidade que define a habitação de um núcleo familiar. Fogo habitacional é o termo usado ainda hoje em Portugal e que compreende, pelo menos, sala, quarto, cozinha e banheiro. É provável que o termo provenha da lógica da existência de fogo (transmutado hoje na cozinha), tal como lar provem, no mesmo sentido, de lareira - o mito de origem da habitação esteve sempre associado à fogueira.

para escapar da doença) e foram contadas séries de palhoças ou um cortiço como uma só casa¹⁰⁴. Essa contagem imprecisa, associada à existência dos típicos baixos-de-sobrado, levava a crer que “o número de fogos em São Luís é pelo menos um terço superior ao número de casas.” O médico avança a população da cidade, “talvez” 60 mil habitantes, vivendo em aproximadamente 6884 fogos.¹⁰⁵

O médico termina o relatório diplomaticamente, invertendo a crítica e apontando os aspectos a elogiar na cidade: “há muita praça bonita e bem ajardinada, muito belas avenidas, muitos estabelecimentos públicos de instrução e, sobretudo, um povo excelente.”¹⁰⁶

Quanto à observação da excelência do povo e mesmo sobre a eficácia da erradicação da epidemia, encontra-se na criação literária um sentido diverso, apresentado por *A opinião de Eusébia*: “o doutor batorogista já vai pra terra dele, e disse que não quer saber mais disto, que este povo é muito ingrato, que a cidade está toda minada de microbe”.¹⁰⁷ No entanto, relativamente às praças, subsistiram registros fotográficos testemunhando a qualidade desses espaços públicos centrais da cidade.¹⁰⁸ (Figuras 12 e 13)

Figura 12. Praça João Lisboa, *circa* 1910.



Fonte: Oliveira, 2012

Figura 13. Praça Benedito Leite, *circa* 1910.



Fonte: Oliveira, 2012

¹⁰⁴ É notório o número de casas fechadas. O acesso chegou a ser solicitado por edital, pedindo as referidas chaves, o que permitiu reduzir para 509 o número de casas que não foram visitadas nem desinfectadas (Godinho, 1904, p. 83-84).

¹⁰⁵ Godinho, 1904, p. 8 e 68.

Parece exagerado o número de habitantes, em comparação com outras fontes.

¹⁰⁶ Godinho, 1904, p. 137.

¹⁰⁷ Marques, 1905, p. 207.

¹⁰⁸ A qualidade dos espaços públicos centrais, à época, é explicada, segundo Frederico Burnett, pela saúde financeira do município, cuja principal fonte de arrecadação era o Imposto Predial “com alíquota de 10% sobre o valor locativo do imóvel, quase 10 vezes o percentual atual”, tendo ainda no Imposto sobre Terrenos não Edificados, a 12ª receita do orçamento municipal (Burnett, 2006, p. 3).

Nos jornais da época, encontram-se justamente críticas a esse “embelezamento” promovido pela Intendência Municipal, que não estaria dando a mesma atenção ao “saneamento”, mais urgente na cidade. O jornal *Pacotilha* censura particularmente a inversão de prioridades verificada na escolha das obras urbanas, decididas pelo grupo político dominante:

Ares de cruzada terminará por assumir a defesa ardorosa que faz a Pacotilha do privilegiamento do bom, para além do belo, no que respeita às ações dos governantes sobre a cidade, não perdendo jamais a oportunidade de mostrar uma certa relação entre aquela compulsividade por obras embelezadoras, pela abertura “das chamadas avenidas, na gíria dos dominantes da terra” e interesses ou necessidades dos apadrinhados que participavam do banquete público. Como no caso da abertura da concorrência para as obras de embelezamento da praça do Palácio, para o qual sugere que a referida concorrência atendia antes à necessidade de dar serviço a um empreiteiro.¹⁰⁹

Como se vê, a relação de promiscuidade entre as obras públicas e os interesses econômicos de privados, particularmente da indústria da construção civil, começa cedo na história da cidade.

Relativamente às obras em curso na Praça João Lisboa, é referida precisamente a comparação com o descuido quanto à limpeza das ruas pela Intendência Municipal, como se observa no pedido enviado pelos moradores da rua do Alecrim que se queixavam da “vegetação luxuriante [...] em quase toda a extensão da rua”, ou dos habitantes da rua do Outeiro que reclamavam “uma capina geral, pois o matagal que ali vegeta já se eleva à altura de um homem” [...] “embora a atenção da municipalidade se ache presa por inteiro, ao embelezamento da praça João Lisboa, aí fica a reclamação”.¹¹⁰

¹⁰⁹ Correia, 1998, p. 39-40.

¹¹⁰ *Pacotilha*, 5 de fevereiro de 1902.

4. Consolidação

A instalação das indústrias têxteis em São Luís foi chamada de “desinteria fabriqueira” por Fran Paxeco e de “loucura de época” por Jerônimo de Viveiros.¹¹¹ Também José Reinaldo Ribeiro Junior, que analisou a *Formação do Espaço Urbano em São Luís*, apontou tal processo como sendo um fracasso, mas considera que o período industrial nem chegou a transpor a virada do século, fixando entre 1880 e 1900 a “tentativa de industrialização” à qual se seguiu “um longo sono estagnante”, até 1970.¹¹²

De todo modo, a Fábrica da Camboa foi uma das mais bem sucedidas daquelas instaladas no período e se manteve em atividade durante quase sete décadas, de 1890 até 1959.¹¹³

Nas suas vizinhanças continuavam a crescer as palhoças dos operários ou de moradores pobres da cidade, quando se decidiu construir nas imediações o novo matadouro municipal.

4.1 1910-20-30 Serviços públicos e habitação dos mais pobres na cidade

Dentro das preocupações higienistas do momento, em que se incluía a higiene alimentar, inaugurou-se em 1918 o Matadouro Modelo de São Luís, para ser o detentor exclusivo do “serviço de matança” na capital¹¹⁴. Foi construído à beira rio, próximo à Fábrica da Camboa, nos arrabaldes que então se começavam a tornar cidade. O terreno, chamado Sítio Itamacaca, havia sido um dos propostos à Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense para a construção da fábrica e foi identificado na planta de 1844 (Figura 3). Propriedade de Anastácio Jansen Pereira, era uma “quinta” onde existiu um engenho de descascar arroz.¹¹⁵ Quando, anteriormente, se debateram na cidade os terrenos para a instalação da fábrica, os apologistas deste local alegavam as suas vantagens: “pelo lado de terra tem a sua entrada muito próxima à Estação Central da Companhia Ferro-Carril e pelo lado do mar um porto distante do da Camboa apenas 5 minutos”, com igual porto marítimo e tem ainda “maior

¹¹¹ Fran Paxeco, 1922; Viveiros, 1954.

¹¹² Ribeiro Junior, 1999, p. 25.

¹¹³ Lima, 2007, p. 27.

¹¹⁴ Silva, 1997, p. 25 e anexo - Edital nº 26, lei 260. Intendência Municipal. Contrato do Matadouro de 26 de maio de 1918.

¹¹⁵ Constava como bem de raiz discriminado no inventário de Ana Jansen, sua mãe e célebre figura pública maranhense que morreu em 1869 (Novaes, 2012, p. 64, 65, 76, 84, 121, 124).

quantidade de pedras e barro”.¹¹⁶ Haviam-se passado duas décadas e a propriedade ali esperou; a estação central do bonde permanecia, só agora haveria conjuntos de habitações operárias nas proximidades.

Tal como aconteceu com a vizinha Fábrica de Fiação, a localização do Matadouro foi justificada pela facilidade do porto e a proximidade da estrada de ferro, então em construção, que garantiam boa acessibilidade.¹¹⁷

O local situava-se a leste da Camboa, separado pelo já citado manguezal e igarapé do Mamuim, (que se alagava e expandia com a maré cheia) e, portanto, também a sua forma se aproximava de uma península.

O terreno foi então escolhido pela municipalidade e entregue com “os serviços de terraplenagem, demarcações e preparo geral” à Companhia Matadouro Modelo de São Luís, obrigada por contrato a construir o edifício em 18 meses e a cumprir rigorosos padrões de higiene, durante 25 anos - apenas a instalação dos frigoríficos poderia ser adiada enquanto durasse “a guerra europeia e as suas imediatas consequências”¹¹⁸.

A existência do Matadouro foi, segundo depoimentos de moradores locais recolhidos por Ana Silva, um chamariz para a fixação de pessoas nas proximidades, dada a facilidade de ali conseguir restos de carne que eram vendidos mais baratos¹¹⁹. É ainda possível que os primeiros ocupantes estabelecidos no local tenham sido os próprios construtores do edifício do matadouro, que permaneceram nas vizinhanças, realidade que pode ter acontecido também com a Fábrica da Camboa, porque eram edifícios extraordinários e tecnicamente complexos cujas obras de construção devem ter empregado muita mão-de-obra. Tal situação, observa-se no processo de estabelecimento de outros assentamentos informais no país, particularmente no caso das cidades planejadas de Belo Horizonte ou Brasília, em que as primeiras favelas nasceram junto com as cidades para abrigar os operários que trabalharam na construção e por ali ficaram depois de terminadas as obras.¹²⁰

¹¹⁶ *O Paiç*, 2 de março de 1888.

¹¹⁷ Sobre a situação dos meios de transporte no Maranhão à época, referiu-se Raimundo Lopes: “A navegação, em suas várias modalidades, prepondera nas comunicações não só externas como interiores. [...] O automóvel não passou da ilha, mesmo porque alhures não poderia andar. As estradas de rodagem no Maranhão não passam de grandes veredas [...] as estradas de fio, isto é, telegráficas, vão pouco a pouco se transformando em estradas de rodagem” (Lopes, 1916, p. 91, 93).

¹¹⁸ Cláusula II, V, XIII e XVI do citado contrato.

¹¹⁹ Silva, 1997, p. 28.

¹²⁰ Guimarães, 1991.

Todos os estudos encontrados que analisam a região, apontam o edifício do Matadouro como inaugural, que por isso teria batizado o bairro - bairro do Matadouro - e motivado a fixação dos primeiros habitantes¹²¹, apesar de, como se viu, ter existido anteriormente no local uma fábrica de pilar arroz. Assim, é o edifício que vai dar o nome ao lugar e não o lugar que vai batizar o edifício, como aconteceu com a fábrica da Camboa.

São escassos os registros visuais do território durante este período. Existem plantas e mapas oficiais que acabam por ser mais reveladores por aquilo que ocultam e não registram do que pelas informações apresentadas. Na planta de 1912 consta a Fábrica da Camboa, mas nenhum vestígio quanto ao seu bairro operário, que, como se verá, terá a existência confirmada através de outras evidências (Figura 14). Na planta posterior, de 1926 (Figura 15) também nada de matadouro e curiosamente, a própria fábrica deixa de estar representada.

Figura 14. 1912 - “Planta da cidade de S. Luiz”



Fonte: Ferreira, 1912.

¹²¹ Silva, 1997; Silva, 2004; Urbe/Secid-MA, 2013.

Figura 15. 1926 - “Cidade de S. Luiz”



Fonte: Moura, 1926.

No entanto, o bairro operário da Camboa continuava a crescer. Em 1920, a população de São Luís era, segundo o censo federal do mesmo ano, de 52.929 habitantes¹²², mais do dobro do que em 1890, quando se inaugurou a Fábrica de Fiação.

O primeiro Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão foi publicado em 1925 e consistiu na divulgação do “rigoroso cadastro” realizado em 1923, contendo informações concretas sobre as habitações e os moradores do território em análise.¹²³

¹²² Álbum do Maranhão, 1923, p. 135.

¹²³ O serviço foi financiado pela Rockefeller Foundation, conforme contrato assinado com o Ministério da Justiça e Negócios Exteriores, por intermédio do Departamento Nacional de Saúde Pública, com o objetivo de extinguir a febre amarela dos estados do Norte e Nordeste do país, tendo-se instalado em São Luís em dezembro de 1923. A missão foi suspensa em março de 1925, quando se declarou extinta a doença, mas a identificação de novos casos ditou o restabelecimento do serviço em 1926 e novamente em 1927 (Almeida, 1927). No entanto, o serviço já existia desde 1919 e em 1923 elaborou o primeiro relatório que foi publicado em 1925.

Nele são dedicadas várias páginas a *As Habitações do Proletário em São Luís*, identificadas nos baixos-de-sobrado, nos cortiços e nas palhoças. Quanto aos dois primeiros tipos, refere-se que vinham sendo atendidos pela Repartição de Hygiene desde longa data e que as palhoças necessitavam de maior atenção, dado que a sua “regulamentação tem escapado às cogitações dos poderes competentes”. É citado o artigo do Código de Posturas vigente, (ainda o de 1893, portanto com 30 anos) que proíbe as coberturas de palha, observando que tal código estava então “platonicamente em vigor”, pois se tivesse sido cumprido desde que foi decretado, não haveria nenhuma habitação de palha em São Luís, quando se constatava, inversamente, um aumento de tais habitações.

No perímetro urbano, “até aos dois leões”, foram contabilizadas então 1166 palhoças, habitadas por 5162 pessoas e localizadas em três diferentes zonas: Baixinha, Codozinho e Camboa do Matto (o que perfaz um ratio de, aproximadamente, 4,4 habitantes/casa)¹²⁴.

Foi apresentada uma planta da cidade, dividida em 2 distritos e 12 zonas, mas surpreendentemente a Camboa e o Matadouro (que pela descrição está incluído na zona da Baixinha) continuam a não aparecer representados no mapa (Figura 18). Os lugares foram registrados em foto (Figura 16 e 17) e foi feita detalhada descrição dos aglomerados onde aparecem enunciadas as ruas, mas nada desenhado na planta.

Figura 16. “Cambôa - 114 choupanas e 614 moradores”.

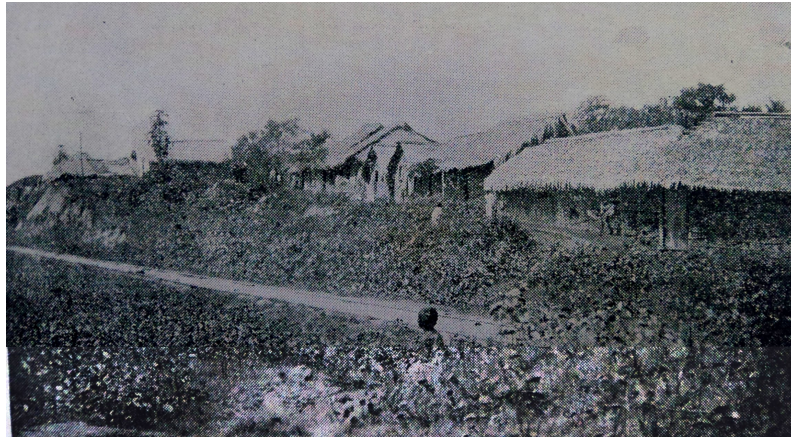


Fonte: Miranda, 1925, p. 106-107

¹²⁴ No relatório é ressaltado que ficou de fora a “infinidade de casebres” que se encontram à margem do Caminho Grande em direção ao Anil, que, se somados, fariam chegar a um número “seguramente cinco vezes maior” (Miranda, 1925, p. 106).

Não consegui identificar onde seriam os “dois leões”, mas tal perímetro é maior do que o limite presente nos mapas oficiais, uma vez que abrangeu a Camboa e a Baixinha.

Figura 17. “Baixinha - Estrada do Matadouro - 442 palhoças e 1990 moradores”.



Fonte: Miranda, 1925, p. 106-107

Figura 18. 1923 - “Planta da cidade de São Luís.”

A planta foi dividida em dois distritos, cada um subdividido em 6 zonas, mas não aparece a Camboa nem o Matadouro/ Baixinha (que se localizariam dentro da circunferência representada).



Fonte. Miranda, 1925

É possível que os técnicos se tenham servido de uma planta já elaborada, que apenas “preencheram”, dividindo em áreas, mas não deixa de ser estranha a omissão.

No entanto, é provável que tenham sido produzidos desenhos próprios para situar os aglomerados, pelo menos no Codozinho, cujas ruas são denominadas por cores: Rua Branca, Rua Creme, Rua Verde, Rua Azul, o que pode indicar indícios de uma correspondência em desenho colorido.

Quanto aos aglomerados da Camboa do Matto e da Baixinha, que interessam aqui, são indicados os respectivos arruamentos em detalhe:

Camboa do Matto: [...] ajuntamento de cabanas, compreendendo: Rua da Camboa do Matto, Travessa da Estrada de Ferro, Travessa da Camboa, Colônia dos Pescadores e Praia da Camboa. Aqui se encontram 114 choupanas com 614 moradores.

Baixinha: aglomerado de casebres, o maior e o mais populoso, [com] 442 palhoças e 1990 moradores, compreendendo [...] Travessa 18 de Novembro, Rua São José da Boa Saúde, Travessa da Boa Vista, Travessa de São Jorge, Travessa da Felicidade, Travessa da Independência, Rua Nova da Baixinha, Estrada do Matadouro, Estrada da Victoria, Sítio Fé em Deus, Sítio do Meio, Rua Nossa Senhora dos Remédios, Travessa Fé em Deus e Rua Nossa Senhora de Lourdes.¹²⁵

Como já referido, é difícil localizar exatamente estas ruas porque não existe mapa onde estejam identificadas. No entanto, há toponímias que se mantiveram até hoje e portanto, é possível confirmar que se trata efetivamente do território onde já se formava a favela.

O relatório revela outras informações importantes para a caracterização destes lugares. Relativamente à Camboa, é possível vislumbrar a heterogeneidade dos habitantes, pois se existia uma colônia de pescadores (identificada na citada relação dos arruamentos), os moradores do local não seriam apenas os operários da Fábrica de Fiação, mas teriam outras ocupações.

No cadastro realizado houve ainda discriminação de usos, entre vendas, fábricas, oficinas e cocheiras (os dois últimos registrados apenas no Codozinho), bem como identificação das casas com cobertura de telha. Assim, na Camboa do Matto existiam cinco vendas e uma fábrica com telhado (é possível que se trate do grande edifício da fábrica de fiação), e ainda

¹²⁵ Miranda, 1925, p. 106-107.

dezoito casas cobertas de telha. Na Baixinha havia nove comércios e outras três barracas para venda específica de fruta, e 47 edificações com cobertura de telha.

Por fim, sabe-se que nesse ano de 1923 estavam em construção 21 fossas na Camboa e outras dezessete na Baixinha.

Seguidamente, são então caracterizados os casebres, descrição onde não se poupam adjetivos (“tétricos”, “abjetos”, “nefastos”, “bárbaros”) que também são extensivos aos seus habitantes, acometidos das doenças disseminadas por tais construções (“horripilantes molambos de vida”, “verminóticos edematosos de ventres disformes”).¹²⁶ É importante não esquecer que o ponto de vista era o da saúde pública e que tais descrições concorrem sempre no sentido de defender e valorizar os princípios da higiene e salubridade. No momento, ainda vogavam as teorias deterministas e mantinha-se presente o referencial de Euclides da Cunha, sendo a realidade encarada como construção cultural resultante de certa estrutura biológica: “as palhoças das classes desprotegidas da fortuna em São Luís revelam [...] um estado de pura barbária em edificações e, sobretudo, um alto índice de ignorância, causadora de malefícios à saúde pública.”¹²⁷

Mas a descrição realizada, de tão acurada e minuciosa, merece uma transcrição completa. Nesse exercício de genealogia da construção em palha no Brasil, as palhoças de São Luís são consideradas inferiores às moradias dos indígenas:

São habitações levantadas completamente ao acaso, sobre depressões e socacos de terreno, sem preparo prévio para recebê-las, orientadas ao sabor dos maiores absurdos em edificação, dispostas geralmente em series para formar ruas e travessas estreitas, ora retas, ora mais ou menos sinuosas, ou então completamente isoladas e com as testadas voltadas para todos os lados. O erro crasso patenteia-se flagrante, já a priori, na locação e orientação destes “agregados de palhoças”. Se “as edificações em suas modalidades evolutivas objetiva a personalidade humana” como diz Euclides da Cunha, estes casebres devem acoutar bem primitivos seres e patentear uma organização social bem remota...

Na construção acentuam-se insensatezes. As paredes são de palha ou feitas a barro-de-sopapo. Algumas, porém, de ínfima categoria, têm-nas formadas de bizarros detritos reclamados até do lixo, taes como restos de meaçabas, de copos, e de latas velhas. A cobertura é, quase na totalidade dos casos, de pindoba. As paredes não obedecem ao prumo; os ângulos são irregulares. As portas, tão estreitas e baixas,

¹²⁶ Miranda, 1925.

¹²⁷ Miranda, 1925.

difícilmente dão passagem a uma pessoa, havendo em regra, uma na frente e outra nos fundos da casa. Janelas, em pequeno número - o menor possível - uma, duas, raramente mais, de cerca de sessenta centímetros de largura. Geralmente possuem as palhoças uma divisão interna que lhes reparte o interior em duas metades, uma anterior e outra posterior; esta, amiúde, subdividida por outra parede perpendicular à primeira, dando formação aí, a dois compartimentos. O pé direito é ridículo - pouco mais alto, frequentemente que a estatura de um homem. O solo interior da morada não tem o menor revestimento; mal e mal aplanado, é, quase sempre, de nível mais baixo que o exterior.

Com essa arquitetura original, difícil de se pintar em todo o seu real colorido; sem ar, sem luz, sem asseio; casas de solo lodacento no inverno; de paredes gretadas e anfractuosas onde se esconde a sevandija, a vermina e a sujeira; casas que se acaçapam sobre suas vítimas, os operários que as habitam - está a nossa classe pobre com suas moradias si a colocarmos em paralelo com os indígenas e suas *tabas*, em plano ainda inferior. Senão vejamos: É do Dr. João Mendes de Almeida o livro - “Algumas notas genealógicas... Terra de Santa Cruz” - a seguinte descrição de um aldeamento dos nossos selvagens:

“*Taba* - aldeia. Esta povoação, sempre à margem de um ribeiro, compunha-se de quatro até seis cabanas, *ocas*, dispostas de maneira que o centro formava uma praça regular. Cada cabana, ou *oca*, se era para uma só família, a denominavam *tejuwab*; se para mais famílias (e em geral acomodava vinte e trinta) era *tejuwaba*. Cobriam-se de palmeira ou com sapé onde faltava aquela. Fundadas sobre grandes esteios de madeira eram cercadas em redor por paredes de palha ou de taipa de mão, cobertas de *pindoba*, com dois ou três buracos para entradas e saídas sem portas nem fecho. Moravam em taes *ocas* ou *tejuwabas*, na melhor comunidade, com respeito mútuo de família a família, sem conflitos. As aldeias ou *tabas* eram defendidas por fortes e altas estacadas de paus a pique, bem unidos e profundamente enterrados. E ainda por fora um fosso para escoamento das águas pluvias.”

Afirma-se pois, a inferioridade das palhoças: os silvícolas escolhiam o local para edificar - a margem de um ribeiro - donde, naturalmente, podiam se abastecer de boa água, peixe, etc.; possuíam uma praça regular no centro dos seus agrupamentos de *ocas*; protegiam a sua *taba* por uma paliçada em derredor, e faziam aí vala para o escoamento das águas pluvias -. Ao passo que o nosso trabalhador, refugiando-se em suas humílimas cabanas, feitas sem nenhuma diretriz, aí para as beiras da cidade, contempla indiferentemente o progresso; em estado embrionário modorra representando uma verdadeira excrescência para os nossos foros de civilização.

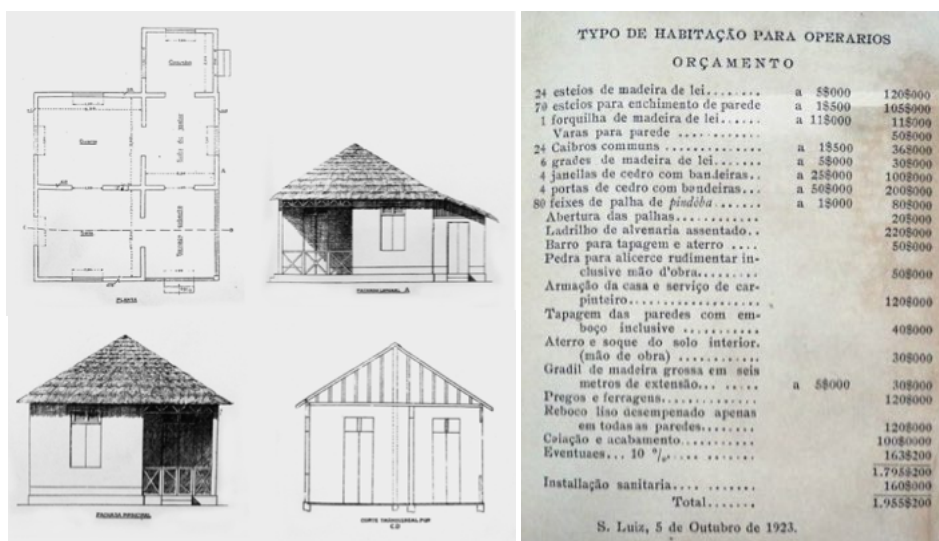
Depois de apresentadas em detalhe as desvantagens e a insalubridade de tais habitações, é reforçada a importância da Higiene como disciplina fundamental para a própria Economia Nacional, advertindo a necessária exclusividade dos técnicos higienistas, porque “a opinião dos profanos é sempre nefasta ao problema sanitário”.

Finalmente, como bom relatório positivista, concluiu pela “obrigação de alvitrar medidas tendentes à solução do problema”, apontando como primeira providência a tomar “a proibição taxativa de novas construções de palhoças do tipo atual e das suas reconstruções dentro da área considerada perímetro urbano.”

No fundo, insistiam no argumento da proibição, que os próprios já haviam identificado como estéril e platónica. De todo modo, revelam o conhecimento concreto da realidade, quando referem que, apesar da proibição de construir e reconstruir casas com coberturas de palha na cidade, a própria plasticidade dos materiais torna tais obras imperceptíveis, dificultando ou impossibilitando a devida fiscalização. Tal como uma nova cobertura de palha em moradia imprestável prolonga a sua existência em até três anos, “o proprietário fará os pequenos reparos internos à revelia de qualquer fiscalização, por causa da natureza extremamente tosca destas habitações, que não permitem facilmente reconhecerem-se os reparos (tapagens de buracos das paredes, substituições de esteios, caibros, etc).”

A segunda medida, que não deixa de ser original, foi a apresentação de um projeto tipo de moradia destinada aos operários (Figura 19). Considerando que os próprios constroem a sua casa, são para esse fim fornecidos desenhos e orçamento rigoroso, elaborados pelo engenheiro civil Eurico de Macedo: “Vemos pelo orçamento (Figura 19) que, com a insignificante importância de 1955\$200, o operário poderá ter uma casinha salubre”.¹²⁸

Figura 19. Projeto-tipo de habitação para operários e respectivo orçamento.



Fonte: Miranda, 1925

¹²⁸ Miranda, 1925, p. 116.

Morar numa “casinha salubre” era, portanto, o máximo a que poderia aspirar o proletariado de São Luís. Os eficientes e bem intencionados técnicos, autores de tal relatório, propõem uma boa solução habitacional para um problema que, como pretendi mostrar na primeira parte deste trabalho, não tem a sua origem na habitação em si, mas na pobreza operária.

Pela forma como são representados os pobres e pelo discurso de solução do problema, estes técnicos são a personificação das “teorias conservadoras” que tomam conta dos vários departamentos nacionais do Estado, neste caso o de saúde pública. Tais teorias denotam preocupações essencialmente técnicas e defendem a ação positivista exclusiva daqueles que estão no poder, neste caso os funcionários públicos (engenheiros, higienistas, juristas - pois tal como defendido no relatório, a opinião dos profanos é nefasta) considerando a sua missão primordial de serviço ao Estado.¹²⁹ Estas doutrinas advogam uma posição de neutralidade política e assim amparam a manutenção e reprodução das relações de poder existentes, porque ao pensarem a realidade como intrínseca à ordem social estabelecida, inviabilizam a sua superação. E, por isso, ao operário pobre, uma “casinha”.

A verdade é que nem isso aconteceu e as palhoças continuaram aumentando. Por outro lado, os técnicos eram realmente competentes e é interessante perceber o esforço que resulta no conhecimento localizado da realidade, para o projeto tipo de moradia operária, observado por exemplo, quando justificam as concessões feitas, afinal, à palha e argumentam a rejeição dos tijolos e telhas por serem muito caros no Maranhão:

Os materiais - tijolos e telhas - foram, desde logo postos de fora. [...] Foi tolerada, para diminuir ainda mais o preço da construção, a cobertura de palha, fazendo-se porém, o madeiramento de maneira a suportar a substituição da palha por telhas, quando, em tempo oportuno, se possa isto fazer.¹³⁰

A terceira e última providência apresentada foi a necessidade de concessão de um terreno por parte do Estado para se construir “o futuro bairro operário”. Para tal, não seria aconselhável um local longe da cidade, ou teria o governo de providenciar igualmente linha de bonde com passagens a preços reduzidos para os operários. No terreno seriam então projetadas as ruas e praças “orientadas e delineadas de acordo com a precisão técnica indispensável”, ficando a cargo dos poderes competentes as redes de esgoto, abastecimento

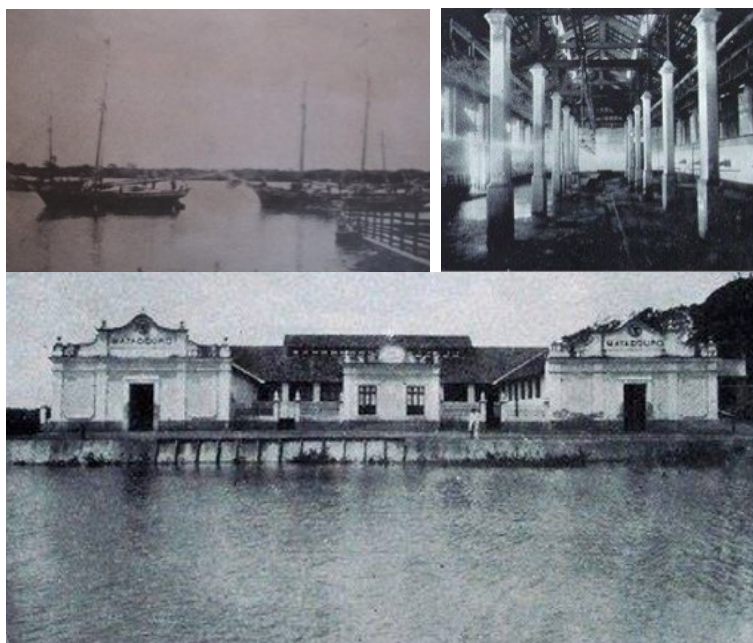
¹²⁹ Para uma distinção entre as Teorias Conservadoras e as Teorias Radicais (que situam o agente da transformação não no Estado, mas na sociedade civil, particularmente naqueles das classes trabalhadoras) e sua presença na história do planejamento ocidental, ver Friedmann, 1987.

¹³⁰ Miranda, 1925, p. 116.

de água e luz, para então ser dividido em lotes, a distribuir gratuitamente “ou por aforamento muito módico”. Ali, as construções seguiriam escrupulosamente os regulamentos do Serviço de Higiene.¹³¹

Finalmente, é interessante conhecer a reação dos moradores às medidas de fiscalização e higienização impostas pelo Serviço. A população apresentou um pedido de *habeas-corpus*, argumentando que como cidadãos brasileiros deveriam ter a faculdade de edificar as suas casas como entendessem e pudessem, e alegaram coação por parte do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, do qual pediam o fim da interferência.¹³² O pedido acabou sendo negado pelo Juiz Federal.

Figura 21. Matadouro Modelo: Porto, Interior e Fachada principal, com o amplo canal frontal.



Fonte: Álbum do Maranhão, 1923.

Nesse mesmo ano de elaboração do relatório, 1923, foi publicado o Álbum do Maranhão, pelo qual se sabe que o Matadouro Modelo continuava o seu serviço, e em situação bem

¹³¹ Miranda, 1925, p. 117, 118.

¹³² Miranda, 1925, p. 118. *Habeas Corpus* é uma expressão jurídica de origem latina que significa literalmente “tenhas o teu corpo”. É um direito invocado por cidadãos perante violência sofrida por autoridade legítima e uma garantia que estava incluída na Constituição Brasileira de 1891, que estabelecia no Artigo 72, §22: “dar-se-á habeas corpus sempre que o indivíduo sofrer violência, ou coação, por ilegalidade ou abuso de poder”.

contrastante senão mesmo inversa às condições insalubres das habitações operárias. Asseverava o médico Antônio Dias que era “uma das raras cousas que no Maranhão merecem o adjetivo que lhe acompanha o nome”, visto que constituía um exemplo de higiene e eficiência, em que o abate de bovinos se processava como ocorria nos matadouros de Madrid e Londres e dos suínos como no de Lausanne e descrevia ainda as instalações: “Seis enormes salões comunicantes em U [...], pavilhões amplos e bem iluminados, currais calçados a paralelepípedos”.¹³³ (Figura 21)

Também pelo Álbum do Maranhão se tem notícias que a Fábrica da Camboa auferia “lucros muito regulares”, tendo adquirido novos mecanismos e feito a instalação de eletricidade no interior e no exterior do edifício, com grandes vantagens para a vigilância noturna. Os dois mananciais de sua propriedade, o Mamoim e o Medeiros, estavam limpos e conservados; quanto às “Casas da Fábrica” é referido apenas que “foram reparadas algumas e outras continuam em reparos, todas sob as regras exigidas pelo serviço sanitário.”¹³⁴

Nessa mesma década, em 1928, aconteceu um grande incêndio no bairro operário da Camboa. O fogo destruiu 19 casas e deixou “em extrema miséria numerosas famílias” [...] “na maioria gente muito pobre e humilde que se vê de súbito ferida por uma calamidade que lhe arrebatava bruscamente o lar e os haveres obtidos com os maiores sacrifícios”¹³⁵. É digna de nota a grande mobilização que se organizou na cidade em apoio às vítimas, desde a realização de “um bando precatório” percorrendo as ruas de São Luís, com a União Operária, a Liga de Proletários de Pedreiros e a Banda de Música do 24º Batalhão, até à organização de um jogo de futebol, passando por uma missa na igreja dos Remédios, tudo para angariar donativos¹³⁶. Para auxílio às vítimas, foi criada uma lei municipal que autorizou crédito extraordinário, somado ao que havia já sido destinado pelo poder executivo e o próprio presidente do Maranhão, Magalhães de Almeida contribuiu com uma ajuda financeira a título pessoal¹³⁷. A União Operária decidiu ainda ceder às famílias o dinheiro já angariado para a festa que se preparava em comemoração do primeiro ano da lei 381.¹³⁸

¹³³ Álbum do Maranhão, 1923, p. 169-173.

¹³⁴ Álbum do Maranhão, 1923, p. 35.

¹³⁵ *Pacotilha*, 4 de outubro de 1928.

¹³⁶ *Pacotilha*, 5 de outubro de 1928 e *Pacotilha*, 11 de outubro de 1928.

¹³⁷ *Pacotilha*, 6 de outubro de 1928 e 8 de novembro de 1928. Lei nº404 de 26 de outubro de 1928.

¹³⁸ *Pacotilha*, 5 de outubro de 1928.

No ano seguinte, em 1929, é inaugurada a estação ferroviária de São Luís (Figura 22 e 23) da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, uma das obras públicas havia muito pensada (tal como o cais da Sagração, cujas obras se arrastaram durante quase setenta anos, entre 1841 e 1910).¹³⁹ Iniciada em 1891, a estrada de ferro teve finalmente construído o seu “quilómetro zero” em São Luís, em 1929, com a inauguração da estação local e da ponte Benedito Leite, no estreito dos Mosquitos para ligação da ilha ao continente.¹⁴⁰

Figura 22. 1930 - Foto da ferrovia com a estação ao fundo, à direita.
“Vista obtida a partir da Praça Gonçalves Dias, por volta de 1930”.



Fonte: Cornejo e Gerodetti, 2015, p. 249.

Dada a prevalência da comunicação fluvial no Maranhão, o primeiro trecho construído fazia a ligação ferroviária, por terra, entre dois rios, o Itapicuru e o Parnaíba sendo assim uma complementação da navegação fluvial, “Exemplo típico da fase hidra-ferroviária dos transportes no Brasil”.¹⁴¹ (Figura 24)

¹³⁹ Iphan, 2007, p. 56.

¹⁴⁰ No entanto, só em 1940 as duas capitais estaduais ficaram efetivamente ligadas por uma via férrea contínua, quando se construiu a ponte sobre o rio Parnaíba (Cornejo e Gerodetti, 2005, p. 249).

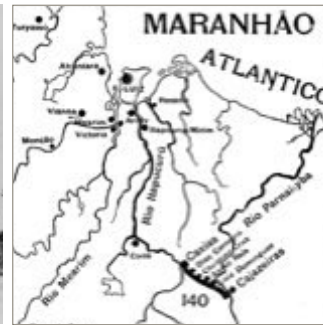
¹⁴¹ O primeiro trecho da ferrovia foi inaugurado em 1895, ligando Caxias, na margem do rio Itapicuru, no Maranhão, a Cajazeiras/Flores, na margem do rio Parnaíba, em frente a Teresina - em 1916 mantinham-se esses 78Km de ferrovia, enquanto a navegação fluvial maranhense contava com 3500Km de linhas. No entanto, a ligação ferroviária direta entre São Luís e Teresina, ou seja, sem baldeações, só ficaria cumprida em 1940, com a inauguração da ponte sobre o rio Parnaíba (Cornejo e Gerodetti, 2015, p. 249).

Figura 23. Edifício da estação. “Já se vai em um só dia de São Luiz a Theresina.”

Figura 24. Trecho da estrada de ferro entre Caxias e Cajazeiras, inaugurado em 1895.



Fonte: Estações, 2016



Fonte: Ferrovia, 1898

Apesar da estação ter sido inaugurada apenas em 1929, no citado Álbum do Maranhão de 1923 foi publicado um mapa de 1922 com a linha ferroviária e a informação de que tinha sido concluído e aberto tal serviço público, com mais de 400Km de extensão. Portanto, é possível que o trem já circulasse nessa altura, porventura servindo o matadouro e a fábrica mesmo antes da inauguração da estação de passageiros.

É ainda admissível que o trilho já estivesse instalado no local pelo menos desde 1912, pois a fotografia com as casas dos operários da Fábrica da Camboa, que ilustra um cartão postal enviado nesse ano, foi publicada com uma legenda indicando tal informação. (Figura 10) Na imagem, aparece em primeiro plano uma faixa de terreno estreita, linear e plana, ligeiramente elevada, onde caminha uma pessoa, que tudo leva a crer que seja realmente o trilho, único para os dois sentidos. Assim sendo, devia ser um caminho usado pelos moradores mesmo durante os anos em que não circulava o trem, até como forma de se protegerem do lamaçal circundante.

Também no já referido Relatório do Serviço de Profilaxia Rural (1923), havia sido identificada na Camboa a existência da Travessa da Estrada de Ferro, possivelmente um arruamento que partia da própria Estrada de Ferro, que, portanto, estaria construída antes de 1929, ano em que se inaugura a estação local.

Raimundo Palhano em *A produção da coisa pública*, confirma o forte processo de segregação espacial que ocorria na cidade, observando precisamente a ocupação do leito da estrada de ferro por trabalhadores pobres: “a população pobre, compelida pela lei do mais forte, via-se obrigada a recorrer a novas e desordenadas ocupações do solo urbano” e cita uma

observação de Fran Paxeco, por volta de 1922: “um sem número de inclassificáveis barraquetas, erguidas a trouxe-mouxe, ao arbítrio dos seus donos”.¹⁴²

Se tradicionalmente a ferrovia é apontada como um símbolo da expansão das cidades, no espaço em estudo ela vai funcionar como um limite, quer dizer, não como vetor e eixo de expansão mas como mera barreira física e estática, que vai limitar o território e isolar quem ali habita. Os terrenos a norte do seu trilho ficam fora do “limite” da cidade e são extensas áreas inundáveis, à exceção das penínsulas de terra onde se construiu a Fábrica da Camboa e o Matadouro.

Essa condição de isolamento vai também, por outro lado, afastar os moradores dos olhos das autoridades e permitir que continuem ocupando o lugar.

4.2 1930-40-50 A zona suburbana vai dilatar-se no mangue

Em 1936, José Otacílio Saboya Ribeiro, da Secretaria de Viação e Obras do Rio de Janeiro assume a prefeitura de São Luís, a convite do governo do Maranhão.¹⁴³ O novo prefeito trouxe ideias modernizadoras e desenvolveu um plano para a parte velha da cidade, além de renovar a legislação urbanística, decretando novo Código de Posturas (em substituição do precedente que datava de 1893), impondo novo Regime Tributário e definindo o Zoneamento da cidade.

As ações de Saboya Ribeiro bateram de frente com a autoridade da Associação Comercial do Maranhão, que era o elo entre os produtores agrícolas e o mercado externo e assim representava a força do capital comercial, tendo conquistado grande poder na definição da política urbana de São Luís. O prefeito acabou por ser exonerado em menos de 10 meses.¹⁴⁴

Guiou-nos a concepção política de Aristóteles pela qual a cidade não é apenas a resultante de linhas e figuras geométricas e sim a própria Política no seu conjunto material, social, econômico e moral, onde o homem não apenas deve viver, mas levar uma existência em que todas as suas aspirações - materiais e espirituais - devem ser satisfeitas.¹⁴⁵

¹⁴² Fran Paxeco, 1922, p. 417 *apud* Palhano, 1988, p. 267-268.

¹⁴³ Formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro era engenheiro-chefe da linha adutora do Rio das Lajes, no Rio de Janeiro.

¹⁴⁴ Burnett. 2006, p. 2-3; Lopes, 2004, p. 102 e 108.

¹⁴⁵ Saboya Ribeiro *apud* Lopes, 2004, p. 102.

As contendas deviam ser tais, que o Sindicato de Imprensa convidou Saboya Ribeiro para uma conferência na sua sede, a fim de comprovar suas “coordenadas mentais”, já que chegado à cidade como desconhecido “tudo o que contra a sua personalidade se afirmasse era aceite sem contestação”.¹⁴⁶ O resultado foram muitos aplausos e o convencimento geral, além da publicação extensa no jornal dos assuntos apresentados na conferência, organizados como uma síntese do seu programa de governo.¹⁴⁷

Segundo o relato publicado, o prefeito reprovou as casas de palha existentes na cidade e reforçou a necessidade de evitá-las, referindo-se aos recentes incêndios registrados no Codozinho e no Basson. Assegurou também que a Prefeitura iria facilitar construções para o operariado, obedecendo a “planos regulares de urbanismo, com calçamento, água e esgotos”, com a garantia de que tal favorecimento não deveria significar fontes de renda para o municipalidade.¹⁴⁸

Relativamente às construções civis, Saboya Ribeiro citou “a absoluta falta de artistas técnicos” e anunciou a instituição de um prêmio aos arquitetos e proprietários, por forma a incentivá-las, e a criação de um curso de aperfeiçoamento e habilitação de operários.

No mesmo jornal e também na primeira página, um artigo intitulado *Cuidado, operários...* alertava os mais pobres para os agentes do P. R. (Partido Republicano?) que às vésperas de eleições angariavam simpatias em passeios pelos bairros proletários e eram os mesmos que acusavam a então administração municipal de incapacidade. É lembrado o incêndio da Camboa e a atitude “outra” do prefeito em funções perante os recentes incêndios do Codozinho e do Basson que foi, acompanhado da sua senhora, confortar pessoalmente as vítimas “fornecendo roupas, redes e víveres aos sinistrados, agasalhando os sem teto em prédios escolares desocupados e, finalmente, pagando aos pobres moradores o valor dos seus abrigos incendiados”.¹⁴⁹

O prefeito teve tempo para muito pouco, porque meses depois foi recambiado para Fortaleza, mas a sua gestão deixou marcas.

¹⁴⁶ *O Imparcial*, 25 de fevereiro de 1937, p. 1.

¹⁴⁷ *O Imparcial*, 25 de fevereiro de 1937, p. 1.

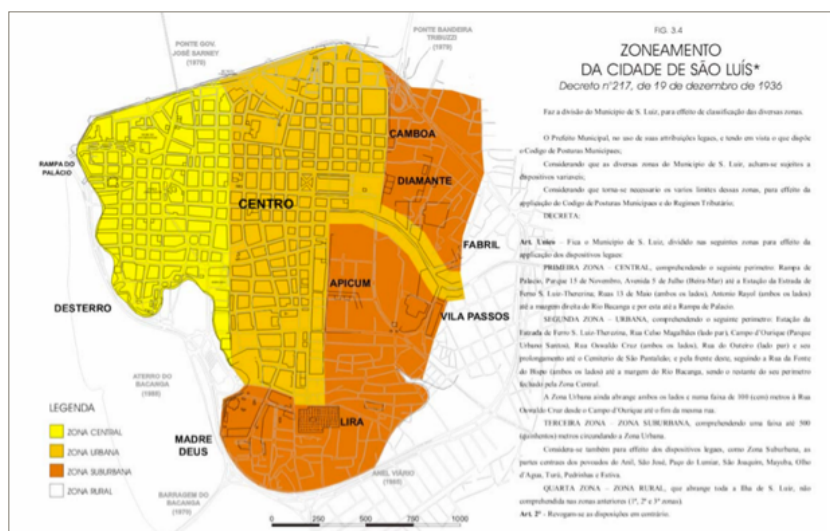
¹⁴⁸ *O Imparcial*, 25 de fevereiro de 1937, p. 1.

¹⁴⁹ *O Imparcial*, 25 de fevereiro de 1937, p. 1. Neste artigo, a propósito dos incêndios no Codozinho e no Basson, é relatado que “o seu Maneco explora cruelmente o operariado no rendoso negócio de aluguel de terrenos.”

Uma das ações drásticas de Saboya Ribeiro foi a rescisão do contrato com a empresa gestora do Matadouro Modelo por decreto onde apresenta com detalhe e rigor a situação de “verdadeira calamidade pública” em que se encontrava o serviço. Refere o estado do edifício e do terreno destinado à pastagem dos animais, inclusive, “o atentado inqualificável de ter a companhia pintado de verniz (pixe) as paredes que eram muito acertadamente cobertas de azulejo” e considera que as infrações incorridas pela empresa “afetam a um só tempo a saúde da população, a moralidade administrativa, o decoro da cidade, o património municipal e a economia pública”.¹⁵⁰

De concreto para os bairros proletários, especificamente a Camba e o Matadouro/Baixinha, sabe-se que durante o mandato de Saboya Ribeiro passaram a estar incluídos na Zona Suburbana, segundo definição do zoneamento urbanístico de São Luís. (Figura 25) Ainda que tal zoneamento possa significar uma forma de hierarquização e aprofundamento das diferenças na atenção do poder público e no valor imobiliário dos bairros¹⁵¹, há neste caso registros de uma ação discriminatória positiva, pois a prefeitura publicou uma nota informando que “as taxas de limpeza pública, conservação de calçamento e iluminação não deverão ser aplicadas aos subúrbios e em particular às ruas não calçadas e não iluminadas.”¹⁵²

Figura 25. Zoneamento de São Luís
 “Reconstituição a partir do Decreto municipal nº 217 de 19 de dezembro de 1936”.



Fonte: Lopes, 2004, p. 108.

¹⁵⁰ Decreto nº24 de 22 de abril de 1937 in Diário Oficial de 24 de abril de 1937.

¹⁵¹ Burnett, 2006, p. 3.

¹⁵² *O Imparcial*, 25 de fevereiro de 1937.

De todo modo, em julho de 1937 já o prefeito afastado, a situação dos bairros operários não registrou significativa transformação, pois segundo a coluna *A cidade* do *Diário do Norte*: “até hoje não se cogitou a sério de se construir uma vila proletária em São Luís, com casas higienicas para os operários que vivem naquelas palhoças suburbanas”.¹⁵³

É provável que uma ocupação mais expressiva do território em análise tenha começado na sequência do encerramento das funções do Matadouro Modelo, decretada pelo prefeito. Os terrenos contíguos, onde ficavam os currais dos animais, retornaram para a municipalidade, que posteriormente os loteou. Segundo relatos reunidos por Ana Silva em *De Matadouro a Liberdade: a formação histórica cultural um bairro de São Luís*, foi no final da década de 1940 que se começaram a lotear algumas áreas adjacentes ao edifício do Matadouro, com informações sobre a distribuição desses lotes ocorrida no início dos anos 1950, tendo sido rapidamente ocupados: “era tudo loteado, o governo entregando e o povo fazendo casa”.¹⁵⁴

Foi ainda na década de 1940 que se instalaram na área mais duas unidades fabris, estas de beneficiamento de óleo de coco babaçu, a Companhia Brasileira de Óleos, CBO, e a Companhia Carioca de Óleos, CCO. Foram construídas a leste do Matadouro e junto à margem do rio Anil, contando ambas com portos próprios e uma com o respectivo ramal interligando à Estrada de Ferro. (Figura 26)

¹⁵³ *Diário do Norte*, 13 de julho de 1937 *apud* Lopes, 2004, p. 100.

¹⁵⁴ Sobre o loteamento, é referida concretamente uma parceria entre o prefeito Antônio Costa Rodrigues e o governador Sebastião Archer (1947-1950); quanto à distribuição dos lotes, terá ocorrido no governo de Eugênio de Barros (1951-1955) (Silva, 1997, p. 30).

Figura 26. 1955 - “Planta de São Luís”.

Identificação do matadouro, com currais e área de pastagem adjacentes, da Companhia Carioca de Óleos, CCO, e da Companhia Brasileira de Óleos, CBO, com respectivo ramal ferroviário.



Fonte: Magalhães, 1955

Não foi possível confirmar como ou quando se dá a reativação das atividades do matadouro (cujo contrato havia sido encerrado em 1937), mas vários entrevistados que ali nasceram ou chegaram crianças, na década de 1960 relatam a grande movimentação do porto próprio do matadouro com as gambarras que traziam os animais para abate, apontando o seu encerramento definitivo apenas nos anos 1980.¹⁵⁵ Na memória desses habitantes, ficaram marcadas as corridas para fugir dos bois que *mal tiravam do barco, corriam por ali tudinho atrás das crianças, porque saíam da direção do curral.*¹⁵⁶

¹⁵⁵ Joberval Bertoldo e Terezinha Pereira, entrevistados, 2016. Joberval Bertoldo é engenheiro mecânico aposentado. Nasceu na Fé em Deus, onde os pais se instalaram quando vieram do interior e o pai construiu uma palafita. Morou no bairro até se casar. e entrevistados. Terezinha Pereira nasceu em Pinheiro e migrou para São Luís nos anos 1970, quando, aos nove anos, foi morar com um tio numa palafita, no bairro da Liberdade. Morou na região até casar, aos 25 anos. Hoje é funcionária de um arquivo público municipal.

Gambarra é o nome dado na região da Amazônia e Maranhão a grandes embarcações de dois mastros que transportam gado.

¹⁵⁶ Terezinha Pereira, 2016.

Assim, é provável que nesta nova fase de funcionamento, o matadouro tenha funcionado com uma área menor de currais e pastagens, dado que uma parte estaria loteada e já ocupada com moradores.

Apesar de por esta altura as três fábricas existentes terem já encerrado atividades, é justamente a partir da década de 1960 que acontecem as transformações mais visíveis daquele território, com a grande expansão provocada pela chegada de novos habitantes do interior, oriundos sobretudo da região da chamada baixada maranhense, um meio rural pobre e de passado escravagista.¹⁵⁷

As línguas de terra onde se situava a Fábrica e o Matadouro, onde muitos residentes estavam já instalados, começam a não ter espaço para receber mais gente, ou as eventuais áreas vagas seriam caras. É nesse momento que se inicia a ocupação do mangue, área lamacenta de aluvião que se enche de água na maré cheia. Às palhoças e casas de barro vai-se juntar um novo tipo de moradia: a palafita, habitação sobre estacas de madeira “construída na maré”.

Estes novos moradores urbanos são protagonistas que puderam testemunhar essa história de ocupação e contá-la na primeira pessoa. Os dois capítulos seguintes foram montados com informações recolhidas nas entrevistas durante o trabalho de campo.

4.3 Morfologia do processo de ocupação do mangue

O processo de ocupação da favela em estudo teve muito em comum com a história de outras ocupações urbanas informais e pobres (em relação aos níveis mínimos de consumo supostos para uma vida urbana dita digna). Nas grandes cidade de todo o mundo “em desenvolvimento”, os migrantes recorreram a conhecimentos do seu contexto cultural de origem e os adaptaram, de maneira mais ou menos bem sucedida, aos recursos a que conseguiram ter acesso num meio físico, social, cultural e econômico novo. Os aspectos

¹⁵⁷ O processo nacional de industrialização subordinou a região do Nordeste, que gozara de relativa autonomia com o comércio exterior, aos interesses do Sudeste, que passou a ter prioridade para a implantação das indústrias, levando o governo federal a instituir um sistema de comunicação rodoviária nacional para escoar internamente essa produção. A estagnação de São Luís foi um processo vagaroso, mas o seu sistema de produção arcaico e a inversão do sentido de desenvolvimento decorrente das novas rodovias, culminaram com o encerramento das indústrias locais, no início de 1960: “paradoxalmente, a rede rodoviária que irá conectar o interior do estado ao Brasil, terá consequências negativas sobre a centralidade de São Luís, enquanto ponto exclusivo de entrada e saída da produção, contribuindo para o aprofundamento da crise econômica local” (Burnett, 2006, p. 4).

comuns a essa transposição dolorosa, que transformou grupos sociais inteiros em pobres urbanos e transformou o vernáculo em informal, já foram amplamente descritos e criticados.¹⁵⁸

No entanto, a ocupação do rio Anil também se distingue de processos comparáveis. No mangue, canais e subcanais formam potenciais redes de água, esgoto e transporte fluvial, enquanto que qualquer acesso a pé exige previamente um esforço coletivo de construção de vias sobre a água.

À diferença, por exemplo, de favelas formadas em morros, em que a ocupação começa pelas casas, inicialmente sem grande preocupação com a linearidade dos caminhos, no mangue não é possível erguer uma casa antes de garantir uma estrutura prévia e compartilhada de acesso. Assim, cada nova porção da favela do rio Anil constituiu um pequeno território, solidário e relativamente isolado das demais porções, que começa e é definido pela *ponte*, o passadiço de madeira sobre estacas onde depois se vão acoplar as palafitas. (Figura 27)

Figura 27. Avanço das palafitas sobre o mangue: “a ponte”.



Fonte: Secid-MA, 2008.

Começava-se com uma *pivada* ou o corte da vegetação do mangue para abrir um caminho perpendicular ao igarapé/canal. Os paus mais compridos eram usados para estaquear a ponte: *iam botando, botando e caminhando por cima, então depois compravam as tábuas e faziam o caminho [...] mas era sempre estreito, nem podia ser largo.*¹⁵⁹ Cada ponte definia um alinhamento em cujas laterais se levantavam as casas, formando uma pequena vizinhança ou comunidade claramente identificada. Ainda que a ponte fosse prolongada com o passar do tempo e lhe

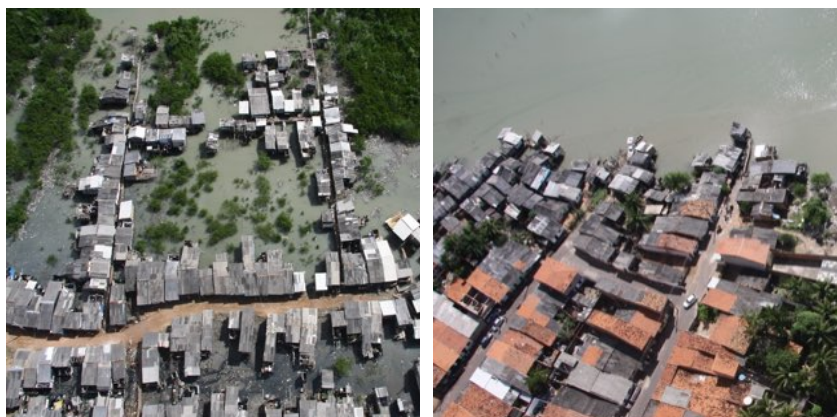
¹⁵⁸ Por exemplo, por John Turner e Robert Fichter (1972), Hassan Fathy (1976), Ivan Illich (1981) e Kapp e Baltazar, 2012.

¹⁵⁹ Terezinha Pereira, 2016.

fossem acrescentadas mais moradias, essa condição de infraestrutura autoconstruída coletivamente favoreceu certa coesão interna e, por outro lado, cristalizou diferenças e rivalidades com relação a comunidades de outras pontes, que persistiram mesmo depois que as vias sobre a água se transformaram em ruas comuns. A memória dessa gênese em situação de descontinuidade territorial vai fazer permanecer as múltiplas denominações originais: a área que a prefeitura de São Luís define como bairro da Camboa, por exemplo, se divide, para os moradores, nas comunidades de Camboa Areal, Camboa do Mato, Vila Gorete e Vila Veleiros, bem como o bairro oficialmente denominado Liberdade integra a Brasília, a Vila Maruí, a Floresta, etc. (Figura 28 e 29)

Devido a esse processo de formação em núcleos relativamente autônomos e pequenas vizinhanças, era frequente se agruparem familiares ou conhecidos provenientes da mesma cidade de origem. Segundo o padre Sérgio Braga, que ali chega no início dos anos 1980, era possível identificar os moradores de uma mesma rua/ponte pelo padroeiro: “eles vinham do interior e celebravam sempre o padroeiro do povoado de origem[...] todo o mundo celebrava o festejo e mantinha a data, embora não tivesse nem uma capela sequer. Era uma forma de estar em sintonia com o interior.”¹⁶⁰

Figura 28 e 29. Avanço de palafitas perpendicularmente à direção do rio/canal.



Fonte: Secid-MA, 2008.

¹⁶⁰ Sobre as circunstâncias da chegada do padre Sérgio Braga, vide subcapítulo 4.9 desta dissertação: *Presença da Igreja Católica*, pp. 91-95.

Com o passar do tempo, os próprios habitantes foram realizando também o aterro desses caminhos de madeira, partindo da terra firme. Segundo contaram vários moradores, os aterros começavam assim pelas vias, linearmente, e só depois se expandiam para a frente das casas, que então podiam ganhar uma fachada de alvenaria, mas permaneciam com os fundos sobre estacas e abertos para a água, permitindo o acesso direto dos barcos de pesca e o escoamento dos esgotos (Figura 30). Tal é possível sobretudo quando são construídas sobre o igarapé (canal), ou sobre o próprio rio e não no *lavado do mangue*, área de aluvião que permanece sem água metade do dia.

Figura 30. Palafitas com duas frentes: barcos ancorados nos “fundos”.



Fonte: Secid-MA, 2008.

É possível observar que esta lógica de organização com frente e fundos resultou em quarteirões mais ou menos regulares, em que os fundos, após o aterro, passaram a ser quintais, reconhecidos nas fotografias aéreas pela mancha de verde e vegetação.

Maria José Serrão contou que, no bairro da Liberdade, antes de existir “esse bando de ruas” que existe hoje, *os fundos das casas eram todos mangue... a gente ia no quintal e tirava sururu¹⁶¹, caranguejo (...) parece incrível mas tinha toda essa riqueza!*¹⁶² Outros moradores, como Ana Lea Santos, citam o siri e o turu¹⁶³ que também se catavam com frequência no mangue para

¹⁶¹ Sururu é um molusco bivalve, também chamado de mexilhão.

¹⁶² Maria José Serrão nasceu em Bacurituba e mudou-se para a capital aos quinze anos, tendo-se instalado na Liberdade, numa casa cedida por uma empregada doméstica que *morava no serviço*. Participou em grupos de jovens e na creche, na Liberdade e era membro da Associação de Moradores do Bairro, tendo integrado o Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados (MDFP-MA). Atualmente trabalha na União por Moradia Popular do Maranhão.

¹⁶³ Siri é um pequeno crustáceo e turu é um molusco com aparência de verme, também chamado de cupim-do-mar, que vive em manguezais e alimenta-se de madeira decomposta.

alimentação - o turu comia-se cru ou cozinhado em caldo e quando vinha agarrado aos próprios paus de mangue, estes já serviam de espeto para o apreciado churrasco.¹⁶⁴

Figura 31. Diferentes fases da “construção” de uma rua: ponte de madeira, aterro e asfalto.



Fonte: Secid-MA, 2008.

Tal como já referido, a pesquisa confirmou a suspeita de que os moradores também realizaram o aterro de, pelo menos parte dos caminhos de madeira. Se no início haviam fabricado um território sobre a água, nessa segunda fase de consolidação da ocupação passaram a fabricar sua própria “terra firme”. Os entrevistados se referem a essa fase como grande conquista, frisando a ausência de apoio externo e a contraposição a obras públicas. Também chama a atenção o fato não usarem o termo *aterro*, mas palavras como *entulhar* e *entulhamento*. Isso indica que, mais do que no produto final (aterro), o imaginário coletivo se concentra no material (entulho) e no processo (entulhar), como que mantendo presente a memória dos recursos e esforços ali investidos, que abrangem desde tempo e trabalho braçal até uma extraordinária capacidade de organização. *Aqui era tudo maré e a gente que foi entulhando.*¹⁶⁵ *Nós entulhamos e não tivemos ajuda de poder nenhum [...] aqui só em época de eleição é que eles aparecem.*¹⁶⁶

¹⁶⁴ Ana Lea Santos, entrevistada, 2016. Ana Lea Santos nasceu em Alcântara e chegou a São Luís na década de 1980, adolescente e grávida, para trabalhar como empregada doméstica. Após o parto foi morar com a mãe numa palafita. Hoje é professora e dá aulas particulares de reforço na sala do apartamento que ganhou pelo PAC.

¹⁶⁵ Ana Lea Santos, entrevistada, 2016. Ana Lea Santos nasceu em Alcântara e chegou a São Luís na década de 1980, adolescente e grávida, para trabalhar como empregada doméstica. Após o parto foi morar com a mãe numa palafita. Hoje é professora e dá aulas particulares de reforço na sala do apartamento que ganhou pelo PAC.

¹⁶⁶ Vitória Barbosa, entrevistada, 2016. Vitória Barbosa nasceu em Alcântara e veio adolescente. Mora numa palafita, mas apenas os fundos estão sobre estacas, pois a rua da frente e o espaço sob a casa já foram aterrados. Está em vias de transferência para um apartamento, construído pelo PAC.

Segundo relatos de vários moradores, recorreram a diferentes materiais para concretizar os aterros: *caçambadas* de entulho e pedras, lixo hospitalar, cascas de coco, barro, tudo era bem-vindo e aproveitado, mas também por vezes comprado em conjunto, como o *material de derrubada da construção civil, que as grandes construtoras vendiam e depositavam ali na área.*

4.4 Palafitas: construção e vivências

A construção das palafitas na área não seguiu uma técnica única e homogênea, porque muito dependeu das características específicas de cada porção do território e da disponibilidade de materiais e recursos no momento das obras. É possível, todavia, sintetizar algumas características recorrentes, descritas pelos entrevistados e observadas nas palafitas ainda existentes ou em construção na outra margem do rio.¹⁶⁷

Uma palafita de 18m² (3m x 6m) se faz em cerca de duas semanas como diz o senhor Tássio Ribeiro¹⁶⁸. Os construtores preferem o mangue vermelho para as estacas, porque tem os paus mais grossos e resistentes, que se preservam na lama e demoram mais tempo a apodrecer que outras madeiras. Da sua casca provém ainda uma resina rubra que é uma das tinturas mais eficazes para colorir as velas dos barcos, uma vez que *fecha bem o pano*, tornando-o resistente ao salitre agressivo da maresia.

No entanto, hoje a maior parte das estacas é comprada nos vários depósitos de construção existentes na avenida da Camboa ou diretamente no cais, dos barcos que chegam do interior.¹⁶⁹ Segundo o senhor José Américo¹⁷⁰, agora apenas chega *madeira do mato, porque pau de mangue o Ibama¹⁷¹ não deixa [...] por causa da desmatção que está demais.*

¹⁶⁷ Sobre a engenhosidade da construção das palafitas vide *As palafitas do rio Anil: memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação*, de Joana Silva e Silke Kapp, 2016.

¹⁶⁸ Tássio Ribeiro, entrevistado, 2016. Tássio Ribeiro é construtor de barcos e de palafitas, e é também pescador com barco próprio, uma biana (barco à vela, típico do Maranhão). Nasceu em Mamuna, Alcântara, onde viveu até aos 17 anos, quando foi para a capital “tirar os documentos e se alistar no exército”, mas não serviu e por ali ficou, tendo construído a sua palafita na área da Liberdade. Hoje mora num apartamento do PAC. No momento da entrevista, em março de 2016, tinha acabado de construir uma palafita para a filha, na margem oposta do rio, no bairro do Jaracaty.

¹⁶⁹ A avenida da Camboa existe onde passava a ferrovia, que foi desativada e desmantelada nos anos 1970. A avenida constitui uma parte do chamado anel viário, que delimita no seu interior o “centro” da cidade.

¹⁷⁰ José Américo, entrevistado, 2016. José Américo é carpinteiro naval. Oriundo de Alcântara, onde nasceu, foi para São Luís com a família – a mulher e os filhos, para que estes pudessem estudar.

¹⁷¹ Ibama- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

No início, não haveria muita preocupação com eventuais inundações: *de oito em oito dias a maré fazia a limpeza geral*.¹⁷² Mas desde que a energia elétrica e os eletrodomésticos chegaram, grosso modo, nos anos 1980¹⁷³, há que prevenir para a água não entrar na palafita, prevenção nem sempre possível.

Georgina Ribeiro recorda que, em 1983, quando se mudou de outro bairro menos central da cidade para a palafita que comprou no bairro da Liberdade, um vizinho dali logo se ofereceu para ajudar a transportar a mudança mas no percurso da ponte, o fogão acabou por cair na água: *nas tábuas às vezes é difícil equilibrar, principalmente com um grande peso nas costas... e aí caiu na maré*. Mais tarde, já com filhos, recorda o episódio em que se estragou a geladeira, numa maré cheia de agosto ou setembro: [...] *são as marés de lua mais fortes do ano. A gente acordou tudo atordoado porque a maré já estava por cima e saía rato, saía cobra... aí a gente ficou em cima da cama... e a maré enchendo, enchendo... e eu fiquei com medo de desligar e pegar um choque, porque o contato era direto. E então quando a água chegou na altura do motor da geladeira deu aquele estrondo... e pronto, apagou tudo e a geladeira não prestou mais*.¹⁷⁴

Foi levantada a hipótese de que os procedimentos para a construção das palafitas poderiam ter afinidade com as técnicas da carpintaria naval, uma vez que muitos dos moradores do rio Anil eram ou são pescadores. De fato, os dois ofícios usam o mesmo material e as mesmas ferramentas: serrote, enxó, machado, plaina e furadeira. No entanto, os poucos artífices que trabalham em ambos dizem taxativamente que *não tem nada a ver*. Como explicou Valdimar Santos¹⁷⁵, barcos têm de ser construídos *no seco*, de preferência em estaleiro coberto, enquanto a palafita *constrói já na água mesmo e sempre continua no mesmo lugar*. Nas embarcações, as juntas das pranchas devem ser perfeitamente vedadas (utilizam uma mistura de óleo de mamona e cal), enquanto nas palafitas, é até uma vantagem a ventilação trazida pelo *ar condicionado natural que entra nas brechas das tábuas*, como lembrou Basílio Durans.

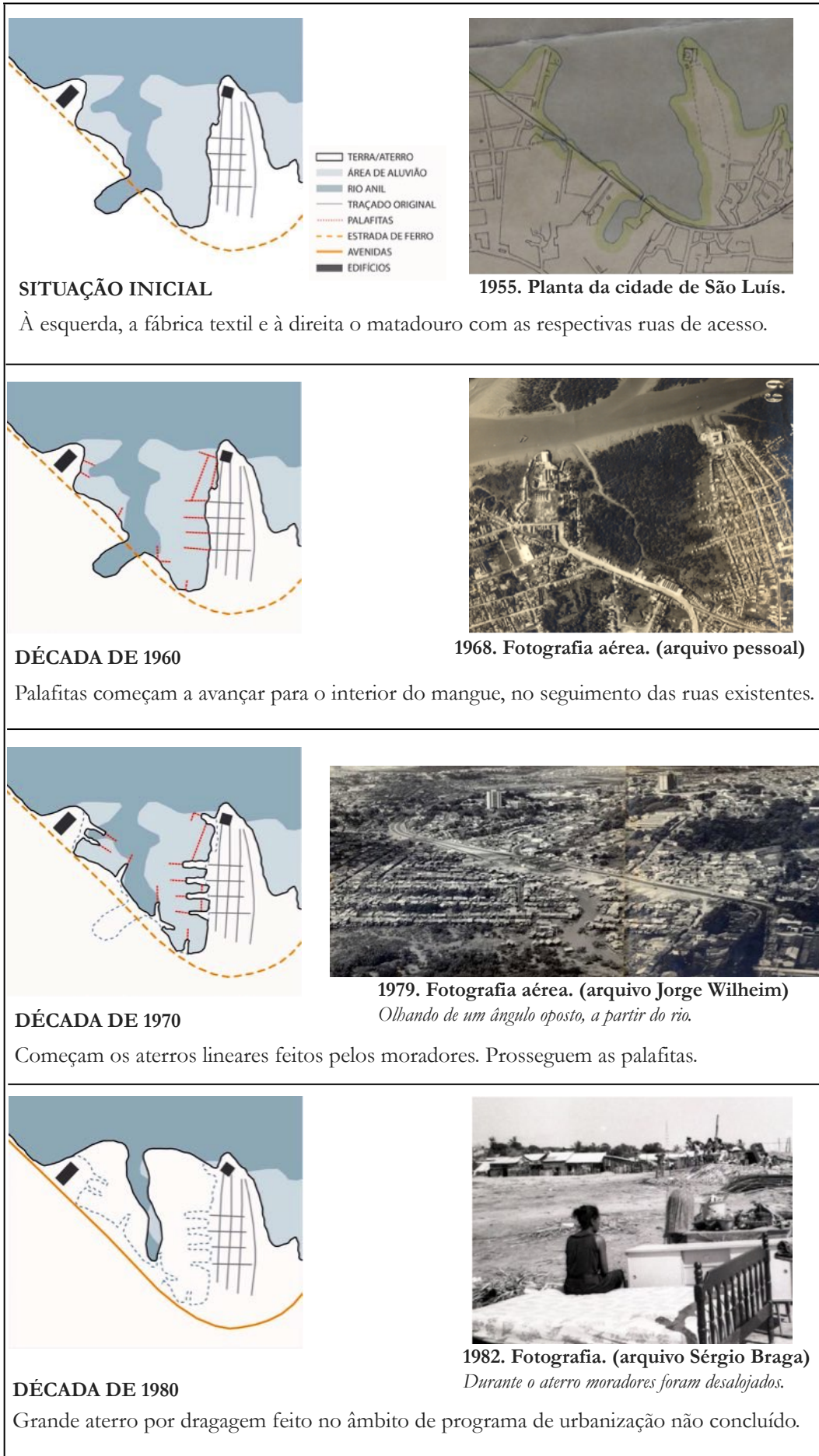
¹⁷² Basílio Durans nasceu em Perimirim e veio com 20 anos, na década de 1960, morar com a madrinha, empregada doméstica que habitava numa palafita na Liberdade. Mais tarde, construiu a sua própria palafita que, na sequência de melhorias e aterros feitos pelo próprio, é hoje um “sobrado” (casa de dois andares) de alvenaria. Participou no Movimentos de Defesa dos Favelados e Palafitados (MDFP-MA) e em grupos culturais, hoje é dono de um depósito de material de construção, no mesmo bairro.

¹⁷³ Este período é aproximado devido à referida descontinuidade territorial, pois a energia elétrica chegava muitas vezes pontualmente, através de favores de políticos a determinado núcleo de vizinhança, o tradicional “político amiga da comunidade”.

¹⁷⁴ Georgina Ribeiro mora hoje num apartamento atribuído pelo PAC.

¹⁷⁵ Valdimar Santos, entrevistado, 2016. Valdimar Santos nasceu em São José de Ribamar, um dos quatro municípios, incluindo São Luís, que formam a ilha do Maranhão, e mudou-se para a Camboa nos anos 1980. Pesca desde os 8 anos e é hoje pescador profissional, sem barco próprio.

Quadro 1 - Morfologia do processo de ocupação do mangue.



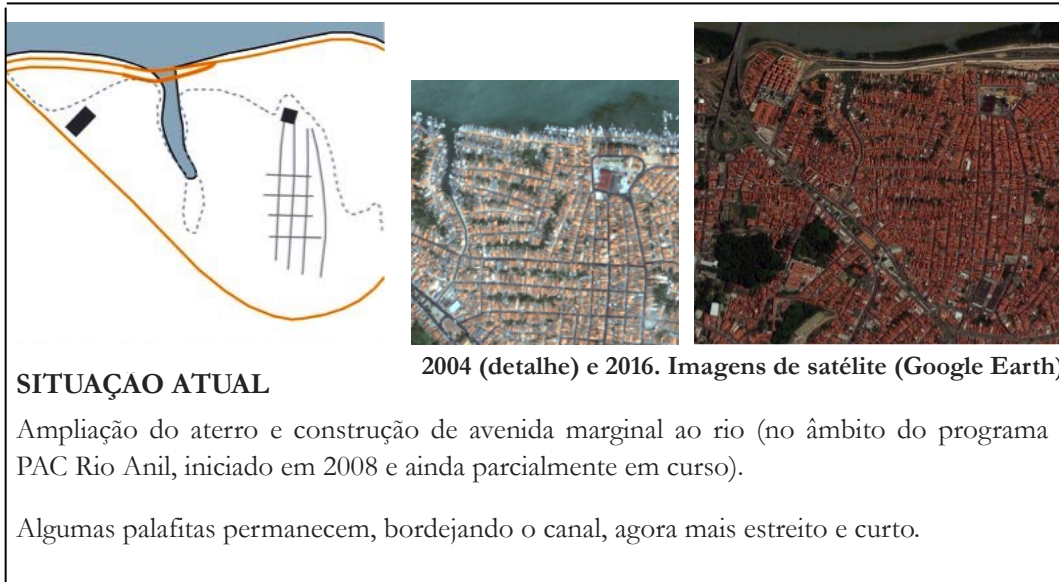
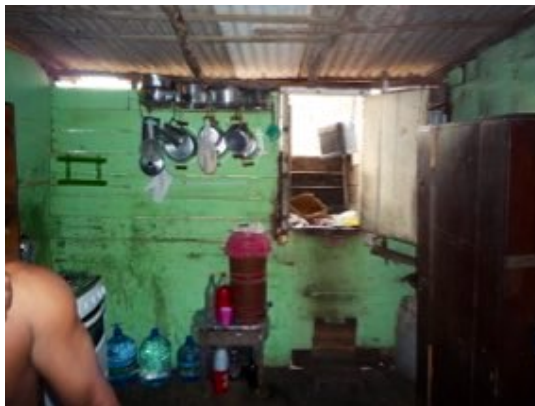


Figura 32. Interior de cozinha de palafita, com jirau. Na cozinha, situada nos fundos, pode existir um tipo de abertura conhecida como jirau, uma espécie de bancada que se prolonga do lado de fora, permitindo que a água da lavagem de alimentos ou utensílios caia diretamente no canal.



Fonte: Secid-MA, 2013

Figura 33 e 34. Palafitas.



Fonte: Secid-MA, 2013

4.5 Bois do matadouro e de brincadeira: uma identidade cultural própria

Como já referido, deu-se uma significativa expansão do território nos anos 1960 e 1970, com um forte incremento de habitantes provenientes da região da baixada. Esses novos moradores da cidade trouxeram o dinamismo de suas práticas culturais e religiosas e começou a reconhecer-se no território uma identidade cultural própria, com fortes vínculos à cultura negra afro-brasileira.

Tal presença se percebe logo desde os anos 1960, pela notícia intitulada “Prefeito bumba-meu-boi deixa matadouro entregue às moscas”, dando a conhecer que o então prefeito Costa Rodrigues dava preferência aos “bois de brincadeira” em detrimento dos “bois do matadouro”, já que destinara grande quantia de dinheiro para a construção de um “curral” de ensaios na Praça Deodoro, enquanto o gado do matadouro municipal padecia.¹⁷⁶ Os bois de brincadeira são o “Bumba-meu-boi, o Tambor de Mina e as danças de Macumba”, cujo apoio traria vantagens eleitorais, o que leva a deduzir que o número de habitantes daquela região já seria expressivo em 1965, ano da publicação.¹⁷⁷

Como referido anteriormente, também moradores relataram que o Matadouro estava em atividade na década de 1960, mas a citada notícia dá a conhecer que não seria muito apropriada, pois o estado em que se encontrava o edifício e o ambiente geral são descritos em detalhe:

É de causar náuseas a imundície dominante [...] cada grão de areia no chão é um continente ilhado de micróbios, [...] o prédio apresenta rachaduras em muitas das suas paredes que anunciam desabamentos. [...]

O que se vê, misturado com meninos e homens semi-nus e descalços munidos de peixeira, são urubus reivindicando carniça. E os homens que trabalham, que se

¹⁷⁶ *O Combate*, 30 de junho de 1965.

A Praça Deodoro é o antigo Largo do Quartel ou Campo de Ourique, que foi rebatizado após a implantação da República, recebendo o nome do primeiro presidente provisório, Marechal Deodoro.

¹⁷⁷ Foi também por esta altura que Josué Montello (1975) escreveu o clássico *Tambores de São Luís*, immortalizando essas práticas rituais de percussão próprias dos cultos afro-brasileiros. A primeira edição é publicada em 1975 e a história do livro é montada através das recordações que a cidade suscita ao ex-escravo Damiano quando, em 1915 e já velho, caminha pelas ruas de São Luís precisamente em direção à Camboa, onde a sua bisneta está em trabalho de parto. Na caminhada, que dura uma madrugada - ou toda uma vida, em memória - conhecemos a história desse antigo escravo que consegue alforria num contexto peculiar, ajudado pelo bispo do Maranhão que o conhecera em visita à fazenda onde está cativo, mas da qual só conseguiu sair após a morte do seu senhor. Muda-se então para São Luís, onde frequenta o seminário e é, de longe, o melhor aluno mas tem negada a sua ordenação por ser negro.

sacrificam, que aceitam no corpo os micróbios que a falta de saneamento lhes proporciona - esses são mal pagos.¹⁷⁸

Um outro indício de que em meados da década de 1960 já existiria um número considerável de habitantes no local, é percebido pela promessa do candidato a prefeito Eptácio Cafeteira, que se comprometeu na campanha eleitoral a mudar o nome do bairro Matadouro, caso fosse eleito. Ação realmente concretizada em 1966, quando o bairro Matadouro, após um plebiscito, se passou a chamar Liberdade.¹⁷⁹

Nessa época, Cumaru Filho escreveu no *Jornal do Maranhão* um artigo em forma de carta “ao meu amigo prefeito”, convidando o recém-eleito gestor para visitar “os subúrbios dos subúrbios” e sentir o “desagradável dissabor de pisar em lama e o odor que a falta de esgoto provoca”.¹⁸⁰ O autor citava o bairro da Coreia, Cavaco e João Paulo, e rematava: “que tal irmos passear pelo Matadouro - é mais perto de sua casa - e vermos o que há de triste na nossa cidade?”¹⁸¹

Em solenidade organizada para comemorar os dois anos de governo, o mesmo prefeito inaugurou ali um posto médico, “que oferecerá melhores condições de vida e assistência aos moradores daquele populoso bairro”.¹⁸² As comemorações foram encerradas à noite, “perante grande multidão” quando também foi entregue oficialmente a nova praça da Liberdade “um dos melhores logradouros públicos já inaugurados em São Luís”.¹⁸³

Segundo os moradores, essa administração municipal realizou igualmente diversos aterros na área e “passou breu”, quando também se observou “muita invasão, muito corre-corre”.¹⁸⁴

Assim, no final da década de 1960 o bairro já havia sido re-batizado oficialmente como Liberdade, ainda que continuasse sendo reconhecido como Matadouro. Como se viu também pelas expressões usadas na notícia das inaugurações (populoso, grande multidão), seria um território já bem povoado. Tal realidade é ainda comprovada pela notícia acerca do

¹⁷⁸ *O Combate*, 30 de junho de 1965.

¹⁷⁹ Maria José Serrão e Basílio Durans, entrevistados, 2016.

Eptácio Cafeteira ganhou as eleições e exerceu mandato de 1966 a 1969.

¹⁸⁰ *Jornal do Maranhão*, 5 de dezembro de 1965.

¹⁸¹ *Jornal do Maranhão*, 5 de dezembro de 1965.

¹⁸² *Jornal do Maranhão*, 22 de outubro de 1967.

¹⁸³ *Jornal do Maranhão*, 22 de outubro de 1967.

¹⁸⁴ Antônio Lopes *apud* Silva, 1997, p. 31.

“tráfego perigoso no Matadouro”, publicada em 1968, que alertava para o intenso trânsito verificado ali e a “necessidade de ser aberta uma nova via de acesso”. O problema era particularmente grave em dias de feira, “na artéria que dá acesso àquele populoso bairro, o único caminho para se chegar à avenida Getúlio Vargas”.¹⁸⁵

Essa artéria e “único caminho” era a Rua Correia de Araújo, o primeiro arruamento do bairro e seria o prévio “Caminho do Matadouro”, que contornava inicialmente, a leste, o terreno onde ficavam os currais. A rua Gregório de Matos, outra via estruturante do bairro, foi aberta efetivamente durante o mandato de Cafeteira quando também se aterrou “a Brasília que era só lama”, segundo depoimentos recolhidos nos anos 1990 no já citado trabalho de Ana Silva.¹⁸⁶

4.6 1960-70 Um projeto de cidade e os novos habitantes urbanos

Em 1966 José Sarney foi eleito governador do Maranhão num momento de grande efervescência social e esperança na transformação,¹⁸⁷ e nomeou como secretário de Viação e Obras Haroldo Tavares, engenheiro civil formado na Universidade Federal de Minas Gerais que depois assume a prefeitura de São Luís entre 1971 e 1975, protagonizando grandes obras estruturantes para a cidade.

¹⁸⁵ *Jornal do Maranhão*, 14 de janeiro de 1968.

¹⁸⁶ Silva, 1997, p. 26.

A denominação dessa nova área aterrada, Brasília, pode ter sido uma homenagem à nova capital do país, inaugurada havia poucos anos, em 21 de abril de 1960.

¹⁸⁷ No seu discurso de posse, Sarney faz referência a uma carta do Marquês de Pombal ao governador Mello e Póvoas rivisitando, de certa forma, a referida “ideologia da decadência” (Almeida, 2008), ideia de esplendor perdido da época da Companhia de Comércio, esplendor quase mítico porque sempre projetado para uma retomada futura. Sarney aponta o seu governo como o fim dos anos de corrupção, miséria e analfabetismo dessa “terra mergulhada na podridão” e anuncia a “liberdade e o progresso” do “Maranhão Novo”, lema do seu programa. Glauber Rocha filmou uma curta metragem com a cerimônia de posse, intitulada *Maranhão 66* - um clássico da filmografia brasileira-, onde se vê o governador eleito discursando na Avenida Pedro II, (a tal acrópole referida no capítulo *Origens*) lotada de apoiantes, intercalando com cenas de palhoças, palafitas e muita pobreza, e ainda imagens do interior de uma fábrica de fiação abandonada, que pode ser a Fábrica da Camboa. Cf. Rocha (1966)

Nessa época, a capital tinha cerca de 300 mil habitantes¹⁸⁸ e não havia escolas de Engenharia nem de Arquitetura¹⁸⁹. Contavam-se no Maranhão 8 profissionais de engenharia e áreas afins, incluindo técnicos auxiliares, por cada 100 mil habitantes¹⁹⁰ ou, segundo Benedito Buzar, havia precisamente 35 engenheiros em todo o estado.¹⁹¹ Tavares convoca profissionais de fora do Maranhão e monta uma “boa equipe técnica” que depois continua o trabalho na Prefeitura, quando é elaborado o primeiro Plano Diretor de São Luís.

Nesse período, foi construída a ponte do São Francisco e a barragem do Bacanga, quando a cidade multiplica por dez a área do seu território¹⁹². Foram também feitos extensos aterros, dotados de lotes urbanizados para auto-construção com financiamento do BNH, destinados a moradores de palafitas, num programa que teve em São Luís o seu primeiro ensaio a nível nacional.¹⁹³ Tal solução estava também prevista para o território da Camboa, Liberdade e Fé em Deus, incluindo o aterro e a construção de uma avenida marginal ao rio, mas acabou não sendo executada.¹⁹⁴

A principal obra com grande impacto direto na área foi a construção do Anel Viário, uma cintura rodoviária em torno do núcleo urbano central para assim preservar o centro histórico. Esta via foi construída sobre parte do leito da estrada de ferro, que foi desativada e passou a ter a sua estação local longe do centro.¹⁹⁵

Quanto ao bairro da Liberdade, há registros que dessa empreitada resultou o asfaltamento da rua Correia de Araújo bem como a construção de duas escadas de concreto, e ainda a

¹⁸⁸ Adolfo von Randow, engenheiro civil que foi secretário municipal de Urbanismo e Planejamento no governo de Haroldo Tavares (1971-75), quando essa Secretaria incorporou a Secretaria de Obras, entrevistado, 2016.

¹⁸⁹ Maranhão, 1974, p. 118.

O primeiro curso de Engenharia-civil é então criado (1968) mas a formação em Arquitetura teria de esperar mais três décadas para começar, pois apenas em 1992 se funda o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual do Maranhão - surpreendentemente, a Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, ainda hoje não tem.

¹⁹⁰ O número contabiliza “engenheiros, funções afins e auxiliares” (Maranhão, 1974, p. 138).

¹⁹¹ Buzar, 2012.

¹⁹² Burnett, 2006.

¹⁹³ von Randow, 2016 e Buzar, 2012.

¹⁹⁴ von Randow, 2016.

¹⁹⁵ A estação ferroviária foi transferida para a Estiva, no sentido do interior do estado.

Data também desta altura o reforço da valorização do patrimônio, iniciada nos anos 1940. Chegam a São Luís as missões da Unesco com o francês Michel Parent, em 1966 e com o português Viana de Lima, entre 1968 e 1970, para definir normas de proteção e continuidade do centro histórico, visando promover o desenvolvimento do valor turístico e econômico em âmbito local (Leal, 2008).

edificação do novo Mercado Municipal da Liberdade.¹⁹⁶ O mercado substituiu a feira a céu aberto que existia no local, a tal que bloqueava o trânsito da rua nos dias em que funcionava, mantendo os mesmos vendedores que assim passaram a contar com bancadas revestidas de azulejo.¹⁹⁷

Frederico Burnett considera Haroldo Tavares “mentor, condutor e articulador do curto período da nossa história recente em que tivemos um projeto de cidade. [...] Depois de Haroldo, o dilúvio”.¹⁹⁸

Para os habitantes das palafitas do Rio Anil, construídas sobre a água e habituadas a resistir à constante subida e descida da maré, o “dilúvio” não terá sido tão problemático - na maré e à margem se constituíram, na maré e à margem permaneciam. No entanto, metáforas à parte, a desativação da via férrea e a transformação do seu canal em avenida rodoviária, trouxe inegáveis vantagens imediatas para esta população, pois permitiu interligar o bairro de forma mais efetiva ao resto da cidade. Mesmo que o anel viário continuasse a conformar um dentro e um fora, o bairro ficou mais conectado e as ruas internas passaram a ter saída.

Em 1977, a obra literária vencedora do prémio Gonçalves Dias foi “Ofício no escuro”, de Manuel Lopes, que incluía a carta-poema “Campo-ilha-urbs”, onde fica evidente a atenção para essa dinâmica urbana, sintetizada pela circunstância da desindustrialização e pelo reconhecimento e valorização do património cultural.¹⁹⁹ Esse reconhecimento da cultura, de maneira geral, permite o entendimento da cidade como um artefacto ou produto humano e vai fazer perceber os contrastes na São Luís construída de extremos: “feita de azulejo e povo / de palafita e povo”. E, nesse sentido, também é observada a existência da já citada identidade cultural própria naquele território, manifestada pelos cultos e danças populares de matriz africana, com seus bumba-bois, tambor-de-mina e escolas de carnavais:

¹⁹⁶ von Randow, 2016

¹⁹⁷ Seguindo o mesmo projeto modelo foram construídos mercados também no Anil e na Macaúba (Adolfo von Randow, 2016)

¹⁹⁸ Nos 11 anos seguintes, não houve uma gestão da ocupação territorial à altura desse planejamento, pois entre 1975 a 1986, São Luís teve 11 prefeitos: “sem controle da gestão do solo, a lei da selva, do improviso e da omissão acabou por predominar nas formas de ocupar as novas áreas” (Burnett, 2013).

¹⁹⁹ Escritor vencedor do prémio Gonçalves Dias, em concurso promovido pelo Serviço de Imprensa Oficial do Estado (1967).

| | |
|---------------------------------|-----------------------------------|
| Pedra pedra pedra | bumba-bois, tambor-de-mina, |
| e suor diário | escolas de carnavais. |
| sobre um poema novo. | - ó burguesia afogada |
| ai cidade feita | no sangue de marginais! - |
| de azulejo e povo | |
| palafita e povo | de onde filhas de operários |
| sem escola, e povo | - ó anémicas meninas! - |
| sem saúde, e povo | lembram os pais e a mesa parca |
| sem nada. só o nome | nas chaminés das usinas, |
| povo. e quer trabalho, | |
| pão, força, justiça, | e assistem aos irmãos mais velhos |
| amor e tem fome. | nos bacarás das esquinas. |
| | |
| fome que devora a infância | contemplam, como impossível, |
| no bairro a pouca distância e | vermelhíssimos telhados: |
| de onde mal alimentados, | roupas de meninas ricas, |
| descem braços contra a angústia | brinquedos nunca encontrados... |
| de dez mil desempregados. | 200 |

Apesar do grande dinamismo de obras infra-estruturais na cidade, a expressiva migração para verificada nas décadas de 60 e 70 não encontrou por parte dos poderes públicos uma resposta capaz de apoiar os assentamentos informais emergentes onde se estabeleciam esses novos habitante urbanos, que ficaram assim excluídos dos serviços e infra-estruturas básicas. Segundo Denilson Bezerra, na década de 1960, quando se registou um aumento populacional de 4,3% ao ano, haveria na capital aproximadamente 7000 moradias subnormais que abrigariam cerca de 40000 habitantes, perfazendo 1/6 da população municipal.²⁰¹

²⁰⁰ Lopes, 1977.

²⁰¹ Bezerra, 2008, p. 38-39.

Tabela 2. Evolução do número de habitantes de São Luís.

| ANO | POPULAÇÃO | AUMENTO na década |
|------|--------------|-------------------|
| 1960 | 123.500 hab. | - |
| 1970 | 265.500 hab. | 115% |
| 1980 | 449.900 hab. | 70% |
| 1991 | 695.200 hab. | 55% |
| 2001 | 867.690 hab. | 11% |

Fonte: Gomes, 2001 *apud* Bezerra, 2018, p. 39. (adaptada)

Na década seguinte (1970) o número de habitantes de São Luís aumentou significativamente (Tabela 2) e essa relação seria certamente maior, pois os dados revelam que nessa década mais de metade dos habitantes de São Luís não tinha qualquer renda: 53% sem renda, 35% com renda até US\$160 e 12% com mais de US\$400.²⁰²

A propósito da identificação dos “processos migratórios espontâneos e desordenados”, relatavam-se em 1974 os “impasses da rígida estrutura social” visíveis pelo “grande contraste nos níveis de vida de diferentes setores da sociedade, principalmente [...] entre os habitantes da área marginalizada de palafitas de São Luís e as classes ou setores não só de nível mais elevado na capital, mas também das classes médias e camadas proletárias.”²⁰³

Durante a década de 1970, quando se verificou o maior aumento demográfico na cidade, esses novos habitantes urbanos eram oriundos majoritariamente do próprio estado: 70% provinham das regiões Norte e Baixada e 16% de outras regiões do Maranhão.²⁰⁴ Nas décadas de 1980 e 90 verificou-se a fixação de novos habitantes nos municípios. Em toda a cidade de São Luís, as expressivas áreas de manguezal foram um lugar de fixação dos migrantes recém-chegados.

Devido à expansão da ocupação urbana, no caso específico da bacia do rio Anil, segundo Denilson Bezerra, registrou-se uma diminuição de 35% da área dos manguezais, entre 1975 e 2001, sendo que, particularmente no bairro da Liberdade, a geoclasse manguezal, que em 1975 perfazia 31ha e constituía 44% da área desse território, desapareceu em 2001.²⁰⁵

²⁰² Marques, 2012, p. 91.

²⁰³ Maranhão, 1974, p. 137-138.

²⁰⁴ Marques, 2012, p. 89.

²⁰⁵ Bezerra, 2008, p. 82 e 91.

A progressiva ocupação das zonas costeiras verifica-se a nível mundial e estima-se que, no início do século XXI, aproximadamente 50% das áreas de mangue haviam desaparecido no planeta.²⁰⁶ Ora, o mangue é uma vegetação que acaba por proteger o território da invasão das águas, um recurso importante face ao cenário atual de subida inevitável do nível do mar. Por outro lado, o seu desaparecimento acabou destruindo também a grande variedade de comida disponível, tal como referiram vários moradores.

4.7 Presença de instituições e serviços: Saneamento, Saúde, Educação

Apesar da maior facilidade de atendimento e assistência à educação e saúde ser um dos motivos específicos referidos pelos moradores para a mudança para São Luís, os bairros em análise não ofereciam tais serviços de forma satisfatória. No entanto, a efetiva proximidade com o centro consolidado da cidade, onde se localizavam hospitais e escolas, permitiu uma certa assistência. Todas as mulheres entrevistadas que deram à luz em São Luís o fizeram no hospital, em condições de maior apoio do que tiveram em experiências anteriores. Como relatou Ana Lea Santos, nasceu no povoado de Mamuna, em Alcântara e o seu primeiro parto aconteceu ali com grandes complicações, tendo sido transportada para o hospital numa rede carregada por vizinhos, em caminhada de 5 horas, que acabou resultando num nado morto. Em São Luís, o hospital materno-infantil da cidade fica a 500m do local onde se localizava a Fábrica da Camboa. À mesma curta distância fica também o hospital universitário, *quase dentro de casa*, como comentou Antônio Carvalho, um morador da Camboa que ali se submeteu a uma intervenção cirúrgica.²⁰⁷ Mas a principal lacuna no território era um serviço de assistência à saúde primária, dado que o posto médico da área, inaugurado nos anos 1960, conforme referido, manteve-se único até aos anos 2000.

E tal assistência é particularmente necessária porque a própria falta de saneamento da área favorece a ocorrência de problemas de saúde. Denilson Bezerra analisou *O ecossistema*

²⁰⁶ Kelleher et al. 1995 *apud* Souza Filho, 2005, p. 434.

²⁰⁷ Antônio Carvalho, entrevistado, 2016. Antônio Carvalho, conhecido como Seu Russo é pescador. Natural de Axixá, rumou a São José de Ribamar, um dos quatro municípios que integram a ilha do Maranhão, na adolescência e mudou-se para a Camboa quando se separou da primeira mulher. Foi o primeiro morador da rua dos Veleiros e, segundo o próprio, foi quem a batizou. Morava numa palafita, que, após sucessivos aterros é hoje uma casa de alvenaria.

manguezal em meio urbano no contexto das políticas públicas de uso e ocupação do solo na bacia do rio Anil, indicando a insalubridade do rio e o risco de haver doenças diarreicas, dada a alta incidência de contaminação devido à poluição química e biológica da água e referiu um grave surto de doenças infecciosas intestinais ali ocorrido em 1978 e 1980.²⁰⁸

Um parasita intestinal frequente em áreas onde há contaminação fecal de águas e por isso comum em mangues habitados por palafitas, com saneamento básico precário ou inexistente é a giárdia lamblia. A contaminação pode acontecer por ingestão de alimentos ou água contaminados ou mesmo por absorção cutânea, sobretudo pelos pés, situação comum em crianças que andam descalças nos passadiços de madeira. A giárdia causa fortes diarreias e, na fase crônica, impede a absorção de nutrientes, provocando elevados graus de desnutrição.

Relativamente à educação, também a situação de provisão era precária, ainda que haja exceções. A citada Ana Lea Santos nunca estudou em escola de governo e foi alfabetizada com uma vizinha, enquanto as suas três filhas nascidas em São Luís estudaram até ao ensino médio. José Américo, também oriundo da região de Alcântara, mudou-se com a família especificamente para que os seus filhos pudessem estudar. O mais velho já estava na cidade com uma tia que morava em palafita e quando o segundo filho completou 6 anos, toda a família se mudou. Esse filho frequenta hoje uma universidade no Sul do país, onde prepara o doutorado. No entanto, como já foi dito, este não será um exemplo de regra mas de exceção, porque a assistência à educação era precária de forma geral.

É o que mostram os dados sobre o analfabetismo no Maranhão na época em que a população da área cresceu substancialmente, pois diminuiu menos do que no Brasil entre 1970 e 80, tendo inclusive aumentado ligeiramente nos contextos urbanos. Em 1970, a taxa de analfabetismo da população maranhense (de 10 e mais anos) era de 60%, face a 33% no Brasil e em 1980, era de 52%, mais do dobro dos 25% verificados no país. A principal especificidade do Maranhão é, então, o aumento de analfabetos na população urbana, de 28% para 29%, enquanto na população rural a incidência do analfabetismo diminuiu, no mesmo período, de 71% para 64%.²⁰⁹

Portanto, o que pode ajudar a entender tal dado, é justamente o aumento da necessidade de instrução que se seguiu ao substancial crescimento urbano motivado pelas migrações,

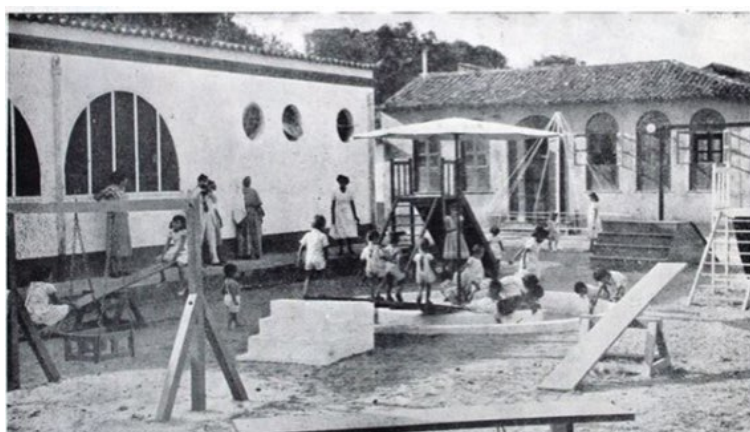
²⁰⁸ Bezerra, 2008, p. 97-99.

²⁰⁹ IBGE, 1984.

necessidade que não terá sido acompanhada da devida ampliação de oferta de escolas para suprir tal acréscimo de população, particularmente em São Luís.

No bairro da Camboa, há registros de uma creche em funcionamento em 1950, talvez gerida pela fábrica (Figura 35). No entanto, quando se dá o grande incremento populacional, ou seja, sobretudo na década de 1970 e por isso já depois do encerramento da unidade fabril, não houve um suporte educacional adequado.

Figura 35. 1950 - “Creche Elvira Maia Pereira no bairro proletário da Camboa”.



Fonte: Jorge, 1950

Como se viu na Tabela 2, a população foi aumentando continuamente em São Luís e naturalmente também nos bairros em análise, e ao que parece, continuou a haver carência de escolas de ensino fundamental, como se pode deduzir pelas reivindicações dos moradores do bairro Fé em Deus, que em 1996 escreveram uma carta-compromisso para o então candidato a prefeito, Jackson Lago assinar, comprometendo-se, caso eleito, a garantir a efetiva existência desses serviços públicos no bairro.²¹⁰

4.8 A noite proletária do Poema sujo

Em 1975, quando Ferreira Gullar, exilado na Argentina, escreveu o *Poema Sujo* em evocação da sua São Luís natal, dedicou longos versos a estes bairros que descreveu como a “noite proletária”. Apesar da Fábrica da Camboa já não estar em atividade no momento, é

²¹⁰ Anexo B

partilhada essa imagem forte das palafitas dos operários e do rio Anil que apodrece “naquela parte da ilha de São Luís”, para contar como “o apodrecimento de um rio num bairro operário” é a fabricação de uma noite.

| | |
|--|--|
| (...) por sobre nós | não passa, não |
| um urubu talvez | transcorre: |
| deriva na direção da Camboa | apodrece |
| leve sobre o vasto capinzal e para além da estrada-de-ferro | (...) |
| por cima das palhoças na lama | o apodrecer de uma coisa |
| e lá detrás a fábrica | de fato é a fabricação |
| assentada numa plataforma fumegante de cinzas e detritos | de uma noite: |
| de algodão | seja essa coisa |
| um urubu (...) | uma pêra num prato seja |
| à margem | um rio num bairro operário |
| da estrada-de-ferro, | (...) |
| onde não há água encanada: | Resta ainda acrescentar |
| ali | - pra se entender essa noite |
| o clarão contido sob a noite | proletária - |
| não é | que um rio não apodrece do mesmo modo |
| como na cidade | que uma pêra. |
| o punho fechado da água dentro dos canos: | (...) |
| é o punho | E como nenhum rio apodrece |
| da vida | do mesmo jeito que outro rio |
| fechada dentro da lama. | assim o Rio Anil |
| (...) a noite na Baixinha | apodrecia a seu modo |
| | naquela parte da Ilha de São Luís. |

| | |
|--------------------------------|----------------------------|
| mesmo porque | (para de fato |
| para que outro rio | afogar-se, convulso, |
| pudesse apodrecer como ele | nas águas salgadas da baía |
| era preciso que viesse | que se intrometem por ele, |
| para esse mesmo caminho | por suas veias, |
| passasse no Matadouro | por sua carne doce de rio |
| e misturasse seu cheiro de rio | que o empurra para trás |
| ao cheiro | o desarruma |
| de carniça | o envenena de sal |
| e tivesse permanentemente a | e o obriga a apodrecer |
| sobrevoá-lo | - já que não pode fluir - |
| uma nuvem de urubus | Debaixo das palafitas |
| como acontece no Anil antes | Onde moram os operários da |
| de dobrar à esquerda | Fábrica |
| para perder-se no mar | De Fiação e Tecidos da |
| | Camboa) ²¹¹ |

Usar a noite como metáfora para as condições de vida do operariado pobre foi um recurso que também Peter Hall pegou emprestado do poeta britânico James Thomson, que escreveu *The city of dreadful night* em 1880. Hall usa-o como título para o capítulo sobre *As reações à cidade encortificada do século XIX: A cidade da noite apavorante*.²¹²

Hall suspeita que foi consciente ou inconscientemente em memória desses versos que W. Stead, redator-chefe do vespertino *Pall Mall Gazette* publicou, em 1883 um editorial intitulado *Não está na hora?* sobre “os horrores dos cortiços que representam o grande problema doméstico que a religião, o humanitarismo e as instituições políticas têm o imperativo dever de resolver”. Ajudado por um panfleto de um pastor, esse escrito foi considerado o responsável pelo nascimento da legislação social moderna.²¹³

²¹¹ Gullar, 1976.

²¹² Hall, 2007, p. 17.

²¹³ Hall, 2007, p. 18.

Trabalho semelhante empreendeu o padre missionário italiano Giovanni Gallo no bairro da Floresta, quase cem anos depois, em 1970, quando, chegado a São Luís, escreveu artigos de primeira página no *Jornal de Maranhão* apresentando a situação de pobreza e ausência de urbanidade daquele território. Mas os bairros às margens do Anil, como se verá, só nos 1980 tiveram um ensaio de um projeto governamental para a área, que não se concluiu e apenas em 2008 se irá assistir ao início do primeiro grande projeto de urbanização ali implementado.

4.9 Presença da Igreja Católica

No Brasil como um todo, no que toca à observação e intervenção em favelas, fizeram história os estudos pioneiros do padre francês Louis-Joseph Lebret, nas décadas de 1940 e 1950, baseados em trabalho de campo com uma visão dos favelados enquanto sujeitos políticos, tendo influenciado na afirmação do urbanismo como um campo de conhecimento e prática profissional.²¹⁴

Nos território em análise, a presença da igreja e o seu relevante trabalho coletivo dentro do vazio institucional em que viviam os bairros, foram percebidos inicialmente através de relatos de moradores referentes à marcante passagem por ali do padre Giovanni Gallo, um missionário italiano que chegou a São Luís em 1970.

Gallo foi vigário na igreja de Santo Expedito, no bairro da Floresta, onde estimulou a organização popular e a formação de lideranças, além de ter deixado registros fotográficos e escritos das condições urbanas do território, nos citados artigos que escreveu para o semanário *Jornal do Maranhão*, publicados com periodicidade quase mensal.²¹⁵

Nas memórias que compilou mais tarde em *O homem que implodiu*, o jesuíta conta a sua permanência no bairro que considerou “sem dúvida, um dos mais pobres de São Luís.”²¹⁶

²¹⁴ Lícia Valladares analisa o estudo “Aspectos humanos das favelas cariocas” da SAGMACS - Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica aplicada aos Complexos Sociais, inspirada pelo movimento Economia e Humanismo, do padre Lebret, que influenciou os principais estudiosos da favela no país. Cf. Valladares, 2005. Sobre o movimento Economia e Humanismo, fundado e teorizado pelo padre Lebret, ver Bosi, 2012.

²¹⁵ Giovanni Gallo assinava João da Floresta e escreveu *Quando chegará a hora h?*, publicado em 23 de maio de 1971, *A descoberta do bairro*, em 25 de julho, *O homem das palafitas*, em 8 de agosto, *Vamos passar a bola?*, em 29 de agosto, *Paraquedismo social*, em 31 de outubro e *Não havia lugar para eles na estrebaria*, em 25 de dezembro. Todos no *Jornal do Maranhão*, no ano de 1971 - Anexo A

²¹⁶ Gallo, 1996.

Gallo conta também que chegou ao Brasil pela Bahia e ficou um tempo em Salvador no bairro de Alagados, conhecido igualmente pelas suas palafitas, que durante a sua permanência estava sendo aterrado com lixo e o odor nauseabundo era insuportável. A experiência funcionou como uma ambientação à realidade que o esperava no bairro da Floresta, em São Luís, bem diversa da Suíça de onde chegava. Na capital maranhense, negou o quarto que lhe estava destinado na sede da paróquia, junto à Igreja dos Remédios e quis morar na favela, nessa primeira experiência no Maranhão de “inserção na periferia”, como lhe chamam os próprios religiosos.

Motivado pelo estado lastimável em que se encontravam as ruas começou a tal “campanha” no jornal, em que tirou fotos com “certa malícia, que transformaram os buracos em crateras” e com isso conseguiu despertar a atenção do prefeito e do secretário de obras, que então asfaltaram uma pracinha atrás da igreja²¹⁷. Relata também que posteriormente foi chegando a luz, melhorou o abastecimento de água e muitas ruas ganharam asfalto.

A capela do Santo Expedito servia de barbearia e tinha a “tabela de preços pintada ao lado do altar” mas fazia igualmente as vezes de recinto de futebol, tendo como gol o portão principal. O padre propôs um mutirão e em conjunto reformaram a igreja, instalando inclusive um relógio que se tornou atração na vizinhança. Também foi criada uma escola de dactilografia e dois centros comunitário, sendo um na Fé em Deus. Mais tarde, já no Marajó para onde fora transferido menos de 2 anos depois, recorda a “casinha de taipa” e os tempos difíceis por causa da giárdia.²¹⁸

Gallo contribuiu ainda para a criação do Boi da Floresta, um grupo de Bumba-meu-boi liderado por Apolônio Melônio, que foi fundado com dinheiro emprestado pelo padre.²¹⁹ Mestre Apolônio, como é conhecido, era também originário da baixada maranhense e foi agraciado com a Ordem de Mérito Cultural do governo brasileiro em 2011, como prova da relevância do seu trabalho em prol da cultura popular e do reconhecimento daquelas tradições locais a nível nacional.

²¹⁷ Gallo, 1996, p. 151.

O prefeito era justamente o já citado Haroldo Tavares, falecido em 2013, e o secretário, o entrevistado Adolfo von Randow.

²¹⁸ Gallo, 1980, p. 20-21.

²¹⁹ No documentário *São Luís nos 4 cantos: Brincando na Floresta* de Giselle Bossard (2015) o mestre conta que o Boi da Floresta foi fundado com dinheiro emprestado pelo “pároco João Gálio” (o padre Giovanni Gallo), que insistiu na criação do grupo de bumba-meu-boi. Apolônio Melônio faleceu em 2015, aos 96 anos. A municipalidade decretou 3 dias de luto oficial (*O Imparcial*, 3 de Junho de 2015).

Na citada autobiografia, o padre relata que experimentou das melhores noites de sono da sua vida, com sonhos coloridos e alucinantes que, percebeu mais tarde, eram provocados pelo fumo de maconha exalado da casa do vizinho. Mas, nesse tempo, o consumo de maconha seria ainda discreto e mormente um hábito próprio de pescadores locais. O estigma da violência e insegurança, associado ao tráfico de drogas ditas pesadas, começou a vincular-se aos bairros mais tarde, quando foram sendo ocupados por traficantes e a ausência de segurança pública se mostrou mais crítica face ao crescimento populacional.

Depois do padre Gallo chegou o padre Xavier, francês, e outros missionários do Canadá. No início dos anos 1980 também o padre José Bráulio Ayres exerceu sacerdócio na paróquia do Divino Espírito Santo, que abrange o bairro da Liberdade, Floresta e Fé em Deus.

Quando o padre Bráulio chegou, organizava-se ali o Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados, que surgiu na Liberdade vinculado à igreja católica e conseguiu que o IV Encontro Nacional se realizasse em São Luís, em 1984.²²⁰ Movimento que mais tarde se fortaleceu e expandiu, conduzindo a uma maior participação e visibilidade dos moradores em manifestações públicas e ocupações em conjuntos habitacionais e áreas desocupadas.

O padre Bráulio defendeu depois a sua *tesis de laurea* em Antropologia Teosófica sobre *Os santos, voduns ancestrais no universo cultural do Maranhão e suas incidências na pastoral*, no Instituto Teresiano, em Roma.

A propósito do sincretismo cultural e religioso, e quanto à convivência do catolicismo com as tradições de matriz africana, o padre refere que no estado do Maranhão se verifica o menor índice de evasão da igreja católica em todo Brasil, precisamente porque “são as casas de culto tradicionais, de religiosidade popular que seguram e sustentam a igreja católica. É impossível haver uma ordenação de um pai ou mãe de santo que não tiver feito todos os sacramentos católicos”. O padre afirma ainda a ligação entre os “catolicões do povo branco” e o “culto dos ancestrais tradicionais”, pois muitas mães de santo foram lavadeiras, cozinheiras, sobretudo babás, ou seja, “mães de criação” de muitos católicos influentes que não dispensam a proteção dos ancestrais africanos.²²¹

²²⁰ Maria José Serrão e Basílio Durans, entrevistados, 2016.

²²¹ Bráulio Ayres, entrevistado, 2016.

O padre Bráulio relata ainda que perante o vazio assistencial havia seminaristas com grupos de leigos que produziam cartilhas de conscientização e iam de casa em casa fazer um trabalho de formação em áreas como saúde preventiva e alimentação.

Um desses seminaristas era o padre Sérgio Braga, que ali chegou em 1982 no momento em que se executava no local um extenso aterro por dragagem. A situação era muito tensa, porque perante essa movimentação, iam chegando novos ocupantes de outras áreas da cidade “vinham garantir um espaço ali, alguns para depois vender” e construíam uma estrutura de madeira e palha, juntando-se às inúmeras famílias que já moravam na área, em palafitas. Um e outras eram desmanchadas pela polícia à medida que o aterro avançava, quando grande parte da chamada “maré” foi então aterrada com areia dragada do leito do rio Anil e projetada por um grande tubo. A observação da violência da força policial e de toda a situação motivou mesmo a aquisição de uma câmera fotográfica para registrar os acontecimentos. (Figuras 36 e 37) Como o padre Sérgio Braga relatou, a polícia demolia as habitações existentes cortando pela metade os paus das palafitas, o que tornava quase impossível reaproveitá-los. Segundo o religioso, além da polícia, foram ainda recrutados presidiários do penitenciária de Pedrinhas para fazer o trabalho de derrubada das casas. Mas, apesar disso e da promessa de casas novas, as pessoas não queriam sair e resistiam: “teve gente que re-ergueu a palafita pelo menos quatro vezes, apesar do perigo, porque havia locais que não estavam estáveis e a lama afundava [...] e aconteceram várias detenções”.²²²

Jesus Marmanillo Pereira que observou a *Criminalização dos movimentos sociais em São Luís pós 1964*, particularmente o contexto dos terrenos urbanos onde houve confrontos entre moradores e militares, analisou o ocorrido na área e citou as notícias que informavam que o padre Xavier, presidente da comissão Justiça e Paz, tinha sido agredido e preso e outros quatro padres levados para o Dops: “dez armações de casa foram derrubadas ontem por policiais armados de revolveres, no bairro da Floresta, desabrigando uma dezena de famílias”.²²³

A propósito desses confrontos durante o aterro, o padre Bráulio Ayres afirmou que “[...] não sendo modesto, a igreja foi quem segurou... não a igreja-hierarquia, mas o povo como comunidade católica”.

²²² Sérgio Braga, 2016 e Pereira, 2012, p. 294.

²²³ *Jornal Pequeno*, 25 de maio de 1982 *apud* Pereira, 2012, p. 293.

Estes relatos referem-se à implementação do programa Promorar, o primeiro programa governamental ali implementado com o objetivo de urbanizar a área.

Figura 38. 1982 - Programa Promorar. Presença policial com demolição de habitações.



Fonte: Arquivo Sérgio Braga

Figura 39. 1982 - Programa Promorar. Presença policial com demolição de habitações.



Fonte: Arquivo Sérgio Braga

4.10 O Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados e o Promorar

Dos programas reformistas, o Promorar representou a versão mais acabada da nova política habitacional que acompanhou o processo de abertura política do regime militar, instituído em 1979 pelo recém-empossado presidente Figueiredo. (...) Objetivava “erradicar subhabitações” a partir de intervenções visando a melhoria dos núcleos habitacionais de favelas, sem implicar, portanto, a remoção de moradores. [...] Se pautou por uma lógica tipicamente clientelista quanto aos

critérios de alocação de conjuntos. [...] Com efeito, foi no Nordeste que se concentrou a maior parte dos investimento do Promorar.²²⁴

No período de abertura política, houve a revalorização do voto como moeda de troca, moeda particularmente abundante entre os mais pobres e excluídos. Para entender a citada lógica clientelista há que situar o programa Promorar (Programa de Erradicação de sub-habitações) no cenário eleitoral e na campanha do coronel Mário Andreazza (que, aliás, deu nome à principal avenida ali construída no âmbito do programa). Andreazza, então ministro do Interior, pretendia candidatar-se às eleições presidenciais de 1985 e era por isso importante angariar e garantir simpatizantes. Por outro lado, em 1982 houve eleições municipais e estaduais que revelaram rejeição ao governo militar²²⁵. Apesar da candidatura de Andreazza não se ter concretizado, o programa é apontado por vários estudiosos como instrumento de manobra para essa campanha eleitoral.²²⁶

Esse cenário foi analisado no Rio de Janeiro por Alba Zaluar e Marcos Alvito que observaram nas eleições de 1982 e na vitória de Lionel Brizola uma “manifestação do ressentimento”, notando que o novo governador “devolveria uma agenda social especialmente voltada para as favelas”²²⁷. Na capital fluminense, o Promorar ficou conhecido como Projeto Rio e foi inicialmente levado a cabo no complexo da Maré, um conjunto de favelas estabelecido também em área de mangue. Segundo Mauro Amoroso, tal programa foi a principal iniciativa de âmbito federal implementada nas favelas cariocas, na sequência da retomada do movimento associativo em várias favelas.²²⁸ De fato, como reflexo da abertura do regime, observava-se por todo o Brasil uma retomada dos movimentos associativos, com particular dinamismo das associações de moradores. É o que se verifica nos bairros em análise onde se constituiu o Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados, no início dos anos 1980 e precisamente no contexto de implementação na área do programa Promorar.

²²⁴ Melo, 1989, p. 39-41.

²²⁵ A votação para o governo estadual aconteceu com eleição direta, mas eleições municipais foram restringidas, não tendo havido pleito nas capitais, onde o prefeito foi indicado pelo governador.

²²⁶ Por exemplo Maria da Conceição Gonçalves, 1989 e Marcus Melo, 1989.

²²⁷ “[...]do ponto de vista dos excluídos do Rio de Janeiro, as eleições de 1982 dão ensejo à tradução política do ressentimento. Era a primeira oportunidade, desde 1965 que teriam os excluídos de se manifestar diante do executivo. Nessa hora, ao se darem conta de que haveria uma alternativa desvinculada da ditadura [...] despejam nela seus votos” (Zaluar e Alvito, 2006).

²²⁸ Pandolfi & Grynspan, 2002, *apud* Amoroso, 2010, p. 140.

Uma demonstração de que o trauma do remocionismo fora bem compreendido pelas autoridades, é que ao voltar ao problema favela, através do Promorar, o Governo Federal optaria por um programa de urbanização.²²⁹

Ainda que em São Luís não houvesse grande histórico de remoções em massa anteriores à implementação do Promorar, (ou pelo menos não tão conhecidos ou documentados como no Rio de Janeiro), também se travava ali uma luta por urbanização e pela permanência no local.²³⁰ Segundo o primeiro Jornal do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão (MDFP/MA), impresso em agosto de 1989, o Movimento constituiu-se na capital em 1983, com o objetivo de apoiar as lutas dos favelados e palafitados por moradia:

São Luís tem sido construída principalmente pelo processo de ocupação, ao que a população é obrigada por ser expulsa do interior por falta de terra e condições de trabalho [...] não é mais possível ver os moradores das áreas de ocupação de São Luís padecendo do sofrimento diário de serem esquecidos pelo poder público sem que se esboce um grito de luta, que mostre existência de organizações dentro dessas regiões, e que obrigue os poderosos a olharem o que eles fingem não ver.²³¹

Como referido, o início do movimento local deu-se justamente nos bairros em análise, “mais especificamente nas áreas de implantação do Promorar como Camboa, Liberdade, Floresta, Brasília e São Francisco” tendo depois se estendido a outras áreas formadas pelo “processo de ocupação”.²³²

Basílio Durans e Maria José Serrão, habitantes locais e integrantes do movimento, contaram, em entrevista conjunta, que o projeto do PAC Rio Anil²³³ teve a sua semente nesse trabalho

²²⁹ Zalar e Alvito, 2006.

²³⁰ Aconteceram remoções em áreas rurais da capital, para a implantação do Consórcio Alumar e da estrada de ferro Carajás, da companhia Vale do Rio Doce, mas não com a pressão de interesses de negócios imobiliários, como se registrou no Rio e em São Paulo. Em São Luís, estão documentadas remoções em áreas urbanas e centrais nos primeiros anos do século XXI, na região da lagoa da Jansen, num processo de expulsão com pendor higienista, retirando moradores de palafitas para transformar a área em ponto de lazer e turismo.

²³¹ Jornal MDFP, 1989, p. 1 e 2.

O movimento surge a nível nacional em 1975, no estado São Paulo e organiza congressos anuais a partir de 1981, tendo o quarto congresso acontecido em São Luís do Maranhão, em 1984 - os dois primeiros aconteceram em São Paulo em 1981 e 1982, e o terceiro, em 1983, na favela de Calabar, em Salvador, Bahia (Jornal MDFP, 1989, p.1 e 2).

²³² Jornal MDFP, 1989, p. 2.

²³³ O PAC Rio Anil começou a ser implementado na área em 2008 e é tratado no capítulo Erradicação.

de resistência e luta e relataram o episódio em que, ainda nos anos 1980, o governador do estado foi ao bairro da Liberdade apresentar o primeiro projeto de uma nova avenida.²³⁴

O governador João Alberto, que é senador hoje, veio com a caravana dele e mostrou que iam fazer a avenida... mas nós não aceitamos, porque aqui já era lama de mais, alguma coisa que fizessem ia virar aqui uma bacia... porque já nesse período nós precisávamos da urbanização, sem a urbanização não adiantava.

Segundo os citados moradores, quando o governador chegou ao bairro para mostrar o projeto da avenida, todos os que estavam reunidos na União de Moradores da Liberdade se deslocaram para o ouvir: “ele subiu num monte de pedra, para ficar mais alto e falar” mas ninguém aceitou o projeto - “teve pessoas que caíram de ovo nele...”-, dizendo que queriam melhorias no bairro, não uma avenida, e anunciaram que no dia seguinte iriam protestar para a porta do Palácio.²³⁵ Apesar do governador ter dito que não iria recebê-los, “no dia seguinte a passeata foi lá para o palácio dizer não”:

Antigamente, a gente tinha tanta força... foram bem umas 5000 pessoas para a porta do Palácio e foi rápido conseguir que essa luta se espalhasse [...] Então dissemos que se tinha esse recurso, que fosse desviado e aplicado para fazer a vala da Macaúba, que era uma enchente danada e atrapalhava a vida de vários bairros aqui... e ainda a galeria que saía do Sítio do Meio até o rio Anil... esse era o nosso propósito. E a verdade é que com quinze dias estavam com as máquinas lá para fazer o serviço e esses trabalhos foram feitos! Isso foi uma grande vitória do Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados, mas hoje quase ninguém lembra...

Segundo a ficha técnica do projeto Promorar, divulgada no site do arquiteto Jorge Wilhelm, a quem foi encomendada a concepção da proposta de requalificação da área, a população abrangida pelo programa eram 100 mil habitantes.²³⁶ De acordo com os depoimentos dos já citados Maria José Serrão e Basílio Durans, havia previsão de construir 3400 habitações, mas de concreto ficaram apenas “cerca de 65 casas construídas e outros quinze lotes urbanizados - com o banheiro e o terreno”.²³⁷

²³⁴ Os entrevistados situaram o episódio “nos anos 1984, 1985”; segundo dados do Senado Federal, João Alberto de Souza foi vice-governador do Maranhão na chapa de Eptácio Cafeteira, eleita em 1986 (Senado Federal, 2016).

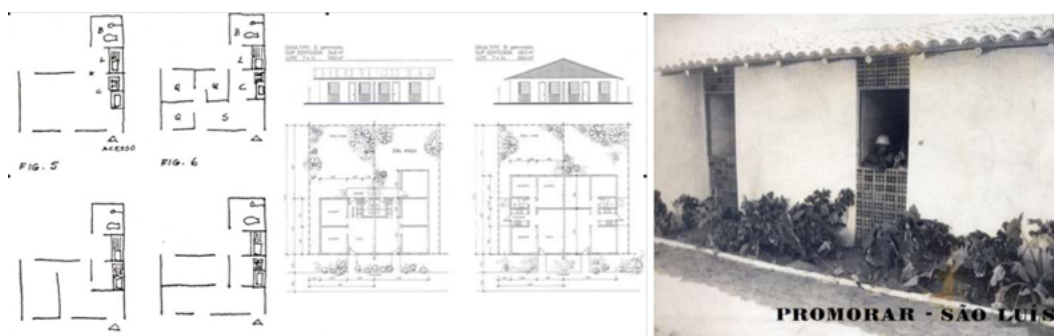
²³⁵ O Palácio dos Leões é a sede do governo estadual e fica na Avenida Pedro II, a acrópole referida nas *Origens* e também a propósito do local onde se filmou o discurso de posse de José Sarney. O bairro da Liberdade dista cerca de 3Km do Palácio dos Leões.

²³⁶ Wilhelm, 2016.

²³⁷ Maria José Serrão e Basílio Durans, 2016.

No site do citado arquiteto foi ainda divulgado que o objetivo do projeto era conceber um protótipo de moradia de baixo custo adequada às condições sócio-ambientais do local tendo sido para tal criada uma taipa melhorada, considerando certas exigências de ordem técnica, como “piso de cimento (dando maiores condições de higiene), reboco (salubridade e resistência as intempéries), telha de barro capa-canal.”²³⁸ (Figura 40 e 41)

Figura 40 e 41. Desenhos do projeto e fotografia das habitações. Arquiteto Jorge Wilhelm



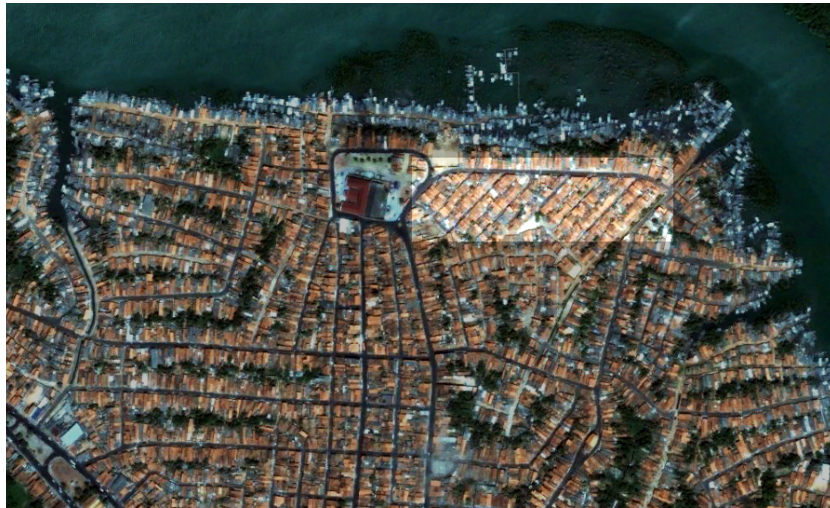
Fonte: Wilhelm, 2016

As marcas mais visíveis do programa são percebidas numa observação do território em planta, onde se identifica a definição do desenho de algumas ruas (Figura 42). Foi prevista uma avenida principal, mais larga, que teria a intenção de ser marginal ao rio, como limite da área aterrada, mas perdeu com o tempo essa característica e o bairro continuou a crescer para além dela. As ruas que dela saem, bem ordenadas, ficaram com nomes de letras, de A a G.

Apesar das materializações do Promorar (definição de ruas, construção de dezenas de habitações e de lotes urbanizados, e execução de amplo aterro) a ideia que subsistiu do programa na memória de quem participou do processo, está marcada pela resistência à violência. Talvez isso explique, em parte, por que todos os moradores insistem em afirmar que *tudo isso era maré e fomos nós que entulhamos [...] entulhamos sem apoio de nenhum governo.*

²³⁸ Wilhelm, 2016.

Figura 42. Imagem de satélite, 2004.



Fonte: Google Earth.

Na sequência do programa, fixaram-se na área novos moradores vindos de outros bairros pobres da cidade, muitos também originários do interior do estado, mas que já haviam chegado a São Luís nos anos anteriores. Uns com o objetivo de ocupar e então vender, como referiu o padre Sérgio Braga, outros para ocupar e realmente ficar. O religioso citou ainda que nesse período se verificou concretamente a chegada de pessoas do região central do estado, de localidades por onde passava a ferrovia que então se construía, a estrada de ferro São Luís-Carajás (da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale) e também da região da Estiva, na área rural do município de São Luís, onde se implantava à época a Alumar: “expulsão é o termo mais adequado... muitos foram expulsos de suas terras, do centro e do interior do Maranhão justamente para implantação da ferrovia [...] mas muitos vinham também da própria ilha, para que ali fossem colocadas as lagoas dos dejetos de bauxita da Alumar.”

Algo que as entrevistas permitiram deslindar é que antes de se fixarem no território, vários habitantes mudaram inúmeras vezes de bairro em São Luís, mesmo que ali tenha sido o primeiro local de chegada quando vieram do interior. Tal dado é mais significativo do que apenas registrar o lugar de nascimento e referir que se trata de migrantes rurais. De fato, foi-se construindo um certo mito de origem do povoamento do território associado à chegada de barco, diretamente do interior. Confirmou-se que tal aconteceu, mas que a mobilidade espacial é uma realidade, aliás, comumente partilhada entre os contextos onde não há

segurança quanto à posse de terra. De todo modo, ainda que alguns entrevistados tenham vivido mais tempo na capital do que na sua cidade de origem, a região de procedência é sempre citada como referência e lugar para onde gostam de viajar, como por exemplo, em época de festas.

4.11 Ações políticas no Maranhão e migrações internas para São Luís

Como se viu, nas décadas de 1960 e 70 verificou-se uma forte imigração para São Luís proveniente do interior do estado. As pessoas recém chegadas encontraram na região um lugar para se instalarem, longe do controle das instituições. Na região e em outras áreas da cidade, sobretudo nos mangues disponíveis.

Se a industrialização do final do século XIX, quando se instalaram as várias fábricas têxteis, em São Luís foi uma industrialização sem urbanização, ainda que se verificasse relativa expansão urbana, a lógica inverteu-se nos anos 1960 e 70. De fato, foi quando todas as indústrias têxteis tinham as suas atividades encerradas que se verificou uma intensa urbanização, com aumento demográfico e com expansão urbana, a chamada urbanização sem industrialização.

O fenômeno da urbanização da população verificou-se em todo o Brasil, com os novos habitantes das cidades provenientes do meio rural pobre.

Paul Singer, que analisou a *Economia Política das Migrações*, desprezava o argumento da “dependência”, cuja teoria, era, à época, o principal tema para explicar essa urbanização.²³⁹ Para Singer, a fuga do campo acontece como resultado da combinação de dois elementos: fatores de estagnação das forças produtivas e fatores de mudança das relações de produção. Os primeiros ligam-se ao aumento do número de habitantes, que morrem menos devido a melhorias sanitárias, mas para os quais não existe terra disponível, ou porque não é cultivável ou porque está concentrada em poucos proprietários. Como é difícil impulsionar a produtividade nestes contextos econômicos de subsistência, em que não há recursos

²³⁹ Singer, 2002, p. 72-73.

Como a acelerada urbanização não era apoiada na expansão da indústria e do emprego, a principal tendência foi associá-la ao chamado desenvolvimento dependente, numa interpretação centrada sobretudo no trabalho informal: concluía-se que as desigualdades eram um produto dos grandes desequilíbrios do sistema capitalista, muito marcantes na América Latina. Sobre a Teoria da Dependência ver Marini (2000) e Castells (1984).

industriais nem técnicas avançadas, o resultado é um empobrecimento generalizado que conduz ao deslocamento para as cidades.

Os segundos, resultam da expansão da rede de transportes, principalmente rodovias, que passa a conectar áreas de subsistência à economia de mercado, forçando a sua integração no sistema e restringindo a agricultura de consumo local e a pequena produção. Como resultado, parte da força de trabalho é dispensada e forçada a emigrar.

Paul Singer entendeu as migrações “como processo social” e observou especificamente as suas causas e motivos lembrando a importância de submeter os procedimentos a uma crítica mais radical, pois muitas vezes as análises são centradas no indivíduo ou, quando muito, na família²⁴⁰. O mesmo autor também advertiu, que quando se trata de procurar conhecer as motivações dos migrantes - e particularmente quando se trata de migrações internas, as respostas acabam por fixar-se em duas categorias: motivação econômica e acompanhamento da família.²⁴¹ De fato, o argumento da “melhoria de vida” foi o motivo mais apontado pelos entrevistados para rumar à cidade, seguido do propósito de reunião familiar.

O Maranhão, no entanto, não representou exatamente a dinâmica urbana verificada no Brasil de forma generalizada, quando na década de 1970 a maioria da população passou a viver em cidades, com da 56% população urbana (face a 394.508.583 população total)²⁴². Tal não aconteceu com o estado maranhense, onde na mesma década se identificaram apenas 18% de habitantes nessas condições (população total Maranhão 3.037.135)²⁴³, mas importa destacar que essa menor porcentagem revela as características de um contexto em que a forte concentração urbana que vem a reboque da rápida urbanização se vai materializar de forma mais drástica. De fato, São Luís assume uma macrocefalia extrema, com a capital praticamente isolada do restante do estado.

Desenvolver esta discussão está fora dos objetivos da análise proposta neste trabalho, mas refira-se que também em São Luís o forte aumento populacional se deveu mais a princípios de expulsão do campo do que propriamente a razões de atração exercida pela cidade.

²⁴⁰ Singer, 2012, p. 52-54.

²⁴¹ Singer, 2002, p. 52.

²⁴² IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁴³ Ainda atualmente é o estado mais rural do país, com 63% da população vivendo em cidades, quando a média nacional ronda os 84% IBGE 2010.

Ainda que entre 1942 e 1979 se tenham implementado “projetos de colonização” e, entre 1972 e 1995 “projetos de ordenação territorial” que reorganizaram profundamente o espaço maranhense,²⁴⁴ fato é que até aos anos 1990 continuaram a registrar-se migrações para a capital (nas décadas de 80 e 90, sobretudo para São José de Ribamar e Paço de Lumiar, dois dos quatro municípios que integram a ilha do Maranhão).

Também pelos depoimentos dos moradores se depreende que a fuga do meio rural se deu apesar de tais políticas de reorganização territorial ou, na verdade, terá acontecido justamente motivada por tais políticas, tal como observou Singer.

A Lei de Terras, preparada pelo governo de José Sarney, que ficou conhecida como Lei Sarney e foi implantada em 1969, é apontada como responsável por motivar muitos conflitos fundiários, com a regulamentação do latifúndio e a consequente expulsão de moradores do meio rural²⁴⁵. Luís Antônio Pedrosa, que explorou *A questão agrária no Maranhão*, identifica em tal instrumental jurídico para transferência de terras, o que classifica de “equivocos de uma visão de desenvolvimento”:

Foi para “ordenar” a ocupação das novas regiões que o governo resolveu criar projetos de colonização que objetivavam assentar grandes quantidades de famílias camponesas na região centrooeste do estado, [...] bem como os projetos de Colonização de Barra do Corda e a Colone – Companhia de Colonização do Nordeste. Estimava-se que, no período, o Maranhão detivesse cerca de 90.000 km² de terras devolutas somente na região Pré-Amazônica e 100.000 Km² de terras sem ocupação. Tais terras deveriam ser utilizadas como “válvulas de escape” para os conflitos das regiões de colonização antiga. Também deveriam funcionar como um pólo de atração de grupos empresariais com a missão de promover a modernização no campo maranhense.²⁴⁶

Tamires Santos, Polliana Borba e Horácio Santana Junior apontam as semelhanças da chamada Lei Sarney com a Lei de Terras de 1850 (federal) na medida em que garantiu a posse de terra aos grandes latifundiários e contribuiu para a modernização da agricultura, considerando-a, ainda, uma “formalização da grilagem”, responsável pela intensificação dos conflitos entre os grileiros e posseiros: “tratou de por a venda qualquer pedaço de chão que

²⁴⁴ Cf. Antônio José Ferreira, 2008.

Em 1970 existiam 90 cidades no Maranhão, em 2000 contavam-se 217 (Ferreira, 2008, p. 23).

²⁴⁵ Lei estadual nº 2.979, data de 17 de junho de 1969.

²⁴⁶ Pedrosa, s.d., p. 17-18.

Pedrosa afirma ainda que a “história do campesinato maranhense, tem sido a história de uma luta intuitiva de resistência contra os empreendimentos “pombalinos”, de saque e de destruição das identidades e dos recursos naturais” (Pedrosa, s.d., p. 41).

não [pudesse] participar do sonho de modernização [...] assegurando a posse de terra à elite dominante.²⁴⁷ É dentro deste cenário que Zulene Barbosa em *As temporalidades da política no Maranhão* observa que o latifúndio “base social sobre a qual se firmam as oligarquias locais, impera em meio a uma estrutura essencialmente agrícola”.²⁴⁸

O Projeto Carajás, a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale), o Consórcio de Alumínios do Maranhão (Alumar) que a partir da década de 70 se instalaram no estado, terão concorrido para aumentar o poder de atração da capital, mas a sua implantação motivou igualmente a expulsão de habitantes, rumo à área urbana de São Luís.

Também o Centro de Lançamento de Alcântara, CLA, que se iniciou em 1980 e já ocupou 8 700 hectares, havia desalojado, até 2006, 32 comunidades, de onde saíram muitos moradores que rumaram à capital²⁴⁹. Alcântara é uma cidade com cerca de 21 mil habitantes, que integra a área metropolitana de São Luís e fica a cerca de 1 hora de barco da capital, mas exhibe características socio-econômicas de contextos rurais.²⁵⁰ O laudo antropológico sobre *Os quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara*, testemunhou as pressões decorrentes da sua instalação e os relatos das migrações para São Luís até à primeira década do século XXI, especificamente para o bairro da Liberdade, designado metonimicamente pelos moradores dos povoados como sendo “a cidade”²⁵¹.

A implantação autoritária do Centro de Lançamento de Alcântara desconsiderou, portanto, a existência de populações rurais locais e tradicionais e suas peculiaridades. As relegou à extinção ou à sobrevivência nas palafitas da periferia de São Luís.²⁵²

Assim, até ao ano 2000, continuou a verificar-se no território a fixação de novos habitantes chegados do interior, neste caso, em grupos especificamente de Alcântara.

²⁴⁷ Santos, Borba e Santana Júnior, 2012, p. 2, 3, 8 e 11.

²⁴⁸ Barbosa, 2003, p. 8.

²⁴⁹ O CLA é um centro de Lançamento de foguetes da Força Aérea Brasileira que foi criado pelo Decreto Federal Nº 88 136 de 1 de março de 1983 e implantado com caráter tecnológico e militar, como grande projeto desenvolvimentista. O Alcântara Cyclone Space, como é denominado hoje, é atualmente um projeto binacional (Brasil e Ucrânia).

²⁵⁰ IBGE, 2010.

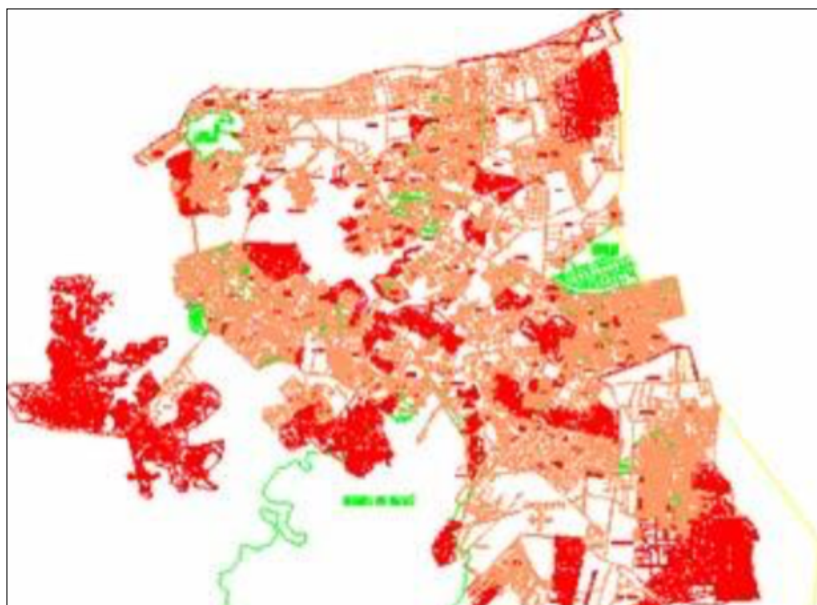
²⁵¹ Almeida, 2006, p.7 e 156.

“Os deslocamentos forçados ocorreram para a implantação das fases I (1986) e II (1987 e 1998). [...] Para a construção da fase I, 520 pessoas foram transferidas para cinco agrovilas, enquanto a implantação da fase II ensejou o deslocamento forçado de 830 habitantes para duas agrovilas” (Saule Junior, 2003, p. 2).

²⁵² Saule Junior, 2003, p. 17.

E em 2001, segundo um mapa da prefeitura, metade da população da cidade de São Luís como um todo, vive em áreas irregulares, ou seja “sem a propriedade jurídica da terra, em locais que representam risco para suas vidas ou classificados como reservas naturais”.²⁵³ (Figura 43)

Figura 43. “Mapa do município de São Luís, com área das moradias subnormais em vermelho, representando 50 % da população da cidade.”



Fonte: PMSL, 2001 *apud* Burnett e Venâncio, 2008, p. 2

²⁵³ Burnett e Venâncio, 2008, p. 2.

5. Erradicação

Em 2007 Jackson Lago, que havia sido prefeito de São Luís por 3 mandatos não consecutivos, mantendo um forte vínculo político com estes bairros à margem do Anil, é eleito governador do Maranhão, quando finalmente se inicia um projeto governamental de urbanização para a área.²⁵⁴

O projeto, que deveria ser de competência municipal dado o âmbito de ordenamento de solo e intervenção para atendimento de serviços urbanos de assistência primária à comunidade, foi gerido pelo governo estadual. Desde o seu lançamento, passou por inúmeras modificações e seis secretários de estado - o mandato de Lago foi, aliás, cassado passados pouco mais de dois anos, devido a alegadas irregularidades na campanha eleitoral.²⁵⁵

Foi um projeto inédito na cidade de São Luís, que conta com 39 aglomerados subnormais, estando um na lista dos mais populosos do país.²⁵⁶ Apesar desse convívio histórico com extensas áreas irregulares, não há tradição nem acúmulo de estudos sobre tal realidade.

5.1 Antecedentes e preparação do projeto de urbanização

O território é reconhecido por forte tradição de luta, sendo um exemplo o referido Movimento em Defesa dos Favelados e Palafitados que marcou presença nos anos 1980. Posteriormente, também um movimento de moradores do bairro Fé em Deus solicitou intervenção do poder público para erradicar cerca de 350 palafitas, construir novas moradias e urbanizar a área. Vale lembrar que lideranças comunitárias desse bairro haviam conseguido

²⁵⁴ A eleição de Jackson Lago, filiado no Partido Democrático Trabalhista e fortemente apoiado por movimentos populares, rompeu uma tradição de 40 anos em que o grupo aliado à família Sarney governou o estado do Maranhão. Jackson, enquanto prefeito, apoiou várias obras pontuais de melhorias urbanas nos bairros, das quais não ficaram registros oficiais.

²⁵⁵ Governadores Jackson Lago (2007-2009), Roseana Sarney (2009-2014) e atualmente Flávio Dino (desde 2015); Secretários de Estado Telma Pinheiro, 2007-2009, Filadelfo Mendes, 2009-2010, Pedro Fernandes, 2011-2013, Hildo Rocha, 2013-2014, Antônio Silvano Neto, 2014 e Flávia Alexandrina Moreira (desde 2014).

²⁵⁶ O Bairro do Coroadinho, com 53.945 habitantes, é o quarto aglomerado subnormal do Brasil em população, atrás da Rocinha (RJ), Sol Nascente (DF) e Rio das Pedras (RJ), mas em termos relativos é o primeiro do país, contabilizando 5,32% da população total de São Luís, contra 2,20% do Sol Nascente, DF, 1,10% da Rocinha, RJ, e 0,87% do Rio das Pedras, RJ. (IBGE, 2010).

a assinatura de carta compromisso a Jackson Lago, quando este foi candidato a prefeito nas eleições de 1996, mas segundo Joberval Bertoldo, apesar da vitória de Lago, nada se concretizou durante os quatro anos de mandato e o projeto esmoreceu.

Em 2007, as mesmas lideranças vão a Brasília, na sequência de uma reunião com o governador do Maranhão, que era à época José Reinaldo Tavares, e conseguem apoio da Secretária de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, com aprovação de verba no ano seguinte, incluída no Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades. Nesse momento, foi a identidade negra e o discurso de reconhecimento do território como um quilombo urbano que ganhou força e embasou a ideia. No entanto, a proposta não avançou por falta de apresentação do projeto e só com a eleição de Jackson Lago para governador do Maranhão, em 2007, a proposta se concretiza, estendendo-se aos 4 bairros: Camboa, Liberdade, Fé em Deus e Alemanha. No ano seguinte é aprovada a concessão de verba para o Projeto de Urbanização, inserido no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

5.2 O Programa de Aceleração do Crescimento e o PAC do Rio Anil

Nos últimos 30 anos, um processo de reformas constitucionais e legais ancoradas no conceito de “democracia participativa” e numa crítica à desigualdade espacial e exclusão urbana culminou na concretização de políticas urbanas e programas habitacionais sem precedentes na história do Brasil.

Com a chegada ao poder de uma coalizão de partidos de esquerda, encabeçada pelo carismático Lula da Silva, que assume a presidência em 2003, a questão urbana ocupa a agenda governamental. Defende-se a função do Estado no planejamento e na gestão das cidades e anuncia-se o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC.

Criado em 2007 e organizado com três “eixos estratégicos”: infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana, o PAC destinou volumosos recursos deste último eixo à Urbanização de Assentamentos Precários, incluindo programas de habitação de interesse social que visaram o fomento à obtenção de casa própria pelas

camadas mais pobres da população.²⁵⁷ Tendo prevista a vigência inerente ao mandato governamental, o PAC acabou por ser sucedido pelo PAC 2, que seguiu os mesmos objetivos, incorporando, no entanto, mais ações de infraestrutura social e urbana e reforçando diretamente as ações destinadas aos problemas das chamadas grandes aglomerações urbanas. Nas duas fases do programa foram investidos em Política Habitacional nada menos que R\$ 41,5 bilhões em urbanização de favelas e R\$ 258 bilhões em subsídios e financiamento para aquisição de casa própria para os mais pobres.²⁵⁸

Em 2008 é iniciado nos bairros de palafitas do rio Anil o Projeto PAC Rio Anil, visando, em 3 anos e com um orçamento de R\$371 milhões, a urbanização dessa área de cerca de 175ha.

Tratou-se de um projeto inédito na cidade e naturalmente no próprio estado do Maranhão, que apresenta um dos mais tristes indicadores socio-econômicos do Brasil.²⁵⁹

O projeto contemplou as comunidades da Camboa, Liberdade, Fé em Deus e Alemanha, nomes decorrentes da delimitação do território em 4 bairros oficiais, justificada pela separação natural da área através dos canais que ali subsistiram após os sucessivos aterros. (Figura 44).

O projeto inicialmente anunciado previa remoção de palafitas e construção de moradias para 14500 famílias, regularização fundiária e implantação de equipamentos urbanos, além de uma avenida com 25 Km de extensão, como barreira a novas ocupações na margem inundável do rio.

Foi terminado parcialmente no final de 2014 com a inauguração da avenida, - reduzida para cerca de 4 Km e inaugurada sem ciclovia e sem os calçadões previstos. Contudo, a conclusão total do projeto está ainda hoje comprometida com pendências. As citadas metas foram sofrendo várias readequações decorrentes do tempo e das verbas disponíveis e, sobretudo, de

²⁵⁷ O PAC foi instituído pelo governo federal com a Lei nº11578, de 26 de novembro de 2007. As intervenções do PAC são geridas pelo Ministério das Cidades e operacionalizadas pela Caixa Econômica Federal.

²⁵⁸ Caldas e Vale, 2014, p. 8.

²⁵⁹ O Maranhão apresentou no último censo, em 2010, o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país, 0,639, à frente do Alagoas 0,631 (IPEA, 2014). Quanto mais próximo de 1 for o IDHM, maior o desenvolvimento humano na respectiva região. O IDHM é composto pelas dimensões Renda, Educação e Longevidade, através da média geométrica desses sub-índices (a média geométrica resulta da raiz cúbica da multiplicação deles e é por isso mais precisa que a média aritmética que pode mascarar assimetrias). O Maranhão tinha, em 2014, o menor rendimento per capita mensal por domicílio do Brasil (R\$461) bem atrás do seguinte, o Alagoas (R\$604) e inferior a metade da média nacional (R\$ 1.052). IBGE/PNAD, 2014.

uma avaliação mais realista e concreta do território, tanto geológica como social. Com isso, pouparam-se, por exemplo, centenas de remoções de casas de alvenaria em terra firme e instituíram-se mecanismos de aluguel social transitório que não haviam sido previstos (para alojar as famílias enquanto a nova moradia não ficava concluída).

Conforme a última aprovação do projeto pelo Ministério das Cidades em 2010, as metas se fixaram na realização de 6000 melhorias habitacionais, construção de 2720 apartamentos para realojar famílias a serem removidas exclusivamente de palafitas, regularização fundiária e trabalho técnico-social, além da referida avenida beira-rio. Um aspecto aperfeiçoado nessa última readequação foi a integração dessa via com o interior dos bairros, através de conexões com a malha existente, uma vez que a mesma fora projetada como um anel externo elevado, que acabaria por agravar o isolamento da comunidade.

Figura 44. Área de intervenção do Projeto PAC Rio Anil



Fonte: Secid-MA, 2012

Até final de 2015, foram entregues 832 apartamentos, que representam menos de 1/3 do aprovado, implantados em 3 conjuntos habitacionais, cuja urbanização das áreas externas permanece por concluir; pendente está também a construção dos equipamentos urbanos e de todo um plano de urbanização contratado durante o projeto.

De fato, a urbanização dos bairros propriamente dita nunca ocupou um lugar relevante no projeto. Apesar de viver muito mais gente em casas de alvenaria, em terra firme, do que nas palafitas, a retirada da massa de palafitas da lama, era uma vista de grande impacto para quem circulava na ponte Bandeira Tribuzzi e foi se tornando uma das principais metas do programa.

Para a concepção das novas moradias para transferir os moradores, não houve estudos aprofundados sobre os modos de vida da população local.

5.3 A avenida beira-rio

No decorrer do projeto duas das metas foram ganhando protagonismo: a erradicação de palafitas, como já referido, e a construção da avenida beira-rio. A avenida, inicialmente justificada como forma de inibir novas ocupações na margem do rio, acabou centralizando as atenções, enquanto os argumentos de “inclusão social” e da identidade negra com forte vínculo territorial foram sendo substituídos pelo discurso da “mobilidade”. A avenida foi rebatizada nas comemorações dos 400 anos da fundação de São Luís, em 2012, para Avenida IV Centenário (em substituição de Avenida Rio Anil), tendo então sido veiculada como um “presente do governo do estado à cidade” e um “corredor para desafogar o trânsito”, evidenciando certa perda do carácter local do programa.²⁶⁰

A avenida foi inaugurada parcialmente no final de 2014. Depois de uma primeira tentativa fracassada²⁶¹, a obra, de fato, conseguiu interromper o fluxo das marés no antigo mangue e o acesso direto de seus moradores ao rio - embora não tenha conseguido impedir que um pequeno núcleo de novas palafitas esteja timidamente a surgir do lado de lá da avenida.

²⁶⁰ Notícia “A ilha quer mobilidade” na Revista Construir NE, 2012 e “Governadora Roseana vistoria obras da Via Expressa e avenida IV Centenário”, publicada no Portal da Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Maranhão, no dia 22 de outubro de 2014.

²⁶¹ A primeira solução adotada para a contenção do aterro foi um sistema de paliçadas de madeira, que eram desfeitas constantemente pelas marés, revelando a falta de conhecimento básico sobre a realidade local. Posteriormente, foi adotado o sistema de contenção com molhe de pedra e aterro em terra armada.

(Figura 45), como, de resto, já aconteceu em São Luís com a avenida Ferreira Gullar, na margem oposta do rio.

Figura 46. Imagem de satélite, com a avenida beira-rio construída e novo núcleo de palafitas no mangue.



Fonte: Google Earth, 2016

A lógica de uma avenida marginal ao rio contraria a própria dinâmica de expansão do território que, como se viu, foi avançando perpendicularmente ao leito do rio, à medida em que se ocupavam e esgotavam as áreas de mangue.

Acima de tudo, o fato da avenida ser elevada cerca de 2m em relação ao nível dos bairros fê-la constituir-se como uma barreira a muitas ruas existentes, que abriam em direção ao leito do rio e ficaram assim sem saída. (Figura 47)

Figura 47. Avenida bloqueia as ruas existentes.



Fonte: Secid-MA, 2012

Por outro lado, como os trabalhos de construção da avenida assumiram um grande protagonismo dentro do programa, acabaram por subordinar todas as outras metas ao abertura de frente de obra, cujo avanço dependia da remoção de palafitas existentes no seu alinhamento. Assim, questões sociais, já de si fragilizadas, sucumbiram face à lógica apressada de retirar famílias do eixo linear da avenida, cortando e desagregando inúmeras comunidades e vizinhanças, que, como se viu na *Consolidação*, se formam “em linha” - mas em linha perpendicular ao alinhamento da avenida. Tal como já mostrado, essas questões de forma estão vinculadas à produção de núcleos de vizinhança relativamente autônomos, que promoveram e cristalizaram as fortes rivalidades existentes no local. Essas rivalidades são uma especificidade do território, derivada desse processo de crescimento e formação.

5.4 “Palafitas serão apartamentos”

Figura 48 “Palafitas serão apartamentos”



Fonte: Secid-MA, 2009

Assim, para o primeiro conjunto habitacional construído na área, o Residencial da Camboa, foram transferidos moradores de várias comunidades de palafitas diferentes, nessa varredura do território perpendicularmente ao seu eixo de crescimento.

Essa “mistura” foi um dos principais problemas apontados pelos moradores do Residencial como motivo de insatisfação e rejeição aos apartamentos, como sente a senhora Aliete Martins:

O problema é a convivência. A moradia é boa, até que é muito boa. Só a convivência que não dá certo... Fizeram aqui uma misturada doida e não se sabe quem é quem.²⁶²

Aliete Martins mora no térreo e assim conseguiu montar uma pequena venda, que funciona com a janela aberta. Uma das debilidades do programa é desconsiderar a possibilidade da habitação incorporar uma outra função: comércios ou serviços não foram previstos nem são autorizados - apesar de existirem em praticamente todos os blocos de apartamentos, sobretudo no térreo. Tal como acontecia em muitas palafitas, onde se verificava

o papel estratégico daquela unidade habitacional precária, mas altamente funcional para a sobrevivência de seus ocupantes. Sem custos com água, energia elétrica e fora de qualquer controle de uso e ocupação do solo, as palafitas são locais de comércio variado, oficinas das mais diversas, depósito de ferro velho, galpão de pescadores, criadouro de porcos, alojamento de animais de tração e até boca de fumo.²⁶³

Figura 45. Estaleiro improvisado junto aos prédios do conjunto residencial da Camboa.



Fonte: Secid-MA, 2014

Vários moradores apontaram as desvantagens dos apartamentos em relação às palafitas quanto à autonomia que estas tinham quanto à independência e possibilidade de usos:

Como é que vai assar um peixe ou ouvir um som no apartamento?²⁶⁴

Na palafita eu tinha quintal. Era maré mas eu entulhei, mandei entulhar e era cercado, tudo cercadinho. Lá até porco eu criei. Criava e depois que ficava grande eu

²⁶² Aliete Martins, 2016

²⁶³ Burnett e Silva, 2009

²⁶⁴ Antônio Lopes, 2016

vendia. Aqui [no apartamento] é uma briga para a pessoa criar um bicho, aqui até um gato é uma briga! [...]²⁶⁵

Maysa Oliveira entrevistou os moradores dos apartamentos do conjunto habitacional da Camboa, passados seis anos da sua transferência e verificou muitos casos de locação e venda dos imóveis.²⁶⁶

No final dos anos 1970 já Lícia do Prado Valladares relatou como os beneficiários se desfazem das casas adquiridas em projetos de urbanização, em *Passa-se uma casa*, estudo realizado no Rio de Janeiro e mais especificamente no âmbito de projetos de remoção.²⁶⁷

No caso do PAC Rio Anil, vazio deixado pelas fábricas no território permitiu que 3 conjuntos habitacionais fossem construídos na área, mas os moradores que aguardam por apartamento serão transferidos para bem longe dali.

Sanches e Moretti observaram os problemas e conflitos associados à gestão condominial de conjuntos habitacionais construídos em prédios²⁶⁸

Figura 48. Conjunto Habitacional da Camboa, o primeiro a ser construído na área, no vazio deixado pela Fábrica de Fiação.



Fonte: Secid-MA, 2011

A sub-habitação não é um problema em si porque mesmo que se resolva de um ponto de vista técnico, - por exemplo, mesmo que a palafita seja substituída por uma apartamento - o problema estrutural, que é a desigualdade social, persiste. Desigualdade que, nestes casos é

²⁶⁵ Aliete Martins, entrevistada, 2016

²⁶⁶ Oliveira, 2015.

²⁶⁷ Valladares, 1978.

²⁶⁸ Sanches e Moretti, 2013.

aprofundada pela exclusão urbana, ou seja, pela falta de saneamento e de serviços públicos básicos. E transformar o território a partir do acesso a esses serviços não foi a prioridade do programa, que se centrou nas casas.

São, no entanto inegáveis as vantagens da abolição das precárias pontes de madeira, um dos principais problemas verificados nas favelas de palafitas e motivo frequente de quedas com sérios riscos à integridade física, incluindo relatos de mortes.

Em São Luís, pelo menos desde o Código Municipal de Posturas de 1866 que é proibido construir sobre estacas e aterrar mangue.²⁶⁹

Mas não são necessariamente questões materiais que motivam a preservação ou a erradicação, porque técnicas construtivas semelhantes podem servir de pretextos para ações tão distintas como as que estão em curso nas palafitas do rio Anil e, por exemplo, nas palafitas do rio Tejo, em Portugal onde se prepara uma candidatura das aldeias palafíticas para classificação como patrimônio cultural. Ainda na Europa e em resposta a uma candidatura apresentada pela Suíça, que incluiu 6 países (Áustria, França, Alemanha, Itália, Eslovênia e Suíça) as palafitas do chamado arco alpino, distribuídas em 111 sítios arqueológicos, foram classificadas como patrimônio cultural da humanidade em 2011.²⁷⁰

Também no próprio Maranhão, não muito longe de São Luís, se desenvolvem estudos profundos sobre as ruínas palafíticas da região dos lagos, identificadas já no passado como “a civilização lacustre do Brasil”²⁷¹ e herança de culturas indígenas anteriores à chegada dos europeus. Enquanto se produzem maquetes de reconstituição dessas culturas desaparecidas, na favela do Anil, o aniquilamento parece ser a única resposta defendida pelas políticas públicas.

O processo de substituição das palafitas do rio Anil por prédios de apartamentos está muito mais relacionado a motivações simbólicas dos moradores e a ações diretas do Estado (simbólicas e físicas), do que a técnicas e materiais construtivos.

²⁶⁹ artigo 34: “Ninguém poderá fazer estacadas, obras ou aterros no mar ou em outro qualquer terreno da marinha, sem ter título de aforamento e licença da câmara, [...]”

²⁷⁰ Os primeiros vestígios das palafitas alpinas foram descobertos no Lago Zurique, no início da segunda metade do século XIX. Na altura, a Confederação Helvética, hoje conhecida como Suíça, serviu-se dessa referência para construir a narrativa de origem nacional, representando nas comunidades ancestrais de lacustres alpinos a ascendência de um território que assim se unificava culturalmente pelo passado pré-histórico comum. Unesco, 2016

²⁷¹ Lopes, 1934.

5.5 O maior quilombo urbano da América Latina

Uma das pretensões de parte da população local é a reivindicação do reconhecimento do território como sendo um quilombo urbano, “o maior quilombo urbano da América Latina”. Sobre tal assunto há matéria para toda uma dissertação e, aliás, o próprio capítulo *Origens* desta, poderia ter sido escrito situando a gênese da favela no fim do trabalho escravo e identificando os “fundadores” não na condição de operários mas de eventuais ex-escravos.

No exato ano em que se comemorava o lançamento da pedra fundamental da Fábrica da Camboa (1888), foi retirado o pelourinho do Largo do Carmo de São Luís, símbolo do antigo sistema escravagista, como anúncio do seu fim.²⁷²

De fato, não só no processo de industrialização, mas também na maneira como se deu o fim da escravidão no país, se podem identificar as origens das favelas.

No clássico *Sobrados e Mucambos* (1936), Gilberto Freyre aponta a transmutação do escravo rural em proletário urbano, que, saído da senzala, passa a habitar os casebres pobres na cidade. Ermínia Maricato (2006) também finca as raízes da favela na forma como a escravidão foi abolida, enquanto Andreilino Campos (1998) identifica, para o Rio de Janeiro, um fio condutor contínuo entre o espaço do quilombo e a favela urbana.

No caso de São Luís do Maranhão há ainda especificidades interessantes, pois a Balaiada (uma revolta nas fazendas do interior entre 1838-1849), provocou uma debandada geral para a capital que gerou um significativo aumento de habitantes nos cortiços e baixos dos sobrados da cidade, maioritariamente negros, num cenário anterior à fixação das indústrias textéis.²⁷³

(...)

Como já citado, é reconhecida no território uma cultura de negritude fortíssima, com muitos grupos culturais e religiosos. No entanto, quanto à forma urbana, será forçado vislumbrar uma característica específica que a distinga, nesse âmbito, de outras áreas urbanas informais.

É que no caso em estudo, se o sentido de coletividade é muito forte do ponto de vista cultural, esse sentido é frágil e inexistente, ou mesmo antagônico, do ponto de vista da

²⁷² Zenker, 2012, p. 8.

²⁷³ Correia, 1998, p. 13 e Abranches, 2012.

partilha da posse da terra. Não se observa no território uma das principais questões para o reconhecimento de um quilombo urbano, que é a consciência (e conseqüentemente a atribuição) da propriedade coletiva de terra. E aí reside uma dimensão fundamental para entender e caracterizar diferentes territorialidades, sobretudo, no âmbito dos problemas do acesso à terra urbana.

Como se viu, a lógica da posse e da propriedade da terra decorre essencialmente de uma conquista individual, típica da resistência e luta por um espaço na cidade. Tal é muito evidente nos relatos dos moradores.

5.6 Sobre as (im)possibilidades da atuação dos técnicos

Durante a participação na Unidade Executora Local do projeto, observei alguns limites inerentes às reais (im)possibilidades do corpo técnico e à própria estrutura da administração pública. Muitas vezes os argumentos técnicos são preteridos por decisões “políticas” e alterações de projetos equivocados ou mudanças de procedimentos ineficazes são impossibilitadas por exigências burocráticas. Por outro lado, a própria lógica tecno-científica instituída, com as intrínsecas regras de eficiência, pode perturbar e até contrariar a possibilidade de uma aproximação entre os técnicos e os chamados beneficiários. Como exemplos imediatos que revelam a “anormalidade” como são considerados os modos de vida das comunidades pobres está a previsão de uma remuneração adicional devido à periculosidade dos trabalhos em áreas de risco, que acaba por distanciar ainda mais as duas realidades, ou a incumbência de uso de equipamento de proteção, como botas para as idas ao local, quando ali encontramos crianças a correr descalças nos precários passadiços de madeira.

Por outro lado, relativamente ao papel dos técnicos é necessária uma tentativa de compreensão das suas ações enquanto sujeitos que, partindo da análise de comportamentos e discursos, identifique as motivações que lhes estão subjacentes. Neste sentido, o que está em jogo são também as dificuldades que limitam o pleno êxito dos pressupostos de um projeto de urbanização de favelas, que têm a ver com o lugar determinado que cada um ocupa, porque as pessoas “operam a partir das suas posições sociais, com a perspectiva que essas posições lhe permitem, e com as exigências e pressões que sofrem ali”²⁷⁴.

²⁷⁴ Kapp, 2014, p. 113

O acompanhamento dos impasses que surgiam a cada dia evidenciava a distância entre as intenções e os resultados do programa, na medida em que muito ficava por cumprir, por exemplo, quanto à adequação da unidade habitacional no tocante à estrutura das relações sociais, produtivas e ambientais dos moradores. Enquanto técnicos, dávamos seguimento a projetos e decisões já definidas, muitas vezes pressionados pela urgência das visitas relativas a problemas decorrentes (e recorrentes) de patologias construtivas dos edifícios ou da falta de urbanização das áreas comuns, em um papel que se limitava, por vezes, à elaboração de relatórios técnicos e fotográficos.

Por tudo isso e, sobretudo, depois do acompanhamento da elaboração do “Mapa cultural dos bairros do Rio Anil”, considero que é possível explorar possibilidades de atuação e engajamento dos técnicos para além das posturas tecnocráticas frequentes.

5.7 Mapa cultural do rio anil

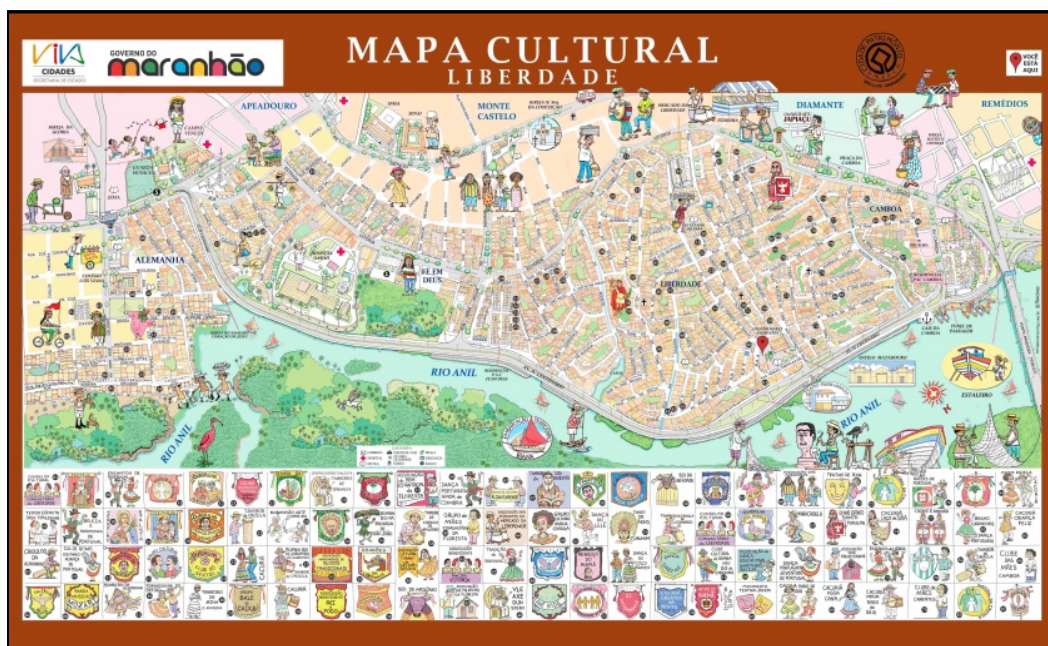
O mapa cultural foi uma iniciativa criada com o objetivo de consolidar a integração espacial e simbólica dos bairros através do fortalecimento da identidade territorial pelo mapeamento das inúmeras associações e grupos culturais existentes. (Figura. 49)

A motivação para esta ideia surgiu de uma análise dos cadastros feitos na área, que revelaram uma grande quantidade de entidades culturais (mais de uma centena) e visava assim a disseminação dessa realidade artística que, devido ao estigma de bairro violento, não era muito visível nem reconhecida na cidade. A sua elaboração foi pensada considerando as possibilidades de emancipação dos diretamente interessados na produção do espaço e por isso o mapa foi construído com líderes dessas associações culturais e com alunos de escolas da área e, ainda, através de uma cooperação com a Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade Racial.

Esse trabalho colaborativo com a comunidade, dentro de um programa com um percurso atribulado e nem sempre satisfatório no entendimento das peculiaridades socioculturais do território, é apresentado aqui como um exercício fértil e uma possibilidade criativa. Uma saída que permitiu, por um lado, a abertura para a comunidade explorar de forma autônoma a sua identidade, em um movimento de afirmação coletiva perante toda a cidade. E, por

outro, aliviar ainda alguma frustração pessoal perante a prática do acompanhamento do processo.

Figura 49. Mapa cultural do rio Anil



Fonte: Secid-MA, 2013

O mapa pode ser entendido como um compromisso entre a “radicalidade crítica e o pragmatismo realista” uma tentativa de *Mudar a cidade* como teoriza Marcelo Lopes de Souza, através de um exercício que tentou a compatibilidade entre ser-se radical e pragmático:²⁷⁵

O mapa cultural, que se instalou em totens no território e se imprimiu associado a um calendário, propôs-se como um elemento simbólico e específico (por oposição às metas “físicas” dos conjuntos residenciais genéricos e de uma complexa avenida em construção) que fosse potencializador de relações sociais e de integração espacial, inclusive com a cidade para além dele. [...]

O mapa não é um espaço nem o pretende determinar, ele apenas comunica que esse espaço existe de determinada forma, para além dos discursos de violência e dos estereótipos associados ao lugar. ²⁷⁶

²⁷⁵ Souza, 2001

²⁷⁶ Silva e Burnett, 2015

6. Considerações finais

A reconstituição da história de uma favela de São Luís do Maranhão mostrou que, desde a observação das primeiras habitações pobres, dos trabalhadores da grande Fábrica Têxtil que se implanta no fim do século XIX, a cidade avança a ritmos e com rumos diferentes: infraestruturas públicas para alguns, a margem e o mangue para os outros. Com o acompanhamento simultâneo da produção do espaço das elites e dos mais pobres, se comprova que o desenvolvimento desigual é produzido, quer dizer, não é dado mas é político.

Pela observação das fotografias aéreas e pelos depoimentos dos moradores, se percebeu como o processo de ocupação em palafitas resultou numa conquista de terra muito significativa. Construíram não só as casas mas progressivamente *entulharam* a própria terra, tornando *chão* o que era *maré*, transformando os passadiços de madeira em ruas. Essa lógica, associada à ausência de Estado fez prevalecer uma alta densidade de ocupação, com lotes pequenos, onde praticamente não existem largos ou praças. Percebeu-se como, devido a tal combinação de características geográficas e territoriais com relações sócio-culturais específicas, ali se foi construindo um espaço próprio e autônomo, mesmo estando muito próximo do centro tradicional - simbólico e administrativo - da cidade.

Por outro lado, houve todo um passado de resistência observado desde a oposição às medidas adotadas pelo Serviço de Higiene, nos anos 1920 até o enfrentamento da truculência policial que derrubava as casas, no ensaio de implementação do primeiro projeto de urbanização destinado àquela área, no início dos anos 1980.

Cerca de um século depois da fábrica têxtil inaugural, chegou um abrangente programa governamental de urbanização, que se centrou na erradicação das palafitas, mas perante as novas habitações em prédios de quatro andares para substituí-las, a moradia foi pensada fora da realidade concreta do território e dos modos de vida dos habitantes.

Conclui-se que a forma como foi concebido e implementado tal projeto acabou reforçando o sistema socio-econômico que produz e reproduz a própria favela, quando diminuiu a autonomia dos moradores e com isso aprofundou desigualdades.

Há outros caminhos possíveis para os programas governamentais. Ao contrário de bloquear os modos de vida instituídos e limitar oportunidades - como aconteceu com a construção da avenida marginal que obstruiu a conexão com o rio, - devem procurar-se soluções que aumentem as possibilidades dos habitantes e portanto a sua autonomia. Soluções que vão no sentido do apoio à transmissão de conhecimentos e técnicas, à valorização de atividades e saberes que ali existem como a pesca, a construção naval, ou mesmo os rituais lúdicos ou as práticas religiosas, de música e dança da cultura negra, que também ali se desenvolveram de modo intenso. Soluções que podem passar também por um conhecimento que conduza à valorização das palafitas como cultura construtiva e espacial própria.

Do ponto de vista metodológico, a análise dos primeiros tempos foi mais pacífica. Já as informações colhidas nas conversas longas e mais abertas com os habitantes, resultaram num vasto material que foi difícil trabalhar de forma focalizada em tempo hábil. Devido a essa lógica descritiva e narrativa, muito do que foi relatado ficou por esmiuçar. Por isso, e também devido à estrutura cronológica de apresentação da reconstituição histórica, o último período *Erradicação* não pode ser plenamente concluído.

A dissertação assumiu um caráter exploratório, lançando observações que abrem para debates mais plurais, no sentido de uma construção coletiva do conhecimento e de acréscimos, eventuais contraposição ou re-interpretações. Tal circunstância se prende igualmente com a pouca produção e debate sobre a dinâmica urbana da cidade de São Luís.

A pesquisa incita, por exemplo, desdobramentos que aprofundem as questões da organização política local, onde a luta por direitos acabou muitas vezes sendo substituída pela disputa por pequenos favores aos políticos “amigos da comunidade”, bem como, por outro lado, o estudo do percurso e do protagonismo dos movimentos sociais naqueles bairros.

Outro caminho interessante para futuras investigações é explorar as controvérsias do reconhecimento da área como sendo um quilombo urbano.

Referências

Abranches, Dunshee. *O cativoiro*. Edição Academia Maranhense de Letras, São Luís: 2012 (1941)

Álbum do Estado do Maranhão. Gráfica Amazônia, Belém. 1923

Almeida, Alfredo Wagner. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

Almeida, Alfredo Wagner. *Os quilombolas e a base de lançamento de Alcântara*. Laudo antropológico volume I. Grupo Executivo Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara. Brasília: Edições IBAMA, 2006.

Almeida, Magalhães de. *Mensagem do presidente ao Congresso do Estado*, 1927.

Amoroso, Mauro. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel*. Tese de doutorado em História Contemporânea do Brasil, apresentada à Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 2012

Amoroso, Mauro. Ação política e convivência tática: os grupos de esquerda no Borel durante a reabertura. in *O Social em Questão* - nº 24 - Jul-Dez 2010, pp. 135, 158. Rio de Janeiro: PUC, 2010

Andrès, Luiz Phelipe. *São Luís, reabilitação do centro histórico, património da humanidade*. São Luís: IPHAN, 2012.

Araújo, José Bento. *Fala que o Exmo. Sr. Dr. dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 11 de fevereiro de 1888, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 27ª legislatura*. Maranhão: Typographia do Paiz, 1888. Disponível na Biblioteca Publica Estadual Benedito Leite.

Araújo, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1998.

Áries, Philippe e Duby, George. *História da Vida Privada*, 5, 2009 (Histoire de la vie privée, vol 5, 1987)

Azevedo, Aluizio. *O Mulato*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. (1ª edição 1881).

Barbosa, Zulene Muniz. As temporalidades da política no Maranhão in *Revista Lutas Sociais* n. 9/10. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais NEILS - PUC, 2013

Barros, Valdenira. *Imagens do Moderno em São Luís*. São Luís: 2001.

Beinart, Julian, 2013. disponível em <http://ocw.mit.edu/courses/architecture/4-241j-theory-of-city-form-spring-2013/>

Bezerra, Denilson. *O ecossistema manguezal em meio urbano no contexto das políticas públicas de uso e ocupação do solo na bacia do rio Anil, São Luís, Maranhão*. Dissertação de mestrado em Saúde e Ambiente apresentada à Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2008

Bezerra, Mariza. *O tanatopoder e as epidemias: discurso civilizador e saúde pública no centro urbano de São Luís no início do século XX*. Dissertação de mestrado em Cultura e Sociedade, apresentada à Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2012.

Bourdieu, Pierre (org.) *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

Borrvalho, José Henrique. *A Atenas equinocial: a fundação de um Maranhão no império brasileiro*. Tese de doutorado em História, apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2009.

Bosi, Alfredo. Economia e Humanismo In *Estudos Avançados*. vol.26 n.75, pp. 249-266, Agosto 2012. São Paulo

Burnett, Frederico; Venâncio, Marluce. Habitação popular em São Luís. In *São Luís, ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de Arquitetura e Paisagem*. pp. 99-111 Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

Burnett, Frederico. Da Cidade Unitária à Metrópole Fragmentada: Crítica à Constituição da São Luís Moderna. *IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo: 2006

Burnett, Frederico. O legado urbano de Haroldo Tavares. In *O Imparcial*, São Luís, Maranhão, 14 julho de 2013.

Burnett, Frederico. *Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão*. São Luís: Editora UEMA, 2008.

Burnett, Frederico e Silva, Joana. O espaço da ciência e da técnica na urbanização de assentamentos precários: uma análise da gestão do PAC Rio Anil em São Luís, Maranhão in Denaldi, Rosana [et al] (org.). *Anais do I Urbfavelas, Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas*. São Bernardo do Campo: UFABC, 2014

Buzar, Benedito. O oitentão Haroldo Tavares in *O Estado do Maranhão*, 18 de novembro de 2012, seção Roda Viva, republicado n' *O Estado do Maranhão*, 10 de junho de 2013, p. 7.

Caldas, Maria e Vale, Márcio. O Programa de Aceleração do Crescimento e as obras de infraestrutura urbana – avanços e desafios. in Denaldi, Rosana [et al] (org.). *Anais do I Urbfavelas, Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas*. São Bernardo do Campo: UFABC, 2014

Campos, Andreilino. *Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista*. Dissertação de mestrado em Geografia apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ 1998

Campos, Humberto de. *Memórias, 1ª parte 1886-1900, tomo I*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1934, 5ª edição (1932).

Canjão, Isanda e Oliveira, Maysa. Intervenções no bairro da Camboa: as mudanças no modo de vida dos moradores da periferia de São Luís, Maranhão, Brasil.

Cantanhede, Palmério. *Relatório do engenheiro*. In Primeiro Relatório da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, apresentado à assembleia geral de accionistas em 16 de março de 1890. pp. 13-25 São Luís: Typografia a vapor da Pacotilha, 1890.

Castells, Manuel. L'urbanization dependent en Amerique Latine in *Espaces et Sociétés*. n.3, 1971.

Castells, Manuel. *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Ed. Presença 1984 (1971).

Carvalho, Conceição Belfort e Guedes, Kláutenys. São Luís, a Manchester do Norte: a cidade (re)significada pelos discursos do patrimônio. In *Moara, Revista eletrônica do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará*, n.43, pp- 161-171. 2015

Construir NE, abril/maio ano XIII, nº62, 2012 pp. 66-70

Cotton, 2016, disponível em www.cottontown.org

Cornejo, Carlos; Gerodetti, João. *As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Editora Solaris, 2005.

Correia, Maria da Glória. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século*. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1998.

Estações, 2016, disponível em www.estacoesferroviarias.com.br

El Robrini et al (org). *Erosão e Programação do Litoral Brasileiro - Maranhão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006

Fathy, Hassan. *Architecture for the Poor: an Experiment in Rural Egypt*. Chicago: University of Chicago Press, 1976

Ferreira, António José. *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Tese de doutorado em Geografia apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008

Ferrovia, 1898, disponível em yfco.brazilia.jor.br

Fran Paxeco, Manuel. *Geografia do Maranhão*. São Luiz: Tipografia Teixeira, 1922

Friedmann, John. *Dois séculos de teoria do planejamento: uma retrospectiva*, 1987

Gaioso, Raimundo José. *Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura do Maranhão*, Imperatriz: Ética, 2008, 3ª edição (1818)

Gallo, Giovanni. *Quero matar aquele outro*. pp. 151-159 in *O homem que implodiu*. Belém: Secretaria de Cultura do Pará, 1996.

Gallo, Giovanni. *A ditadura da água*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1980

Godinho, Victor. *A peste no Maranhão. Relatório apresentado ao Excmo Coronel Alexandre Collares Moreira Junior, governador do estado do Maranhão pelo chefe do Serviço Extraordinário de Higiene*. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1904.

Gonçalves, Maria da Conceição. Favelas teimosas: lutas por moradia. Brasília: Thesaurus, 1998

Guimarães, Berenice. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese de doutorado em Sociologia apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1991

Gullar, Ferreira. *Poema Sujo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977, 3ª ed. (1976)

Hall, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Ed Perspectiva 2007 (1ª ed. 1988, *Cities of Tomorrow*)

History, 2016, disponível em www.historypin.org

IBGE - Atlas do Estado do Maranhão, IBGE / Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Rio de Janeiro: 1984

IBGE/PNAD, Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua relativos ao Estado do Maranhão, 2014. disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ma>

Illich, Ivan. *Shadow Work*. London: Marion Boyars, 1981

Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cidades históricas: inventário e pesquisa - São Luís*. Vol 85. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

Jorge, Miécio. *Albúm do Maranhão*. São Luís, 1950

Kapp, Silke. *Por que teoria crítica de arquitetura? Uma explicação e uma aporia* in Malard, Maria Lúcia (org). *Cinco textos sobre arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

Kapp, Silke. *Experiências em Assessoria Técnica e suas questões*, in *Assistência Técnica e Direito à cidade* pp.110-123, Rio de Janeiro: CAU-Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2014

Kapp, Silke e Baltazar, Ana. *Metropolitan Vernacular: on the History of Informal Construction in a Brazilian City*. In *Nuts & Bolts of Culture, Technology and Society Construction History*, vol. 2 edited by Carvais, Robert et al., p. 3-10 Paris: Picard, 2012

- Lacroix, Lourdes. *A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Editora UEMA 2008
3ª ed. ampliada [2000].
- Lima, Carlos. *Caminhos de São Luís: ruas, logradouros e prédios históricos*. São Luís: Vozes, 2007
- Lopes, José Antônio Viana. *Capital moderna e cidade colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo de São Luís*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE 2004.
- Lopes, Raimundo. *O torrão maranhense*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.
- Lopes, Raimundo. *Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão*. In Domingues e Heloísa e Almeida Alfredo. Raimundo Lopes, dois estudos resgatados. pp. 27-80. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010 [1938].
- Magalhães, Clóvis. *Carta Geográfica do Maranhão*, 1955
- Maranhão, Governo do Estado. *Relatório Geral de Atividades*. Plano de Governo de Pedro Neiva de Santana, 1971-1974. vol I. São Luís: Sistema Estadual de Planejamento, 1974.
- Maricato, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*, 1995
- Maricato, Ermínia. *Posfácio* in Davis, Mike. *Planeta Favela*, São Paulo: Boitempo 2006
- Marini, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In Sader, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Mariz, Vasco. Lorde Cochrane, o turbulento marquês do Maranhão. in *Revista Navigator* nº16, 2012.
- Marques, Astolfo. *A vida Maranhense, contos 1902-1904*. Maranhão: Typographia Frias, 1905.
- Marques, Gustavo. *Uma estratégia de desenvolvimento para São Luís*. São Luís: Eduema, 2012
- Miranda, Cássio. *Relatório apresentado pelo Dr. Cássio Miranda, chefe interino do Serviço, no anno de 1923, à Directoria do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural*. Departamento Nacional de Saúde Pública. Maranhão: Tipogravura Teixeira, 1925

Maia, Luís et al. Atlas dos manguezais do Nordeste do Brasil. Avaliação das áreas de manguezais dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Universidade Federal do Ceará / ISME-Sociedade Internacional para Escossistemas de Manguezal: 2006

Matos, Marcos. De volta à Manchester do Norte: pagamentos e reiteraões do “Maranhão Industrial” in *IV Colóquio Semiótica das Mídias, Centro Internacional de Semiótica e Comunicação*. Japaratinga, Alagoas, 2015

Melo, Marcus. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura 1979-1988. in *Revista Rua* nº2. pp. 37-59 Salvador: 1989.

Mendonça, Edinamária. *Da posição-sujeito às tomadas de posição: o jornal Pacotilha no contexto das comemorações do tricentenário da fundação de São Luís, capital do Maranhão*. In *Linguagem: teoria, análises e aplicações*, nº7. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Letras UERJ, 2013

Moreira, Rafael. São Luís do Maranhão: enquadramento histórico e urbanismo. In *Portal HPIP Património de Influência Portuguesa / Heritage of Portuguese Influence*. www.hpip.org.

Novaes, Irlane. *Ana Jansen, empreendedorismo feminino no séc. XIX*. Tese de doutorado em Administração apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2012.

Oliveira, Antônio. *São Luís: memória & tempo. São Luís em cartões postais e álbuns de lembranças*. São Luís: Ed Novagraph, 2012

Oliveira, Maysa. Habitação popular: o caso do PAC Rio Anil, in *VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2015

Palhano, Raimundo. *A produção da coisa pública*. São Luís: IPES, 1988

Pinheiro, Sílvio. *Palafitas serão apartamentos. Concepções, mecanismos e limites da participação popular no PAC Rio Anil, no Bairro da Liberdade, São Luís, Maranhão*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 2013

Leal, Cláudia (org). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008

Lopes, Manuel. *Ofício no escuro*. São Luís: SIOGE, 1977

Pereira, Jesus Marmanillo. Militarização e repressão: criminalização dos movimentos sociais em São Luís pós-1964. In *Seculum, revista de história* n° 27. João Pessoa, jul/dez 2012.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; FJP-Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas*. Brasília, 2014.

Porciúncula, José Thomas da. *Relatório que o Exmo. Sr. Dr. governador passou a administração do estado em 7 de julho de 1890, ao Sr. Vice-governador Exmo Sr. Conselheiro Augusto Olympio Gomes de Castro, incluindo anexo 30, assinado pelos diretores da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense*. São Luís: 1890, Typographia a vapor do Frias. Disponível na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite.

Relatório. Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense. *Primeiro Relatório apresentado à Assembleia Geral de Accionistas em 16 de março de 1890*. São Luís: Typografia a vapor da Pacotilha, 1890. Disponível no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Ribeiro Júnior, José Reinaldo. *Formação do Espaço Urbano de São Luís*. São Luís: FUNC 1999.

Ribeiro, Emanuela. *Igreja Católica e modernidade no Maranhão, 1889-1922*. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

Sanches, Débora e Moretti, Ricardo. Gestão condominial da habitação social. In *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 153.01, Vitruvius, fev. 2013

Santos, Tamires, Borba, Polliana e Santana Junior, Horácio. *Lei de terras 1850 (Brasil) e 1969 (Maranhão) e suas consequências para povos e grupos sociais tradicionais: contextualização, diferenças e semelhanças, uma perspectiva histórica*. In III Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio-ambiente. São Luís: UFMA, 2012

Saule Junior, Nelson (org.). *A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara: o direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA, Brasil*. Relatório da Missão da Relatoria nacional do direito à moradia adequada e à terra urbana. São Paulo: Instituto Polis, 2003

Schaeffer-Novelli, Yara. *Grupo de eco-sistemas: manguezal, marisma e apicum*. São Paulo: s.d..

Selbach, Jeferson Francisco (org). *Códigos de Postura de São Luís*. São Luís: EDUFMA, 2010.

Senado Federal. disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/eleicoes2010/apuracao-eleicoes-2010/maranhao/joao-alberto-de-souza.aspx>

Silva, Ana. *De Matadouro a Liberdade: a formação histórica cultural de um bairro de São Luís*. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 1997.

Silva, Célia. *Estudo geográfico funcional do geofacie Liberdade*. Monografia para graduação em Geografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2004.

Silva, Gabriela. Administração Municipal em São Luís: a organização da Intendência Municipal nos oitocentos e seus primeiros intendentess. In *III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista*. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2013

Silva, Joana e Burnett, Frederico. O mapa cultural do Rio Anil como instrumento de integração urbana e transformação espacial. In: *XVI Enanpur, Espaço, Planejamento e Insurgências*. Belo Horizonte: Anais do XVI Enanpur, 2015.

Silva, Joana e Kapp, Silke. As palafitas do rio Anil: memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação. Comunicação a ser apresentada no *II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, a acontecer na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em setembro de 2016. Porto: FAUP, 2016 *no prelo*

Silva Filho, Olavo. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte: Formato, 1998 2ª edição [1986].

Singer, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002 (1973)

Sousa, Carmem. *A cidade em foco: imagens visuais e escritas das condições urbanas de São Luís na Primeira República*. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: 2006.

Souza, Marcelo. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à gestão urbanos*. Bertrand Brasil, 2001

Souza Filho, Pedro Walfir. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos in *Revista Brasileira de Geofísica*, n23, pp. 427-435, 2005

Spix, Johann; Von Martius, Karl. *Viagem pelo Brasil 1817-1821*.

Turner, John e Fichter, Robert. *Freedom to build: dweller control of the housing process*. New York: The Macmillan Company, 1972

Urbe/Secid-MA. Diagnóstico e Programa de Necessidades, Etapa 1 do Plano de Urbanização para a área de intervenção do Projeto PAC Rio Anil. São Luís: 2013, mimeo

Unesco, 2016. <http://whc.unesco.org/en/list/1363> e <http://www.palafittes.org/en/index.html>

Valladares, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

Valladares, Lícia. *A invenção da favela: de mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2005

Viveiros, Jerônimo. *História do Comércio no Maranhão 1896-1934*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

Wilhem, Jorge. O legado, 2016 <http://www.jorgewilhelm.com.br/legado/Projeto/visualizar/1851>

Zaluar, Alba e Alvito, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (1998)

Zenker, Thaís. 2012

Documentários

Bossard, Giselle. Brincando na Floresta, 2015. disponível em https://www.youtube.com/watch?v=o083wgkU_EM

Rocha, Glauber. *Maranhão 66*. 1966

Anexos

Artigos publicados pelo padre Giovanni Gallo, João da Floresta, no Jornal do Maranhão, 1971.

Bairro da Floresta: Quando chegará a bora H? 23 de maio de 1971, pág. 1 e 8

A descoberta do Bairro 25 de julho de 1971, pág. 1 e 6

O Homem das palafitas 8 de agosto de 1971, pág. 1 e 8

Vamos passar a bola? 29 de agosto de 1971, pág. 1 e 6

Paraquedismo Social 31 de outubro de 1971, pág. 1 e 7 (pág. 7 inexistente)

Não havia lugar para eles na estrebaria, 25 de dezembro de 1971, pág. 1 e 8

Bairro da Floresta: Quando Chegará a Hora H?

Pela Prefeitura, o Bairro da Floresta não existe mais, só existe "Liberdade". Mas pelo povo, a Floresta é sempre Floresta, um nome que é quase um programa. Instintivamente leva consigo a idéia de mato, de desamparo, de vida primitiva. Representa, quase como num espelho, uma chocante realidade: um bairro antigo, cortado do desenvolvimento e das providências, fixas numa triste moldura de pobreza marginalizada.

Não é uma coisa insinuada pela deslogia, é

um simples reflexo duma situação espiritual cansada, apagada, sem esperança. A iluminação pública chegou neste, dias, últimas migalhas dum desenvolvimento que já tinha atingido todas as áreas: uma alegria que explodiu num estrondo que subiu as ladeiras derrubadas, os becos entupidos de lixo. Mas, aos poucos, a tristeza ganhou outra vez o ânimo de todo mundo, concretizando-se numa pergunta à qual ninguém prevê uma resposta: quando chegará a hora H, a nossa hora?

Rua Tomé de Souza é a artéria principal. Bem desenhada, po que tem o tempo que desempenha o papel de aumentar os imprevistos do que garante o movimento definitivo do asfalto que a envolve, com poeira, com sempre mais problemas.

Para subir a entrada mais íngreme, a ladeira que o país a Travessa da As e. Agora é um beco. No ponto onde os carros têm que gatar a primeira



AQUI JAZ RUA TOMÉ DE SOUZA

um buraco melhor dito dois buracos, que cada dia ficam mais amplos, mais fundos até juntar-se numa vala insuperável: só um jeepe pode descer, mas não consegue subir. Quando a chuva cai, a rua se transforma em cachoeira

violenta que arrasta tudo, agravando o isolamento. Também as outras entradas do Bairro estão praticamente intransitáveis: a Rua Bernardo Guimarães é reduzida a uma estreita passagem, a Rua Carlos Laerte é propriamente um

percurso de gincana.

Boatos trouxeram a boa nova que a Prefeitura vai ajeitar este ponto crítico; entretanto a vida fica paralizada, os motoristas pretendem o dobro para compensar o prejuízo dos custos. (Conclui na pág 8)

JORNAL do MARANHÃO

Diretor: PINTO DE CARVALHO

ANO XXXVI — SÃO LUIS, 23 DE MAIO DE 1971 — N.º 1831

Olinda

Faleceu

água. O macaco é "hóspede" do Instituto de Recur-

a prova de mudanças, chama-se Noé.

Ferrovário, pelo Turno Extra da Copa Cidade de São

ficou amarelo, e a partida iniciado hoje, com a parti-

Bairro da Floresta

minhões.

Na semana passada reuniu-se o conselho de guerra: são os líderes naturais das ruas, para estudar um plano de batalha. Mas a solução já estava madura, nos ânimos de todos: "nós" vamos ajertar!

"O Escurinho tem boa experiência neste tipo de trabalho; Fulano vai ser o ajudante. Eu ofereço um saco de cimento, eu tenho pedras no quintal, Dona Maria está disposta a colaborar, as outras quitandas também, eu adianto o dinheiro, segunda-feira vamos começar."

Nada de palavras inúteis, poucos minutos para concretizar o projeto.

Uma Pedra...

trada deserta, ninguém que ajude. Deverá continuar parada, em dolorosa impotência?

Digo-lhe agora que há uma única verdade: — naquêlo devido instante em que o caminho parece deserto, o abandono real, a solidão angustiante, ALGUÉM está com você, está conosco. Olhando a natureza, em volta, doce certeza nos invade totalmente, a de que NÃO ESTAMOS SÓS. Quem por nós passar, talvez se surpreenda com que vê: — uma criatura parada, uma pedra enorme em seu caminho mas um tranquilo sorriso de esperança no rosto cansado.

A primeira reação que surge em mim é de satisfação, de orgulho, vendo como a minha gente sabe enfrentar uma realidade dura, com os escassos recursos da pobreza: gente pra valer, apesar da fama, apesar do cenário desmoralizante.

Mas logo uma reflexão menos sentimental, mais objetiva me força a entrar em outra linha de considerações.

Pergunto: será que o pessoal que mora na Rua Rio Branco, ou na praça João Lisboa se adaptaria a juntar dinheiro, engajar operários, fornecer material? Aquêlo pessoal nem sentiria o peso duma dúzia de Cruzeiros que cortaria o miserável orçamento da gente da Floresta, mas é certo, ninguém moveria um dedo, talvez discaria o telefone, para solicitar o amigo ou compadre que tem o escritório nas Repartições e o problema seria resolvido elegantemente.

O povo do bairro, que ajeta espontaneamente uma rua, é um sintoma de conscientização, de responsabilidade, mas encobre as pregas do seu espírito uma desconfiança radical na autoridade constituída. E isto é um mal.

Para que um bairro se desenvolva, cresça não só no sentido material, precisa um relacionamento

constante entre autoridades e povo, uma mútua troca de experiências e de idéias: pode ser uma conversa forte, mas sem dúvida constitui a premissa de uma nova vida.

É evidente que o saneamento básico dos Bairros é tarefa da Prefeitura. Mas é problema de estilo: a inesperada aparição duma emenda aqui, duma providência lá, pode dar e, infelizmente de fato dá a impressão que a dita coisa foi realizada unicamente porque a gente não sabia como utilizar uma verba cagavetada. O paraquedismo social (o brinde que cai do alto e este "alto" pode ser uma instituição nacional ou uma entidade beneficente estrangeira) não resolve nada: só evidencia um malestar, prejudica o futuro.

Esta colocação de introsamento e colaboração é possível, mas não vai ser moleza não. Eu acredito nela, mas muitas vezes banco a novato ingênuo e idealista. No nosso Bairro existem dois problemas angustiadores: a ligação do antigo Matadouro com a Floresta que leva o nome tão lindo quanto hipócrita de "Grêcia" e a Rua 24 de Agosto, realisticamente rebatizada "Rua da Malária". Juntei o pessoal todo, fies mesmos realizaram o levantamento dos moradores, fizeram um abaixo assinado do requerimento com todas as motivações. Os

dos projetos foram aprovados na Câmara Municipal. Eu esperava uma reação clamorosa de deslumbrante alegria. Encontrei uma frieza desanimadora: a gente está acostumada às promessas gigantes, a típica flôr do estilo eleitoral e desconfia.

— "O Senhor sairá daqui e tudo será como agora, talvez pior!"

Eu respondi esticando a mão: "Quer apostar? Só uma cerveja, não quero arruiná-lo!" Um aperto de mão carimbado duma gargalhada.

A minha conversa de hoje, que continuará nas páginas d'êste jornal, não é mingau para criancinhas ou caducos de dentes postiços: é comida forte, bem apimentada, quente. Sem dúvida a conversa que ajudará a construir o futuro dos nossos Bairros, e também da minha Floresta.

... Está caindo a chuva, como nos dias piores do dilúvio saio armado da máquina fotográfica para tirar o retrato da Travessa da Liberdade transformada em cachoeira barulhenta, e mandá-lo a "Dr. Haroldo", a fim de que se lembre da Floresta.

O pessoal me acompanha das janelas semifechadas: eu sei o que estão pensando de mim. Simplesmente: "Aquêlo cara é desparafusado".

JOAO DA FLORESTA

Sampaio e Ferrovário realizaram a primeira partida da decisão na sexta-feira.

Contudo a Federação Maranhense de Desportos fez valer a sua autoridade como mandatária dos desportos locais, e manteve o início do Campeonato para hoje, com o embate Moto Clube x Ferrovário.

Apesar dos contratemplos o certame oficial da cidade vai começar sensacio-

Apenas um Campeonato Maranhense Nacional

No dia 15 p.p. reuniram-se em Recife os Presidentes das Federações do Norte e Nordeste com o representante da CBD, para debaterem o regulamento do Campeonato Nacional, a ser realizado no segundo semestre do corrente ano. Na reunião ficou estabelecido, que somente, Pernambuco, Ceará e Bahia, concorrerão com dois clubes, os demais serão representados por apenas uma agremiação.

Com essa decisão foi alterado o regulamento do Campeonato local, que previa a realização de três turnos, ficando reduzido a dois, sendo um de classificação, que eliminará os dois últimos colocados, saindo apenas cinco clubes para a decisão.

dades...
Pelo...
trêla...
que...
mar...
be...
teme...
Rom...
tra...
com...
ta-fei...
posta...
Sampa...
ao time...

Antes...
a FMD...
de que...
represent...
no Campe...
mas tam...
êste crit...
determin...
tuado um...
agremiação...
conhecido...
tiopará...
nal. Dista...
a FMD...
torneio...
vicio e o...
tar mais...
peonato...

Este...
cação...
dia...
reção...
ve, im...
tarnab...
partida...

Clube ria

minar, e Chapadinha x Caixas, na principal. No dia 31, também sábado à tarde, Itaipuru x Rosário, na preliminar, e na partida de fundo, os vencedores da primeira rodada, ficando a decisão do título para o dia 6 de agosto, quando se defrontarão os vencedores da rodada do dia 31.

tala strial



Rosa Dr. Antônio Figna lecionado

so huma- tas por linha. O Sr. Antônio Figna, que a poderá a gentilmente nos recebeu e prensados e também o entusiasmo nos ex- a de cons- plicava seção por seção, e também (já montou muitas fábricas, uma Sabo- por todo o Brasil), garante

A Descoberta do Bairro

Quando aterrissei nos Bairros de São Luís, tive a impressão de entrar em contacto com uma terra desconhecida, misteriosa. Na minha cabeça zumbiam, um ofegante carrossel todos os lugares comuns da literatura de favelas e alagados, recheados de catin-ga, de zuada, de brigas ci-clópicas, numa moldura de estonteante pobreza. Violência e bafucar de ataba-ques, berrar de vitrolas e monótono ninar de ladai-nhas. Davam um jeito tam-bém os nomes dos bairros que saíam dos esquemas habituais: Floresta, Mata-douro, Fé em Deus. Mais logo vim a conhecer a "Li-berdade".

Bem no íntimo da minha alma atirava a consciência

Curso de Teologia

O Pe. Joseph Romer, teólogo suíço e Diretor do Instituto de Teologia de Salvador ministrará um curso de teologia para todos os padres da Diocese de São Luís, no período de 26 a 31 deste, no novo Centro de Formação de Líde-res.

O referido padre é um dos mais quotados estudiosos de Teologia e dotado de grande sensibilidade pas-toral. Há vários anos dedi-ca seus dotes e uma reta e profunda interpretação da "renovação" iniciada pelo Concílio Vaticano II.

Todos os padres de nos-sa Arquidiocese receberam convite para comparecerem ao curso, como também o programa dos temas a se-rem desenvolvidos no mes-mo. Entre os temas figu-ram como mais importan-

de audaz bandeirante, vota-do à conquista da terra de ninguém: o Padre heróico que renuncia (coitado!) à sociedade dos civilizados para mergulhar-se nesse sub-mundo desamparado. No subconsciente, porém, a sensação indefinida de estar desviado pelos caminhos da fantasia e da mais ingê-nua superficialidade.

Ao primeiro propósito de sobreviver neste mundo es-tranho, se sobrepuja o calmo desejo de descobrir os valores humanos, des-farçados naquela bagunça medonha, a impetuosa ne-cessidade de ser "gente da gente".

Passaram poucos meses e aquela primeira impressão, melhor dito, aquela dispo-sição de espírito pareceu

tes os seguintes: Cristolo-gia, Ressurreição e Problê-mática da Fé de Hoje.

O Centro de Formação de Líderes funciona no antigo Seminário Santo Antônio, atualmente reformado pelo engenheiro Tony Milburn e Construtora Grajau Ltda.

Esta mesma casa onde anteriormente serviu para a formação dos padres, ho-je está destinada a um cen-tro de estudos religiosos congregando padres, leigos, jovens, casais e pessoas in-teressadas no assunto.

me pertencer à pré-história. Tenho a impressão de ter sido criado aqui, neste Bair-ro da Floresta. Já não te-nho saudade das esplende-rosas capitais que percorri na Europa.

Não é isto fanfarronada ou instintiva vocação ao marítimo. É uma autêntica descoberta de valores que a sociedade de consumo vai sistematicamente apa-gando. Talvez se manifesta também como uma certa condescendência de um ho-mem de meia idade à estu-dante revolução jovem con-tra a sociedade quadrada.

Para evitar equívocos, não nego, que nos bairros há uma presença de enor-mes problemas tais como pobreza, desemprego, doen-ça, desajuste moral, margi-nalização... Noutras oca-siões hei de voltar ao as-sunto; são porém aspectos que todos já conhecem.

Só pretendo frizar uma



realidade mais profunda, que talvez jamais seja per-cebida numa simples pas-seata pelo bairro, ou com a visita programada de uma conscientizada assistente so-cial. A gente descobre a alma do bairro só numa con-vivência prolongada, nas "marocas", com o pessoal à porta das casas na tarde avançada, na periódica vi-sita à quitanda do canto, na conversa informal du-rante a pausa da Telenove-la. E o que procurei fazer. Se agora eu quiser focar tôda esta complexa reali-

dade num denominador co-mum, julgo que a palavra mais adequada é "serenida-de". A análise deste conceito leva em si infinitos ingre-dientes, diluídos em outras tantas matizes. Entra em jogo o temperamento do preto cujo número domina

o bairro: sempre desassos-segado, desembaraçado, que transforma em instrumento musical (isto é de evasão) a lata furada ou a caixinha de fósforos.

O passado caipira que fi-ca bem enraizado no espí-rito de todos, nunca apaga-(Conclui na pág. 5)

Messias Leal comenta
Governo Extingue MDB
Leia na página 2

São Luís Terá Avenida de Contorno

São Luís terá importante avenida de contorno que terá início na avenida da Camba e se estenderá até a Facanga, cobrindo tôda a orla marítima.

A obra será construída sob o mais eficiente rigor técnico, observando as di-retrizes de urbanização traçadas pela Prefeitura para São Luís.

Pelo vulto da obra será um investimento de alguns milhões, todavia, o municí-pio contará com recursos da FINEP — Financiadora de Estudos de Projetos S/A, vinculada ao Ministe-rio do Planejamento e Co-

ordenação Geral. O Prefeito Haroldo Tava-res já está empenhado em iniciar a construção da re-ferida avenida dentro do menor espaço de tempo possível

JORNAL do MARANHÃO
SEMANARIO DA ARQUIDIOCESE DE S. LUIS
ANO XXXVI — SAO LUIS, 25 DE JULHO DE 1971 — N.º 1.840

Preço Desta Edição
Cr\$ 0,50

venda ou nas editoras.

O processo foi iniciado pelo Departamento de Polí-

A Descoberta..

Continuação da 1.a página do pela civilização urbana: conformidade, um pingüinho de fatalismo, uma certa fé religiosa feita sob medida. E o otimismo jovem, tipicamente brasileiro que despreza os detalhes e confia no futuro.

Esses elementos, evidentemente, se encontram também em outras partes da cidade, mas aqui no bairro, vivem a sua vida mais congenial.

Qualquer acontecimento banal se transfigura. A chegada do carro do lixo, a patrôla da Prefeitura, o jipe da Cemar que corta a luz aos consumidores atrasados, uma casa que cai, um boi que fugiu do matadouro, uma briga cachaceira, a chuva do 1.º de Maio que tira tôdas as doenças, ou simplesmente a sempre nova maré de lua com seu misterioso encanto... tudo é argumento vivo de conversas, comentários, contemplação, naquela atmosfera de festa, que marca todos os dias do ano.

Ou ainda será que pela convicção descontada de lutar contra inimigos invencíveis a morte mesma é tratada com uma intimidade familiar: a foto, lembrança ao redor do caixão, a sentinela festante, a procissão de criancinhas para ficar, pelo menos uns minutos, bem perto do defunto, os olhos vidrados nos enfeites brilhantes de papel prateado.

criminação racial. Além disso, a doutrina, que prega, ensejou a deflagração da

Não digo que o bairro deve sempre ficar assim como é, nas suas palafitas, nos seus csgôtos que joram à beira da calçada, com a sua evidente subnutrição, com a luta contra a fome a golpes de trocadinhos de 100 e 200 cruzeiros nas compras da quintanda (a fiado, naturalmente). É um mundo que deve desaparecer. Mas no mesmo tempo quero frisar uma verdadeira inegável: êste mundo marginalizado tem valores que o progresso nivelador fatalmente arrasta. Aqui falta tudo, mas não falta aquêle algo que permita enfrentar a vida com alegre desembaraço. O tempo parou, mas não só o tempo da casa de taipa e de palha, mas também com suas exigências nevróticas, na luta contra o relógio: o pessoal aqui sempre está de folga, sem aquela agonia de encontros marcados e do prazo fixo, sem apêlo.

A ordem, como consequência de leis inexoráveis, não existe. Cada um se vira como pode e como quer, começando pela invasão do terreno da União: liga o toca-disco até a madrugada, conserta o telhado de noite se é preciso, bate bola no meio da rua ou na porta da Igreja. É outro conceito de ordem, mais elástico, mais humano, sem constrangimentos e sem censuras. É uma espécie de desafio à sociedade desuma-

ao cometimento dos delitos previstos em seu artigo 1.º

nizada.

A minha conversa, sem querer, me levou a outra conclusão e, mais exatamente, à fundamentação da observação precedente. De jeito nenhum se pode dizer que a gente do bairro seja acanhada, aborrecida, triste. A serenidade domina soberana neste meio, porque o meio é mais humano, talvez primitivo, com as suas paixões primordiais que estouram e se apagam num processo instrutivo. Virtudes e vícios, heroísmos e mesquinhas, sabedorai popular e tolice grosseira vão de braços dados seguidos pela sarapintada tropa de adeptos: são os milagres do salário mínimo que providencia arroz e feijão a uma tribo de filhos, afilhados, enteados, amigos chegados do interior, são os milagres da auda mútua, que sempre arranja um caixão pelado para o mais desamparado, são as brigas que de repente transformam a rua num estádio transbordante de torcida.

Sem dúvida o bairro é uma realidade extremamente complexa, que vale a pena analisar: as observações miúdas que foram o enredo dêste bate-papo são as pedras dum interessante mosaico que procuraremos estudar juntos, aos poucos, para não desperdiçar as riquezas humanas que nêle se encontram.

JOÃO DA FLORESTA

"A
voca

O
Leal,
de i
no M
atual
Cabin
do T

O M
um
lução
probl
ção c
Foi c
APAE
e Am
Trata
ção c
e sen

A c
leza,
vem
la ins
des
toras,
brilho
mais
ança
sorris
do qu
mília

Par
cessita
de est
lhe u
penos

O HOMEM DAS PALAFITAS

Segundo os textos escolásticos, o homem das palafitas é uma lembrança da alvorada da história. Infelizmente ressurgiu ao redor das cidades brasileiras, tornando-se ponto de atração de turistas cansados da experiência do desenvolvimento. Para as autoridades é um assustante problema urbanístico, para todos nós uma triste mancha que não quer largar. Para mim significa uma parte não indiferente dos meus bairros, um fenômeno que merece uma atenção particular.

A vida das palafitas não entra nos esquemas habituais dos que moram na terra firme. Também a gente do bairro, na grande maioria, nunca se atreve a passar neste meio, se não for forçada por motivos superiores. A palafita vira

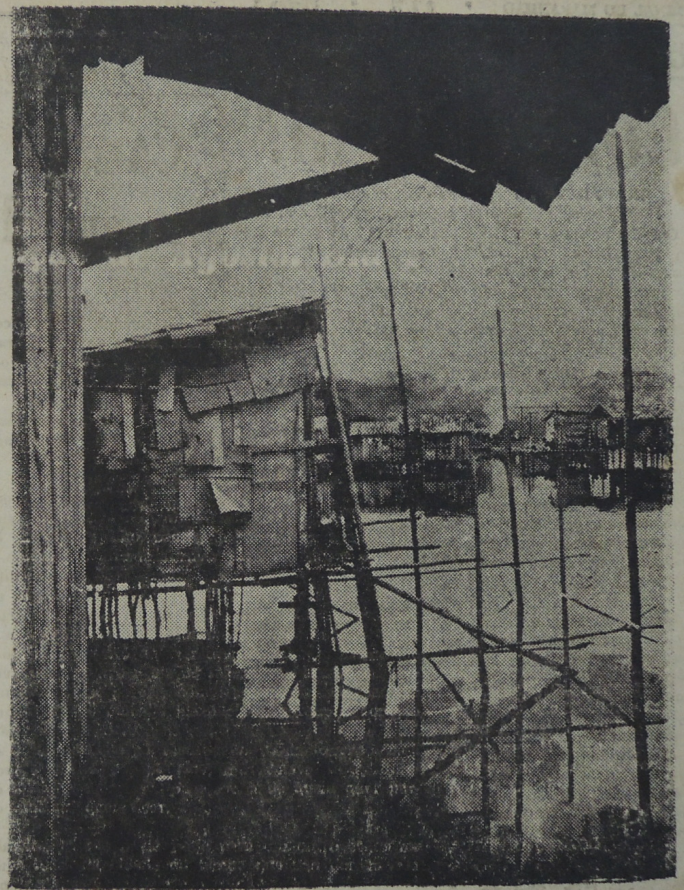
lenda, argumento de bate-papo furado: é a marginalização no sentido mais puchado da palavra. Vale a pena adiantar-se nessas pontes inseguras e cambaleantes, para estudar mais de perto este fenômeno, na esperança de poder dar uma contribuição à solução definitiva. Evidentemente e o aspecto humano que me interessa, o aspecto que deve ser o âmago das nossas considerações.

Geralmente a gente pensa nas palafitas e esquece a ponte que liga a palafita com o mundo normal, talvez seria melhor dizer, que separa a palafita do resto do mundo.

A ponte é a rua, a rua mais traidora que um arquiteto pudesse inventar. Estacas podres, tábuas recomendadas à pressas, na es-

pera de um conserto definitivo, que fica eterno projeto. A primeira pergunta que eu me fiz, quando pisei na Marambáia, na Grécia, na Boa Esperança, na Brasília, foi discretamente ingênua: "Como pode a gente passar nestas pontes, sem cair?"

A resposta era demasiadamente simples, para ser acertada logo: a gente cai! Cai, todos os dias, antes ou depois todo mundo tem que fazer esta experiência: caem os grandes e os pequenos, as mulheres com a lata da água na cabeça, com uma criança ou colo ou no ventre. Os cálculos não adiantam, é uma lei fatal. Eu também, a pesar da calculada previdência de quem conhece as leis físicas (nunca pisar no meio, nunca numa tábua só), sem reparar. (Conclui na pág. 3)



O Homem das...

Conclusão da Pág. 1
rar, me encontrei pendura-
do pelos sovacos, com as
pernas descascadas e ensan-
sanguentadas.

Quando alguém adocece o
médico chega (quando
chega) os amigos carregam
o coitado, talvez moribun-
do, dentro duma rede, até
à próxima quitanda para
que seja atendido: todos
acham natural que o médi-
co não pode arriscar a pró-
pria incolumidade.

Este isolamento forçado
contribue a crear uma bar-
reira psíquica, mais que
material. Lembro-me duma
Assistente Social que acom-
panhei numa pesquisa.
Quando chegou a hora de
convidar os voluntários do
levantamento, ela recusou:
"Aqui não!" Foi uma inge-
nuidade, talvez a boca da
verdade que manifestou o
pensamento comum, que o
peçoal daí, das palafitas,
seja diferente dos outros
moradores do bairro.

Por que então a gente
morra nas palafitas?

Financiarmente a palafi-
ta é uma falência. Tem os
gastos normais duma casa,
com a simples diferença
que a madeira custa mais
do que o barro. Além dos
esteios, dos caimbros, das
ripas... precisa uma por-
ção de estacas e de tábuas
(o pau de mangue custa
Cr\$ 0,50 por metro, uma
tábua de guanandi Cr\$ 6,00).
Mas o ponto de chegada
para uma casa normal sig-
nifica o ponto de partida
para a palafita. As estacas
apodrecem, os pregos enfer-
rujam, o assoalho, sob o
peso da gente, baixa até
chegar ao nível da água. De
três em três anos, precisa
renovar tudo, uma hemor-
ragia constante de dinheiro,
sem nunca poder chegar a
uma vida decente. A casa
mais bonita, que se apre-
senta talvez com uma cer-
ta presunção, está mergu-
lhada na lama, uma lama
fedorenta, misturada de li-
xo e de fezes. Alguém con-
segue entulhar a frente da

casa, puxar o cano da água,
se está perto da rua, arran-
ja uma instalação elétrica,
vivendo na espera duma
caçamba que acabe defini-
tivamente com aquela si-
tuaçao irreal. Talvez, na
véspera das eleições, a ca-
çamba chega, só para des-
carregar um pinguinho de
ilusão. Nas palafitas a gen-
te vive mal, pior do que no
pior recanto do bairro: os
recém-chegados se confiam
abertamente, desabafando a
amargura que os atormenta:
"Desde quando moro
aqui, nunca fiquei bom."

Apesar de tudo isto, os
moradores das palafitas
não querem sair do man-
gue, consideram uma amea-
ça traidora o anúncio de
um novo conjunto residen-
cial, que vai surgir nos ar-
rabaldes da cidade. Entram
em jôgo umas considera-
ções financeiras (o preço
do transporte, a impossibi-
lidade de arranjar um bis-
cate com outra tanta facili-
dade, a importância do alu-
guel) mas não são determi-
nantes.

O fundamento desta rea-
ção é mais profundo, mais
humano. Este pessoal é po-
bre, pobre na forma extre-
ma, mas é dono de alguma
coisa. Esta casinha, êste
casco de jurará, como êles
dizem brincando, referindo-
se aos infinitos caquinhos
que emendam aquela ruino-
sa palhoça, é dêles, só dê-
les. A Marinha, a União são
palavras abstratas que não
incomodam, que não amea-
çam o direito de proprie-
dade adquirido pela inva-
são. Se encontram numa
comunidade bem entrosada,
comentada pela necessidade
que aperta todos.

Sair daí significa voltar
atrás na vida, como quan-
do chegaram do interior
em busca de um lenço de
terra, onde construir os ali-
cerces do futuro, significa
procurar outras amizades,
outro relacionamento hu-
mano com gente estranha
e desconhecida.

Eu apoio incondicionada-

mente o projeto de despa-
lafitação. Num Brasil imen-
so não há sentido engajar
uma luta, para roubar a
terra do mar: é um luxo
que só a Holanda superpo-
pulada e superdesenvolvida
se pode permitir!

No mesmo tempo, porém,
com a mesma franqueza e
honestidade, condeno uma
política urbanística que tra-
ça planos, organiza infraes-
truturas e se esquece do
homem. Os meios de comu-
nicações de todos os níveis
nos atordoa com o anún-
cio de projetos ultrarequisi-
tados de fabulosos novos
conjuntos residenciais, mas
o homem das palafitas não
sabe nada. Aquêlê anúncio
genérico, em lugar de uma
alvorada de bem-estar, pa-
rece uma ameaça: "Quem
será a primeira vítima?"

É possível vencer a bata-
lha com os homens, con-
vencê-los a entrar nos ca-
minhos da história contem-
porânea, mas é preciso que
o objeto das nossas preocu-

pações seja o homem e não
as palafitas que estragam a
paisagem e levam pelo mun-
do a imagem dum Brasil
subdesenvolvido. Quantas
vêzes falei com os pratidá-
rios mais ferozes da perman-
ência no mangue, apresen-
tando sem forçar a mira-
gem duma casinha branca,
com um pequeno quintal,
um pé de mamão, duas ga-
linhas e uma flôr que cres-
ce prepotente sem os cons-
trangimentos duma lata de
Nestlé. A gente repara logo
que as barreiras caem, sem
barulho e sem esforço, pa-
ra deixar lugar a um suspi-
ro de saudade.

Mas eu me pergunto, per-
gunto às Autoridades e a
tôdas as organizações de
utilidade pública que êles
encabeçam: "Quando vamos
começar, não a construir
conjuntos, mas a preparar
os homens que começarão
uma vida nova nestes con-
juntos?" Deus queira que
não estejamos já atrasados!

JOÃO DA FLORESTA

Prefeitura Municipal de São Luís

Coordenadoria de Planejamento

CONVITE AS FIRMAS E PRO-
FISSIONAIS RESPONSÁVEIS POR
PROJETOS E CONSTRUÇÕES.

A PREFEITURA DE SÃO LUÍS através de sua Coor-
denadoria de Planejamento, convida as firmas e profissio-
nais responsáveis por atividades relacionadas com pro-
jetos e construções, a comparecerem em sua sede à Av.
Beira Mar n.º 5, a partir de segunda-feira dia 9 (nove),
munidos de seus respectivo Contratos Sociais — para as
firmas — e carteiras do Conselho Regional de Engenha-
ria, Arquitetura e Agronomia (CREA) — para os profissio-
nais, a fim de regularizarem seus registros.

No ato da regularização, os interessados receberão
uma cópia do Código de Obras, atualmente em vigor.

Outrossim, a Coordenadoria de Planejamento informa,
que a partir de 1.º de setembro dêste ano, não será con-
cedido licença, nem considerado projetos, para constru-
ções, aos que não tiverem quites com seus registros.

São Luís, 05 de agosto de 1971.

ADOLFO RAUDOW
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO

VAMOS PASSAR A BOLA?

O Brasil está projetado para o futuro, está descobrindo cada vez mais as novas fronteiras do seu destino.

Projetos colossais, um exército de técnicos e de operários (os bandeirantes da década 70) estão travando uma guerra contra a natureza, para que os bens armazenados no sub-solo, na plataforma das 200 milhas, no meio do mato, possam transformar-se em bem-estar dos brasileiros de hoje e de amanhã. Uma epopéia fascinante, que nos dá a entrever um futuro deslumbrador. As manchetes da imprensa internacional dão destaques aos acontecimentos, a gente os acompanha com orgulho e satisfação, consciente do papel que está assumindo na América Latina.

Contemporaneamente, o Brasil ataca noutra frente, procurando de renovar a retaguarda, que ficou fossilizada em posições superadas. Pouco adianta conquistar as Amazonas, falar em novos fantásticos horizontes, enquanto aglomerados humanos continuam em condições de subdesenvolvimento e de desamparo. Precisa recuperar o tempo perdido, transformar os meios

onde se encontram as forças vitais do Brasil de amanhã. Uma luta silenciosa, que não é mercadoria de exportação, mas que merece o nosso aplauso e o nosso apoio.

O bairro representa o ponto vital, o objetivo primário deste esforço de recuperação. Aqui encontramos uma concentração poderosa de energias humanas, um capital potencial bem superior aos dólares do Banco de Desenvolvimento.

Existe um círculo vicioso: é o homem que transforma o ambiente, mas o ambiente condiciona o homem. Precisa quebrar esta situação, sair deste impasse. Todos estamos convencidos: Nação, Estado, Prefeitura, acompanhados por uma multidão de entidades beneficentes, abordam o bairro para transformá-lo, para que marche ao passo do Brasil moderno. É mister agir, agir depressa, em profundidade, atingindo todos os setores: alfabetização, saúde, saneamento básico, conscientização, senso comunitário são objetos de pesquisa e de ação.

Mas eu tenho a impressão que todos nós (eu também estou colaborando para estragar o mesmo min-

gáu) queremos transformar o Brasil, obstinando-nos a usarmos os métodos do tempo que foi, quando bastava um gênio com um pingo de fantasia e uma porção de trastes velhos para arranjar um invento extraordinário.

O lema da ação social nos bairros é incentivar o espírito de solidariedade, de comunidade, de colaboração. Não é honesto pretender na base o que falta na cúpula. Não quero bancar a desmancha-prazeres com um bocadinho de sadismo, para tirar aquela satisfação que todos temos por ter realizado alguma coisinha no campo social, mas é a realidade. Conseguimos algo, mas poderíamos fazer muito mais, se todos (e aqui juntamos Autoridades, Partições e os responsáveis das entidades de cada nível) tivéssemos a boa vontade de enfrentar os nossos comuns objetivos, com um moderno senso de trabalho, renunciando ao rótulo que imortalize a nossa firma, visando unicamente a finalidade a ser atingida. Pesquisas e planejamentos, reuniões e palestras se atrapalham como os carros da cidade, cujos motoristas só

(Conclue na pág. 6)



JOAO DA FLORESTA, o nosso simpático colaborador e líder de sua comunidade

Enoc Doutrina Vereadores

O Presidente Enoc Almeida distribuiu no plenário, a todos, um exemplar do Novo Testamento, em Português e Inglês. Justificando seu ato, disse o Presidente: "todo o mundo cristão aceita sem discussão que a Bíblia é a palavra de Deus. Ressaltou que de acordo com as palavras do Apóstolo Paulo, em sua carta aos

Romanos, Cap. XIII, toda autoridade vem de Deus e quem resiste à autoridade resiste à ordenação de Deus. Concluindo parodiou

o Apóstolo Paulo pedindo que, enquanto depender de cada Vereador, tenha paz com seu colega".

Suíça Exalta D. Helder

Friburgo — (suíça) — D. Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife acaba de

tutar pela paz com as armas da paz".

P'RA LÁ

Os moradores do bairro Vila Palmeira, que há pouco tempo foram ameaçados de serem despejados do lugar onde residem, transformaram aquele matagal e mangue num enorme aglomerado humano, e acreditamos que será bastante difícil, senão impossível removê-los de lá.

E como todos outros bairros de nossa cidade os problemas começam a apresentar-se ali também. Um deles é a necessidade de transportes coletivos. Os moradores servem-se no momento das linhas Maranhão Novo e Coheb-Sacavem, que entretanto não preenchem a lacuna da falta de transportes para lá. Apelamos ao Serviço de Concessão de Linhas do DMT para que estude semelhante problema e procure uma empresa que deseje explorar aquela linha. Acreditamos que a Vila Palmeira já é um bairro consolidado, agora basta que se dê condições de urbanização para a gente humilde que nele mora, e futuramente ele crescerá como os outros grandes bairros de nossa cidade que apareceram da

comendações expressas do Prefeito Haroldo Tavares, várias equipes de trabalho se encontram em franca atividade na zona rural e nos subúrbios de São Luís,

reta do seu titular, Dr. Haroldo Paiva, prosseguem os serviços da construção da estrada Turu-Maioba, reparos nas estradas do Tibiri e Tibirizinho, conclusão do

resta.

É pensamento do Prefeito de São Luís, dentro das possibilidades do horário municipal e dos recursos que obtiver para esse fim, estender a sua ação a todos os bairros da Capital, dando melhores condições

Vamos Passar...

pretendem mostrar a própria habilidade em chegar primeiro.

Gente, chegou a hora de enfrentar estes problemas com uma mentalidade atualizada. Pretender dar uma formação na base da palestra estereotipada, engraçadinha, com a ajuda duma curta-metragem de Walt Disney significa viver fora da realidade. Vivemos no tempo da tele-novela, de Chacrinha, de "balança, mas não cai".

O problema da saúde, da casa, da colaboração deve ser apresentado em ritmo de samba, com a ajuda de Baixinho e do Amigo da

Onça. Precisamos de gente meio maluca, que transforme a gíria, o folclore, os quadrinhos em material didático, pronto para a rádio e a televisão.

Um programa que não é sopa: é muito mais fácil falar de um jeito que ninguém entenda! Por isso precisa a colaboração de muitos, de todo mundo. Precisa passar a bola! Só para dar a dica.

E em quanto a gente conversa, no bairro, eu estou com vermes, tu estás com vermes, ele está com vermes. Amém!

JOÃO DA FLORESTA

Rádio Educadora A Emissora do grande

junt
HAB
respo
ciam
Banc
ção
te d
bem
se p
dias

Câmara Deba Problema da

O Plenário da Câmara de Vereadores na semana passada teve oportunidade de discutir os mais importantes assuntos de nossa capital. Como principal, figurou o problema da carne-verde. O vereador Hélcio Silva (MDB) solicitou a formação de comissão parlamentar para examinar o assunto. Acredita aquele edil que esteja havendo sabotagem tanto na distribuição como na fiscalização da venda daquele produto.

E por falar em fiscalização chegou a vez do edil Sebastião Araújo. Este com farta documentação solicitou que a Câmara fizesse apêlo ao Comandante da

posiçã
tos do
liá-lo
Dentre
presen
reador
guinte
não p
cais re
ta a aq
gueiros
tarem
produ
Outr
variare
querin
que n
BAL,
que co
coletiv
tes, e
Utilida
aprova
APAE

Paraquedismo Social

palavras não é minha, é demais. Saiu da boca Padre, experimentadoificador de índios para condenar aquela de assistência que do céu, exatamente as mangas nas avenidas Belém, na cabeça dos mestres. Imagem plástica situação psicológica complexa e bastante abstrata.

Um pouco de análise talvez nos ajude a compreender melhor.

A mola propulsora é a boa vontade, gotejante de caridade e de carinho, desinteressada, autêntica. Nota positiva, sem dúvida, mas sozinha a boa vontade legítima a consciência, sem salvar-nos dos maus negócios: em nome da boa vontade a gente faz cada asneira.

Naturalmente, como em toda manifestação humana, temos que registrar uma série infinita de matizes e de graduações.

O caso-limite é aquela sociedade beneficente de sel lá, que juntando esmolas, verbas, poupança heterogênea consegue plantar no meio do mato uma obra modelo, superdotada, o máximo da técnica e do progresso.

Porque no meio do mato e não um pouco mais para lá, é claro: coincide com a palhoça de Mister M ou Padre P, que se encarregaram de mandar pelo mundo afóra uma documentação lagrimosa e apocalíptica.

A a população do lugar fica por fora, contemplando de cócoras o milagre, brotado inopinadamente daquela terra avarenta: contemplação pura e desinteressada.

Consequência lógica: no meio, entre os dois partidos desinteressados, está aquela coisa, que já cortou o cordão umbilical com a terra dos doadores, sem conseguir integrar-se na nova realidade. Pobre coisinha, nascida para morrer, ou melhor dito nascida mortinha como se não tivesse nascido.

É um caso-limite, mas infelizmente real. Representa uma certa mentalidade que, graças a Deus, vai desaparecendo, que sob o véu da piedosa caridade promoveu os países de subdesenvolvimento, fez e desfez sem pedir e sem pretender nada, jogando dinheiro para xuxu, viciando a gente, conseguindo plorar as mais tristes das situações.

A razão última deste estado de coisas é uma falsa avaliação das forças que entram em jogo na corrida do desenvolvimento, avaliação que se identifica com a afamada boa vontade, que transpõe inocentemente os limites da própria atuação às costas da cooperação do beneficiado.

Infelizmente este erro se repete, distarçado em formas subtis, quase imperceptíveis, provocando um crescimento artificial e, por

isso mesmo, condenado a uma vida estéril e provisória.

Ninguém acredita que o povo desamparado seja boçal ou pé raspado, mas dificilmente a gente reconhece nele aquela capacidade de desenvolvimento e autopromoção, como seria preciso.

Os planos saem da cabeça do técnico, coando através dos dados duma ciência platônica, ancorada no mundo hiperurânio, ou segundo as categorias duma lógica cartesiana.

O povo fica "objeto" de desenvolvimento (e não sujeito), manipulado, manejado por fora e do alto.

As divisões do mapa não coincidem com as estruturas reais, nascidas por um processo arcano, determinado por mil e um fatores desconhecidos.

Uma pessoa formada altera as próprias convicções através do raciocínio analfante e frio; o povo procede por intuições que não são a negação do raciocínio, mas representam um raciocínio diversamente estruturado, com uma certa mistura de fantasia e utilitarismo.

As escalas de valores não coincidem.

Para não paraquedar projetos e promoções, é mister descer das alturas da teoria para encaminhar-se nos caminhos bizarros da realidade concreta, produto final duma longa história, precisando

Conclui na pág. 7



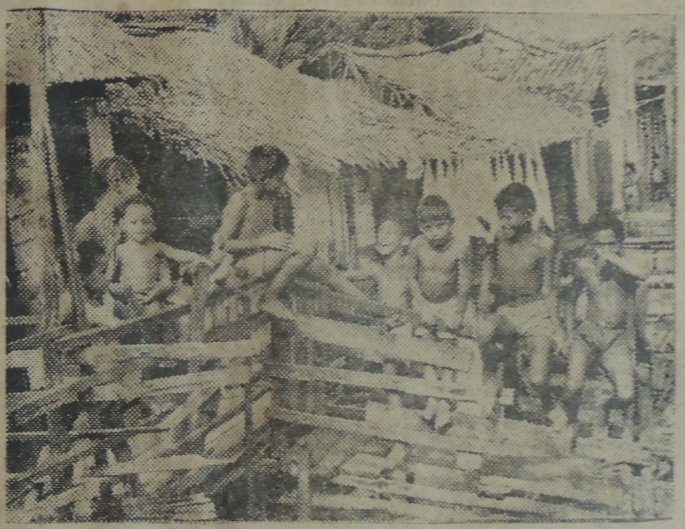
OS MILAGRES NA LUTA PELAVIDA

Curso de Preparação Para o Casamento

JORNAL do MARANHÃO

SEMÁRIO DA ARQUIDIOCESE DE S. LUIS
ANO XXXVI — São Luís, 31 de outubro de 1971 — N.º 1.847

MI Não Havia Lugar Para Eles na Estebaria



Não havia lugar para eles, para os dois coitados que chegavam de longe, para aquela moça buchuda que ia criar problemas. Desamparados, um pouco tristes, não deprimidos por que levavam consigo o dono do universo, foram um

pouco mais para lá, na roça, até encontrarem um abrigo vagabundo, contra o frio e a solidão. Não encontraram um lugarzinho na hospedaria, porque (tenho certeza) erraram de endereço. No final das contas, a culpa é deles.

Se tivessem batido a uma casa brasileira, a casa de pobre (é claro), uma casa de palha ou de taipa, por que os ricos e os quase ricos são iguais em toda parte, sem dúvida teriam ouvido uma resposta amiga: (Conclui na 8.ª página)

“Se Queres a Paz, Trabalhas Pela Justiça”

Para o Dia mundial da Paz, a 1 de janeiro de 1972, O Papa Paulo VI fez publicar uma calorosa Mensagem, que a ONBB acaba de enviar a todos os Bispos do Brasil, e aos principais órgãos da Imprensa e nós publicamos em outra página. Eis alguns tópicos da Mensagem: “A ideia da Paz é e deve ser dominante, por sobre as vicissitudes humanas; ela se torna mais gente quando e onde fosse contraditada idéiasou fatos contrár

fôrça... Uma Paz, que não resulta do respeito veraz para com o homem, não é, ela mesma Paz verdadeira. E como é que nós chamamos a este sentido sincero do homem? — Chamamo-lo Justiça”. Ainda sobre o mesmo assunto, diz a recente carta do Secretariado da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz: “O Dia mundial da Paz assume, neste ano uma importância particular, por constituir-se em privilegiada ocasião universal de meditação e oração de reflexão e ação

vitáveis, embora difíceis, que existem entre a Paz e a Justiça”. Tanto a Secretaria de Estado, quanto a

O Presépio sem o Menino Jesus

A estória é velha, mas atualíssima. A família rica se esmerou em oferecer à filha um grandioso natal. Milhões foram gastos na aqui

Carregada. Na vivenda, naquela noite mais profundamente iluminada, a festa se prolongou até à madrugada. Co-

Com. Pont. de Justiça e Paz estão pedindo a todos os Bispos que enviem o relatório das comemorações.

Bom seria se a Igreja suprimisse o natal e comemorasse apenas a morte redentora de Cristo”.
O Natal foi de fato pro-

mãos uns dos outros. Ele humilhou-se, rebaixou-se de Deus na terra em caminho para a eternidade, para a felicidade suprema e eter-

1916 em Limoeiro do Norte, Ceará, filho de Melquíades

rio Menor Salvatoriano em Jundiaí — São Paulo. Em

A data que marca sua dedicação aos homens é sem

Seu ministério além de ser também se este do o Brasil. V duas vezes de Pr Arquidiocese d vai para Crato, Interior do Ceará para a Guará vindo os fiéis d

Não Havia Lugar...

"Pois não, a casa é nossa".

Depois, quase uma desculpa pelo miserável conforto oferecido, teria chegado também a explicação: "O pouco com Deus é muito, o muito sem Deus é nada".

Duas paredes que ficam de pé desafiando as leis da gravidade, numa canto um monte de pedra britada para ajeitar a calçada (quando Deus quiser), num outro, um pouco de barro para rebôco.

Um pedacinho de corda, emendado com arame, dá para armar mais uma rede. Arroz, feijão, um pingo de farinha. É nada, mas dá para todos. Um guri dá um pulo até à quitanda e volta com um dedo de azeite doce numa garrafinha de cola: para dar a ilusão de que a comédia é completa.

Eu não tenho dúvida. Se Maria e José tivessem procurado um lugarzinho no meu bairro, em qualquer bairro pobre do Brasil, não teriam ficado no meio da rua.

Porém não é preciso que apareça a Mãe de Deus, com aquele rosto maravilhoso, para enternecer os corações da gente.

Pode ser uma velha coraca com uma máscara de rugas e de sujeira em lugar do rosto, carregando um saco de trastes velhos, levando a sua própria vida sem rumo, o seu passado sem nome.

Chegou aqui, na Rua Tomé de Sousa, naquela hora quando as crianças fazem a roda cantando "Cha, cha, cha, minha machadinha" e os homens se preparam para a costumeira partida de dominó.

Só se lembrava que era filha de Palmas, no interior: ali não tem casas, só palmeiras. A filha dela morreu, caiu no poço; o filho Raimundo sumiu. Dona Rita abriu a porta, simplesmente, operando o milagre da

multiplicação do arroz, armou mais uma rede. Cheila e Manoel se aproximaram para brincar com a nova vovôzinha.

Uma alma perdida encontrou uma casa: na hospedaria havia lugar para ela, no meu bairro.

Uma porta que se abre, para aceitar um desconhecido, não é tão difícil de encontrar, tipo leite de onça: é rotina.

"Esta é a minha filha... a outra não, é filha de criação. Criei nove, queria fazer mais, mas a gente é pobre."

Totó foi pular carnaval. Na Praça Teodoro, encontrou uma mulher que se queixava por não poder entrar no bloco. "Você quer... carrega!" E ele troxe para cá a bichinha, estava doente, com fome".

"O Sr. não o conhecia, ele não morava comigo. Me largou, faz muito, tinha outra mulher. Quando faleceu, eu o troxe para casa, para fazer a sentinela com os filhos dele. Quanto custa uma Missa de sétimo dia?"

E a ladainha poderia continuar, enumerando os casos mais imprevisíveis, onde a caridade sabe encontrar um lugar na hospedaria.

É caridade esta, legítima, barra pesada: não um trocadinho jogado no chapéu do mendigo que nos está amolando, mas uma vadeira cativa na própria casa, para sempre.

E os protagonistas destas humildes façanhas não são santos, santos no sentido canônico. São filhos do meio onde eles moram, ambiente pobre, onde vício e virtude vão de braço dado, convivem fraternalmente, trocando de rótulo e de hierarquia. Gente que não é casada, talvez o homem que largou a mulher, a mulher desamparada que arranjou alguém que desse um pão aos seus filhos. Gente boa

de briga, que tem queda para o Pitú e o Gaiamu (engarrafados), que só conhece a Missa de sétimo dia.

Não, conhece também São José de Ribamar, o Menino de Praga, está disposta a dar aprópria vida para cumprir a promessa feita a Santo Expedito, queimar dez caixinhas de fósforos na capela dele.

Eu penso. Será que as velas do meu altar cheiram melhor do que estes fósforos comprados com grande sacrifício? A minha fé encapsulada em fórmulas médicas, da qual conheço (melhor eu conhecia) todos os ingredientes, por que durante quatro anos de teologia colaborei com os meus professores para fazer-lhe uma autópsia radical, é mais viva do que a deles?

Não sei. Me sinto pequeno, mesquinho. Quando me dõe um dente, quando os vermes me incomodam, não sei dizer "Deus é bom, ele sabe o que está fazendo, está escrevendo reto em linhas tortas". Não são idiotismos, frases consagradas pelo uso, não são manifestação de fatalismo. A mesma palavra, na boca de Santa Terezinha, teria provocado comentários fundamentados na teologia dos Concílios.

Talvez (este talvez, que de vez em quando me volta à boca, é um sintoma daquele desamparo que a gente sente enfrentando os mistérios da mente humana) talvez a explicação de tudo, a raiz última esta aí, naquele lugarzinho que em mim sempre está ocupando (com legítima desculpa) em quanto os meus irmãos do bairro, gente pobre, ignorante, sempre o tem a disposição para receber o Salvador que vai nascer, um Jesus disfarçado nas feições do irmão mais pobre.

João da Floresta

Jornal

Nós que fizemos o voto de Natal. 71 dos nossos votos leitores, querendo apoiar, estão ajudaram.

Despedindo-nos de Deus para que Maranhão possa em breve, sob o sentido de Jornal retornar veículo eficiente de Deus, entre

O Pr

dêste tempo de Boas festas e t

Mas resta muita coisa para chegarmos à realização do Natal que em nossa cidade, no nosso bairro, aumenta em toda convicção de que fato irmãos unidos. Do branco e do negro e do pobre que sem uma coisa não teria com o Natal.

Que maravilha

Carta compromisso assinada pelo candidato a prefeito Jackson Lago. 1996.

São Luís, Agosto de 1996.

Carta Compromisso

Ao

Dr. Jackson Lago,

Candidato a prefeito de São Luís.

Prezado Senhor,

A comunidade da Fé Em deus vem, através desta, externar seu descontentamento com as administrações municipais de São Luís, que pouco tem feito pelas comunidades carentes, em especial, a nossa, que tem apresentado problemas não sanados por essas administrações.

Dentre as dificuldades mais urgentes, podemos citar:

- 1- Urbanização, drenagem e saneamento do canal da Fé em Deus, que possibilitará a substituição das palafitas por habitações de alvenaria, dignas de moradia;
- 2- Construção da galeria da travessa São Gabriel X Rua Boa Esperança, a fim de drenagem das águas pluviais e de esgoto que vem prejudicando a saúde dos moradores;
- 3- Criação de projetos de assistência social às famílias carentes, aos idosos e aos menores;
- 4- Criação de escolas de 1ª grau que possibilite a absorção das crianças/adolescentes do bairro;
- 5- Criação de um posto de saúde, devidamente equipado, para atender a demanda da comunidade;
- 6- Complementação das obras de calçamento/asfalto das ruas do bairro.

Tendo esta comunidade consciência da sua cidadania, vem firmar com V. Sa., um compromisso de apoio à sua candidatura, desde que haja de vossa parte o compromisso de atender às nossas reivindicações.

Cientes do vosso entendimento, ficamos muito agradecidos, desejando êxito na sua caminhada.

Cordialmente,

a comunidade.

Antônio Carlos Pereira
Marizete Bertoldi
Heridson Guterres Soares

Aceito o compromisso.

Jackson Lago
Jackson Lago.